

Audiência Pública: PROJETO SANTA QUITÉRIA CE – REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022 em ITATIRA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Mais uma vez boa noite a todos! Agora de fato vamos começar a nossa Audiência Pública.

Agora as dezenove horas e vinte minutos, horário de Brasília do dia oito de junho de dois mil e vinte dois, eu Régis Fontana Pinto Analista Ambiental do IBAMA e na qualidade de diretor de Licenciamento Ambiental substituto, declaro aberta essa Audiência Pública relativa ao Licenciamento Ambiental Federal do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA referente à exploração e beneficiamento do minério colofanito formado de fosfato associado ao urânio, voltado à produção de fertilizantes e ração animal por meio da transformação de minério em ácido fosfórico além do concentrado de urânio na jazida de Itataia, localizada na fazenda de Itataia, situado na zona rural do município de Santa Quitéria, estado do Ceará, sob a responsabilidade das INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL a INB.

Eu Régis estarei presidindo essa Audiência Pública sendo auxiliado e secretariado pela analista ambiental Telda Lima, responsável pelas análises pertinentes ao meio socioeconômico do PROJETO e faz parte da coordenação de licenciamento ambiental de mineração e pesquisa sísmica terrestre que tem a sigla COMIP, que é a coordenação responsável pelo licenciamento do projeto dentro do IBAMA. Parte da nossa equipe responsável pelas análises referentes ao PROJETO está presente aqui, são os analistas Wellington Fernandes do Carmo que é o coordenador da COMIP, se encontra na nossa mesa auxiliar à direita dos senhores, Simone Salgado que é responsável pelas análises de fauna em cavidades e a analista ambiental Fernanda Bouth responsável pelas análises de fauna terrestre todos três se encontram na aquela mesa auxiliar à direita e estarão nos auxiliando ao longo da Audiência Pública.

Também fazem parte aqui da mesa o Ricardo Guterres, da COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR a CNEN, Raphael Turri do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA representando a empresa GALVANI que tá aqui à minha esquerda, o Rogério Carvalho, que é representante da INB e a Claudia Paley e o Ricardo Lieutaud que são representantes da empresa consultora que desenvolveu o EIA, representando a empresa TETRA MAIS.

Para darmos início aos trabalhos eu convido a todos para de pé cantarmos o Hino Nacional.

Execução do Hino Nacional.

Houve uma falha no áudio e eles fazem alguns testes.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente, vamos tentar retornar, acho que já resolvemos o problema técnico. Dando continuidade então a Audiência Pública, eu vou passar a palavra agora para a minha colega Telda Lima, que irá ler o regulamento que vai reger essa Audiência Pública.

Telda Lima – Analista Ambiental do IBAMA: Boa noite mais uma vez, gostaria de que todos neste momento pudessem interagir conosco prestando atenção no Regulamento, hoje será exposto o tempo de cada um, de cada fala pra que a gente não extrapole o nosso tempo, não fique até mais tarde e dar a oportunidade para que todos possam se manifestar. Então o regulamento desta Audiência Pública, ela é:

Artigo primeiro, o presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados nessa Audiência Pública para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA do empreendimento e apresentação do projeto e licenciamento ambiental, o PROJETO SANTA QUITÉRIA;

A Audiência será presidida por um representante do IBAMA que é o senhor Régis Fontana aqui presente e deverá contar com o secretário executivo que sou eu, Telda Pereira Costa Lima, servidores do IBAMA para auxiliar o presidente da mesa.

A Audiência, Artigo terceiro, a Audiência terá iniciada com o pronunciamento do presidente da audiência no qual serão esclarecidos os objetivos do evento e os procedimentos constantes desse regulamento a serem observados durante a sessão;

Artigo quarto, caberá ao secretário executivo auxiliar o presidente da Audiência na condução da Audiência Pública, assim como, na elaboração da ATA resumida da Audiência;

O artigo quinto, o IBAMA apresentará o procedimento de licenciamento ambiental federal em até dez minutos;

Artigo quinto A, a Comissão Nacional de Energia Nuclear a CNEN apresentará o procedimento de licenciamento nuclear também em dez minutos;

Artigo sexto, o representante do empreendedor realizará apresentação sobre atividade, o empreendimento objeto do licenciamento ambiental, seus objetivos, justificativas, com duração máxima de vinte minutos;

Artigo sétimo, a equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá o prazo de até trinta minutos para realizar a exposição sobre os estudos desenvolvidos;

Artigo oitavo, será concedido um intervalo de dez minutos, no qual se iniciará a inscrição dos interessados na discussão do RIMA e do projeto, o prazo total para

inscrição dos questionamentos, críticas e sugestões, será de trinta minutos a contar do início do intervalo podendo ser prorrogado caso necessário, com a devida permissão do presidente da mesa;

Os questionamentos, críticas e sugestões dos interessados apresentados ao IBAMA ou ao empreendedor devem ser identificadas de forma a possibilitar respostas extemporâneas.

O IBAMA deverá recepcionar manifestações e questionamentos dos interessados por e-mail institucional específico criado para o evento, pelo prazo de até vinte dias após a realização da Audiência Pública, este e-mail é psq.ap.sede@ibama.gov.br.

O empreendedor repassará integralmente ao IBAMA as contribuições e questionamentos registrados nos canais de comunicação abertos para este fim, como e-mail, zero oitocentos em até quarenta e oito horas, caso haja alguma pergunta que não possa ser respondida durante a Audiência Pública o IBAMA deverá encaminhar em até vinte dias após o recebimento do questionamento, resposta formal sendo necessário que o interessado indique nome, endereço para resposta, e-mail para correspondência;

Artigo nono, o presidente estabelecerá os procedimentos para respostas aos questionamentos;

Parágrafo Único, os questionamentos poderão ser respondidos em blocos ou separados por temas à critério do presidente da mesa;

Artigo dez, o secretário executivo ao final do evento deverá lavrar a ATA sucinta ao qual deverá ser assinada por ele, pelo presidente da Audiência Pública e representante do empreendedor. A assinatura da ATA poderá ocorrer de modo virtual por meio de sistema eletrônico de informações SEI.

Artigo onze, o encarregado será realizado, o encerramento da Audiência Pública será realizado pelo presidente que deverá declarar a validade da Audiência Pública. A gravação da Audiência deverá ficar disponível no site do empreendedor por vinte dias, sendo esta disponibilização comunicada no momento da realização da Audiência Pública para manifestações posteriores.

A gravação da Audiência Pública poderá ficar disponível em outras plataformas de compartilhamento de vídeo.

O empreendedor deverá protocolar no IBAMA no prazo de até trinta dias após realização da Audiência Pública a gravação de áudio e vídeo do evento, bem como, a respectiva transcrição integral em arquivos de no máximo quinhentos mega bites.

A gravação, o vídeo e a transcrição da Audiência Pública, bem como, a lista dos participantes presenciais e todos os questionamentos públicos deverão compor o processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade.

Caberá ao presidente da Audiência Pública decidir situações que impeçam a regular continuidade da Audiência, bem como deliberar em casos omissos nesse regulamento.

E que tenhamos todos uma boa participação e que possamos sair daqui com todas as informações necessárias. Gostaria só de destacar quem for fazer perguntas escritas, coloque o nome e um, um contato, que seja um e-mail, porque nós ontem tivemos várias perguntas escritas que era pra ser respondida posteriormente, mas não tem o nome das pessoas que fez a pergunta e nem o contato, por favor, na hora que forem fazer a pergunta escrita, coloque o nome e o contato, caso não dê para ser respondido durante as audiências será respondida por o IBAMA até vinte dias.

Agradeço muito e bom pra todo mundo esse momento de comunicação, este momento que todos estamos aqui dispostos a ouvir, a escutar e interagir, muito obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Telda. mais uma vez eu saúdo os colegas que estão aqui comigo na mesa, saúdo os meus colegas de IBAMA, saúdo a equipe técnica que tá nos bastidores promovendo, ajudando a promover a Audiência Pública e em especial eu saúdo todos os vocês em especial a população aqui de Lagoa do Mato que nos recebeu calorosamente, logo mais cedo e que está enchendo aqui o ginásio para poder conhecer, discutir, contribuir, manifestar as suas impressões sobre o licenciamento ambiental do PROJETO SANTA QUITÉRIA que tá em curso no IBAMA.

Eu registro também e dou as boas vindas as autoridades presentes, o senhor Leon Miguel, vereador de Itatira, senhor Fernando Cedes, vereador de Itatira, a prefeita Sônia de Madalena, prefeita de Madalena, o senhor Tomás Figueiredo ex-prefeito de Santa Quitéria, o senhor Tomás Figueiredo Filho, representante da FECOMÉRCIO e o senhor Amílcar Oliveira presidente da federação de agricultura do Ceará, o senhor Leon Miguel de Itatira, já havia dado as boas vindas e repito.

Eu vou pedir a compreensão de todos os senhores, como já aconteceu hoje a gente está com um probleminha técnico, eventualmente pode acontecer de voltar a cair a energia e aí a gente vai ter que trocar por um gerador, espero que não aconteça, mas se acontecer os senhores já estão avisados que a gente vai precisar de um cinco ou dez minutinhos pra fazer a troca do equipamento.

Eu informo que o Relatório de Impacto Ambiental, o RIMA do PROJETO ele está disponível para consulta de vocês lá na entrada do ginásio, ele está disponível de forma virtual no site do IBAMA, www.ibama.gov.br, também no site da Audiência Pública no www.consorciosantaquiteria.com.br, www.consorciosantaquiteria.com.br, tudo junto, .com.br e o EMA, O EIA , tanto o EIA quanto o RIMA também foram disponibilizados de forma física na superintendência do IBAMA no Ceará lá em Fortaleza, no, na sede do ICMBIO em Brasília, na sede do IPHAN, também em Brasília, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Ceará em Fortaleza, na

sede do INCRA em Brasília, na Procuradoria da República do Município de Sobral, na Secretaria de Meio Ambiente de Santa Quitéria, na Secretaria Municipal do Trabalho e Meio Ambiente de Itatira, na sede do governo de Estado do Ceará em Fortaleza, na Assembleia Legislativa do Estado também em Fortaleza, na Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, na Prefeitura Municipal de Itatira, na Câmara de Vereadores de Santa Quitéria, na Câmara de Vereadores de Itatira e na Biblioteca Pública de Santa Quitéria.

Eu friso que essa Audiência Pública ela está sendo realizada na forma presencial com transmissão via internet para o acesso das pessoas que não puderam se deslocar até aqui e que também podem estar participando do processo de licenciamento do PROJETO. Em determinado momento pode ser que eu retire a minha máscara para melhor compreensão da minha voz, mas, eu recomendo que todos, tanto aqui da mesa quanto os senhores na plateia façam o uso de máscara, embora ela não seja mais obrigatória para a gente evitar novos casos de covid dezenove e também atenção ao protocolo número treze publicado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará que também tá disponível lá na mesa de entrada e também pode ser acessada através do site na internet.

Essa Audiência Pública ela será composta de basicamente dois momentos distintos, um primeiro momento que são das apresentações e cada uma das instituições que estão aqui na mesa pra que vocês conheçam um pouco do PROJETO e do licenciamento ambiental do PROJETO e depois um segundo momento após o intervalo que é o momento que eu considero mais o importante que é o momento do debate aonde todos os senhores poderão encaminhar as suas perguntas aqui pra mesa ou fazer o uso da palavra pra fazer a sua manifestação oral.

Aproveito já para indicar que os senhores todos devem ter recebido uma pequena cartilha, dentro da cartilha se encontra uma ficha onde podem fazer as suas perguntas e como a minha colega Telda comentou, eu peço que coloquem o seu nome e um contato de e-mail para que qualquer dúvida a gente possa trocar mensagens com os senhores ou mesmo no caso da gente não conseguir passar por todas as perguntas aqui ao longo da Audiência, a gente possa responder elas num momento oportuno.

Também esclareço que as pessoas que quiserem apenas fazer uso da palavra, fazer a sua manifestação de forma oral, não precisa necessariamente escrever a sua pergunta, basta indicar, manifestação oral e a nossa equipe, vai, vai chamar no momento do debate após o, o intervalo.

Para aquelas pessoas que estão assistindo via internet, elas também poderão encaminhar suas perguntas os seus questionamentos, as suas dúvidas, esses questionamentos eles não vão ser lidos aqui ao vivo durante a Audiência, mas dentro de um prazo de vinte dias a nossa equipe ou a equipe da empresa vai encaminhar a resposta para essas perguntas que chegarem. E essas perguntas podem ser encaminhadas para os seguintes contatos o e-mail do IBAMA psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu repito, ps, psq.ap.sede@ibama.gov.br ou para contato@consorciosantaquiteria, tudo junto.com.br, contato@consorciosantaquiteria.com.br ou através do telefone 08004021030. 08004021030, qualquer pessoa que esteja assistindo pela internet ou mesmo os

senhores que estão na plateia que quiserem encaminhar seus questionamentos através desses contatos em vinte dias a nossa equipe vai tá respondendo, informo também que a gravação dessa Audiência Pública ela vai ficar disponível durante vinte dias no canal do You Tube para consulta e para qualquer pessoa vir a assistir.

Agora iniciando o período das apresentações o IBAMA vai fazer uma pequena apresentação sobre o rito do licenciamento ambiental e para tanto eu chamo eu chamo a minha colega Fernanda Bouth que vai fazer a sua apresentação, ela terá em torno de dez minutos para passar as informações.

Fernanda Bouth: Boa noite a todos, sejam muitos bem-vindos, é eu queria só esclarecer que o instituto Brasileiro de meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, ele é uma autarquia federal e ele é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e nós não somos aqueles que elaboram as políticas públicas, somos os executores dessas políticas, né, e a gente tem uma missão interessante que é proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental, assegurar sustentabilidade no uso dos recursos naturais, é por isso que a gente tá aqui hoje.

E o nosso órgão, ele tem uma presidência e ele é composto de cinco diretorias e a diretoria responsável pelo licenciamento é a DILIC, e essa DILIC ela também é composta dentro dela de três coordenações gerais e a nossa coordenação geral é a CEGETEF, e é essa CEGETEF é a nossa particular dessa equipe aqui é essa, cadê? Opa.

Essa aqui gente olha, COMIP, a gente trata de empreendimentos de mineração e é por isso que nós estamos hoje aqui.

E o que que acontece, é essa, é importante vocês perceberem porque que a gente faz audiência pública. É muito importante a gente compreender que as audiências públicas são um espaço pras falas, é um espaço tanto pra comunidade, pras populações, para os empreendedores, para os consultores, pra eles exporem aquilo, as suas necessidades, as suas dúvidas e ela é super importante de ser realizada dentro do processo de licenciamento ambiental porque é um momento que a análise técnica pode ficar refinada, entende?

Então, o que que acontece, dentro do contexto do licenciamento ambiental o IBAMA ele precisa de avaliar os estudos ambientais que são elaborados né? Então para que esses estudos possam ser, essa audiência também, ela é garantida pela nossa constituição federal, né, ela é um direito do, das pessoas, é um direito do cidadão, dele se manifestar, seja a favor ou contra uma atividade, um empreendimento ou um projeto que está sendo realizado dentro do, da localidade que ele mora, certo? Então esse é um direito que todos tem, isso é importante, e o que que acontece, o que é legal disso. O que a gente gostaria que todo mundo entendesse é que existe um rito, uma legislação que normatiza todo esse procedimento do licenciamento ambiental, então o empreendedor ele entra, ele abre um processo dentro do IBAMA pra solicitar licenciamento ambiental daqueles empreendimentos que tem um potencial impacto, um

significativo impacto ambiental certo? O IBAMA elabora um termo de referência, o que que é esse termo de referência? É um, é um norte, é um guia do que que é que aquela empresa precisa estudar, precisa apresentar para que a gente avalie se esse empreendimento é viável ambientalmente, se ele faz uso dos recursos de forma sustentável né, qual é o nível de impacto desses empreendimentos, e aí a partir desse termo de referência que é elaborados é, essa empresa elabora então os estudos que é o EIA que é Estudo de Impacto Ambiental que vem acompanhado de um relatório o RIMA, e esse RIMA é um relatório sucinto, ele é um, é um relatório que ele retira do estudo que vai ser resumir todo o diagnóstico, então o EIA ele vai ter diagnóstico da situação, de como está o lugar, de toda a situação ambiental, socioeconômica daquele lugar, e do meio físico, é como se fosse uma fotografia e depois ele vai prognosticar, ele vai avaliar os impactos que vão acontecer, sejam eles positivos ou negativos e depois vai dar um prognóstico, ou seja, ele vai mostrar o que que ele pode fazer pra diminuir os impactos certo? Ou potencializar os impactos positivos, então esse é o EIA, é o estudo que o IBAMA avalia, certo? Nesse caso em particular a gente vai avaliar a área ambiental e a CNEN ela vai cuidar da parte radiológica, já que esse empreendimento envolve um bem que o urânio, um bem da nação.

A partir dessa avaliação do Estudo de Impacto Ambiental o IBAMA então ele vai, se ele entender que houve viabilidade ambiental né, depois dos estudos, ele vai emitir a primeira licença ambiental que é a Licença Prévia, certo? A LP, isso se a gen, se os estudos e toda avaliação da equipe entender que aquela localidade foi aprovada, então a LP autoriza a localização da atividade, tá certo? E aí depois que caso tenha ocorrido esse entendimento de viabilidade, que a gente também pode entender que não é viável, então essa licença não é emitida e o processo para por aí, mas, se eles receberem a Licença Prévia, essa licença vem com uma série de condições e agora uma nova etapa se inicia, que é o detalhamento dos programas e dos projetos que vão ser desenvolvidos para que a obra né, que a instalação se inicie, então antes de iniciar a obra eles tem que fazer né, uns estudos, aprofundamento dos programas, de pequenos projetos, adequação dos projetos, porque nesse momento até então, toda a participação popular é importante e antes da emissão Licença Prévia as audiências públicas são essenciais, porque? Porque é o momento antes da, da equipe técnica do IBAMA terminar a análise técnica ela precisa ouvir as pessoas, ela vai ouvir as secretarias de meio ambiente dos municípios, vai ouvir outros órgãos intervenientes, então a gente vai ouvir a CNEN, a FUNAI, Aa FUNDAÇÃO PALMARES, a AGENCIA DE SAÚDE né, a gente vai envolver outros órgãos e a população também pode se manifestar, as ONGs, as Comunidades, a Sociedade em Geral, as Prefeituras né, os vereadores, o Ministério Público, todo mundo pode se manifestar, e todas essas manifestações se somam a avaliação do, da equipe técnica do IBAMA, todo é levado em consideração, então é muito importante que antes que a equipe finalize o seu parecer técnico para a emissão da primeira licença é importantíssimo que a gente ouça a população, é importantíssimo que as audiências públicas se façam.

E aí então se esse procedimento continua é, o IBAMA emite a segunda licença que a Licença de Instalação, só então a obra pode começar, então as obras se iniciam, também sob uma fiscalização, sobre uma monitoração, os programas

então se dão, dão início, porque eles vão ter que monitorar a situação antes de iniciar a obra e depois que a obra se dá, e depois que a, a instalação termina o IBAMA avaliando se tudo ocorreu bem ele emite a última licença que é a Licença de Operação, e essa licença de operação é, ela autoriza então que ele o, que o empreendimento possa funcionar bem.

E aí, aqui a gente só fez um, um marco temporal aí né, que esse processo atual iniciou dentro do IBAMA em dois mil e vinte, então o TR foi emitido em dois mil e vinte e um, e agora a gente tá no momento das audiências públicas, então a gente tá, a gente ainda não emitiu o parecer técnico para a emissão ainda da primeira licença, então a gente tá bem no começo.

E aí o que que, o que que é importante a gente entender pra esse empreendimento então, é o IBAMA né, entendeu que serão feitas três audiências públicas, aconteceu uma ontem em Santa Quitéria, essa de hoje e haverá uma amanhã em Canindé. E aí o que que é bem relevante vocês entenderem, toda, todo mundo tem até vinte dias depois desta audiência pra entregar perguntas, fazer questionamentos, encaminhar ao IBAMA suas questões, protocolar alguma coisa que entenda necessário pra que se some ao nosso parecer né, que é quando a gente vai fazer um parecer técnico, porque a gente avalia então a viabilidade ambiental da atividade e a localização dela. E assim aqui olha, a gente tem um endereço né de e-mail que vocês pode encaminhar ao IBAMA as questões né, que serão aquelas que não forem respondidas aqui, eventualmente vão ser respondidas também pela nossa equipe pra vocês, então por isso que é muito importante que vocês coloquem o contato de vocês nas perguntas e assim é, o IBAMA também ele pode solicitar estudos complementares se ele entender que os estudos que foram apresentados não foram suficientes certo? Porque quando a gente aprova a gente recebe um Estudo de Impacto Ambiental, a gente faz um procedimento que chama check list, a gente analisa apenas a forma, a gente não entra no mérito do estudo, no conteúdo dele, a gente avalia só se o, se o estudo foi apresentado com os tópicos que foram exigidos no Termo de Referência, então assim, nós pedimos lá X coisas, a gente avalia se todas aquelas coisas estão no formato né, os itens estão constantes, mas, a gente não avalia esse estudo. Então essa é a fase de aceite, uma vez ele aceite, ele completou essa etapa, agora a gente parte pra análise do mérito, do estudo mesmo em si. Então é extremamente válido esse, esse momento né, é o momento aonde a gente tá analisando e muitos de vocês já fizeram algumas análises que vão contribuir também conosco, tá bom? E aí fica aí o recado pra vocês, que essa conclusão é, que são os próximos passos agora desse momento né, após as audiências públicas, o IBAMA então vai finalizar sua análise, vai emitir um parecer técnico conclusivo e vai encaminhar pra diretoria então pra decidir se defere ou indefere essa licença prévia, tá bom?

E aqui tá o nosso contato, estava agora mesmo o contato, aí tá o contato do IBAMA tá bom? A gente tá à disposição para os questionamentos e novamente reforço que vocês são muito bem vindos e que nós desejamos que esse momento também seja um momento de troca, que é um momento da fala da comunidade, dos empreendedores, da empresa de consultoria, todos aqui tem vez e tem voz, tá bom? Muito obrigada gente, bom trabalho a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Fernanda.

Ao público a gente sabe que é um bocado de informação, e se restou alguma dúvida sobre o rito do processo de licenciamento ambiental eu coloco a nossa equipe ao total dispor dos senhores pra ao longo da audiência pública tirar qualquer dúvida sobre o rito.

Agora, uma vez que como a Fernanda havia esclarecido o licenciamento do PROJETO SANTA QUITÉRIA ele sofre um, um licenciamento duplo, um licenciamento ambiental por parte do IBAMA e um licenciamento nuclear por parte da CNEN e por isso a gente convidou pra tá integrando aqui a mesa e fazer uma apresentação o senhor Ricardo Guterres, que é o diretor de radioproteção e segurança nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear que vai fazer também uma pequena explanação sobre o licenciamento radiológico, o, o, licenciamento nuclear do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Ricardo, por favor a palavra é sua.

Ricardo Guterres – DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA – CNEN: Boa noite a todos é um prazer, é mais do que um dever estar aqui compartilhando dessa oportunidade de mostrar um pouco do trabalho da Comissão Nacional de Energia Nuclear no que tange o licenciamento nuclear da planta de Santa Quitéria.

Enquanto o IBAMA tem uma visão mais holística, mas ampla sobre os impactos que planta pode ter no meio ambiente o foco da Comissão Nacional de Energia Nuclear é o impacto na saúde do público, na saúde dos trabalhadores da instalação.

Bom, nós vamos então fazer uma breve apresentação. Então, a comissão ela é o órgão regulador da, do setor nuclear brasileiro, ela, como eu disse, está focada na questão da segurança e nós licenciamos cerca de trinta instalações, nós temos cerca de trinta instalações nucleares no país, incluindo as plantas de produção de energia nucleoeleétrica de Angra dos Reis. Também licenciamos instalações que nós chamamos de instalações radioativas, instalações que utilizam fontes de radiação, instalações médicas que utilizam a radiação pra tratamento oncológico por exemplo, eu mesmo tive a oportunidade de estar aqui no estado do Ceará fiscalizando uma instalação de medicina nuclear no sul do estado, em Barbalha, então existem cerca de mil instalações médicas que utilizam fontes de radiação e também existem instalações industriais, laboratórios de universidades que utilizam fontes de radiação, essas também são licenciadas pela comissão.

Além disso nós temos cerca de trinta instalações minero-industriais, são minas que não prospectam urânio ou tório né, ou minério nuclear, mas, que prospectam outros minérios, mas, tem pequenas quantidades de urânio, tório associados, essas também são reguladas pela comissão.

Bom, essa atividade é uma atividade com um, um vínculo muito grande internacional tá, existem acordos de salvaguardas, acordos de não proliferação, acordos para o uso pacífico né, da, da energia nuclear que foram assinados pelo país, existem é, convenções de segurança na área que, que normatizam por exemplo, os parâmetros de segurança na área no plano internacional, existem também convenções na área de resposta a emergência, códigos de conduta e atividades de cooperação técnica entre os países tá.

Essa atividade então ela tem um hub, ela tem um ponto de, de, de, dispersão dessa informação que é a Agência Internacional de Energia Atômica que tem a sede em Viena é uma Organização das Nações Unidas e que elabora uma série de, tem uma série de atividades, mas, entre elas elabora uma série de standards, de normas de segurança, que vão essas normas basear as nossas regulamentações.

Nós temos então cinquenta e oito normas de segurança cobrindo diversos aspectos de segurança né. O licenciamento de instalações nucleares, Controle, Proteção Radiológica, a parte de Minero-industrial, a parte de transporte é muito importante mencionar aqui que a parte de transporte também é regulada pela comissão, a parte de instalações radioativas, rejeitos e descomissionamento também é uma atividade que nós regulamos.

Então esse conjunto de normas estabelece milhares de requisitos de segurança que são verificados durante o processo de licenciamento como nós estamos vendo aqui, nós temos instrumentos pra exercer a nossa atividade, primeiramente o licenciamento é obrigatório, nenhum operador ele pode fazer uso de fontes de radiação sem que ele seja ap, sem que ele esteja licenciado pra isso, esse licenciamento não é cartorial, ele é um licenciamento que conta com uma etapa de verificação e avaliação, ou seja, não é que o requerente simplesmente apresenta um documento pra gente, um estudo pra gente e nós ficamos satisfeitos, não esse estudo avaliado em detalhe, é verificado, é checado, é questionado e a partir de uma veri, dum aprovação desse estudo é que são emitidos os atos regulatórios.

Também existe uma atividade de fiscalização, nós res, nós realizamos centenas de fiscalizações por ano nessas instalações que eu mostrei pra vocês, nós vamos nas instalações, nós levamos os nossos monitores, nós fazemos medidas pra assegurar o cumprimento do que tá estabelecido na nossa regulamentação. Além disso nós realizamos o que nós chamamos de coerção, ou seja, caso seja verificado que há um determinado desvio nós aplicamos então as medidas cautelares e agora, com a nova lei de criação da autoridade nacional de segurança nuclear, há previsão também de multas caso seja verificado um desvio do que está estabelecido na nossa regulamentação.

Bom o projeto de Santa Quitéria é um projeto particular, porque ele contempla dois tipos de instalação, uma instalação minero-industrial ligada a extração do fosfato e uma planta nuclear como nós podemos ver desse esquema, não, não vamos entrar aqui em detalhe, mas, uma planta nuclear onde é obtido o concentrado de urânio.

Então, existem dois licenciamentos concorrendo, um licenciamento minero-industrial e um licenciamento nuclear da, da, da planta onde se obtém o concentrado de urânio.

Da parte minero-industrial então nós temos uma regulamentação específica e estabelecida, que estabelece um rito de licenciamento né, pra as plantas minero-industriais e é, pode passar, esse licenciamento ele contempla uma etapa de classificação, os requisitos não são os mesmos pra todo tipo de instalação minero-industrial e posteriormente é feita também, pode passar, a, o licenciamento propriamente dito né, submetido a documentação propriamente dita para a obtenção da autorização relativa a planta minero-industrial né. Pode passar, e então nós temos aí descritos os documentos para o grupo, dos grupo que a princípio está classificado a planta minero-industrial de Santa Quitéria, são cobrados os seguintes documentos, o plano de proteção radiológica ocupacional relativo aos trabalhadores do, do sítio, o plano de monitoração radiológica ambiental, plano de gerência de rejeitos radioativos, e o plano preliminar de descomissionamento né.

Pode passar, bom o que que, em que estado nós estamos desse licenciamento minero-industrial? Então, foi proposto né, pela, pelo operador, pela INB uma interface né, um, uma definição da interface da entre os do, as dois, as duas instalações. Essa proposição foi avaliada, foi questionada, foram apresentadas pontos a serem corrigidos, modificados, adequados, mas, essa proposta finalmente foi aceita e foi submetido então um relatório de informações preliminares com vista à classificação da instalação como instalação do grupo dois, essa classificação é uma classificação precária né, que ela tem, pode ser verificada, pode ser revisada no futuro a partir do momento que de fato o material for sendo extraído, mas, a princípio ela foi aceita, então nós estamos indo pra efetiva apresentação da documentação relativa a autorização da instalação minero-industrial.

No que tange a instalação nuclear nós temos então um conjunto mais amplo de normas tá, aqui a gente cita as principais relativas ao licenciamento da, da, da planta e ao controle do material nuclear da instalação, mas, outras normas também são aplicadas aqui. Por favor, essa, esse processo de licenciamento é um processo um pouco mais complexo, ele basicamente contempla três etapas, a aprovação de um local, a licença de construção e a licença de operação, é um 00:51:40 - falha no áudio. Também como no caso do IBAMA é um licenciamento fracionado né, e é interessante nós observarmos que nós estamos no início desse licenciamento, por favor, é no caso da, do, da aprovação de local é, o que que, o que que nós estamos olhando né, nós estamos olhando a influência do local na instalação e a influência da instalação, sob o ponto de vista radiológico, sob o ponto de vista de risco, da instalação no local, então são verificados questões relacionadas a geografia, demografia, a geologia, geotécnica, sismologia, se há algum problema em relação sismologia, hidrologia, riscos associados a hidrologia e ecologia.

Quando na segunda etapa né, nós teríamos então a, o, relatório preliminar de análise de segurança com vistas a obtenção da licença de construção, nesse caso né, nós estaríamos olhando os sistemas intrínsecos de segurança da

planta, os sistemas que estão associados a parte construtiva da planta né, e fazendo uma primeira revisão dos procedimentos operacionais que estão orientados para a segurança da operação da planta. Finalmente, no momento que é submetido o relatório final de análise de segurança com vistas à autorização de operação é feito uma avaliação então desse procedimentos operacionais além de, pode passar, além do plano de proteção radiológica, do plano de segurança física, é verificada que o sítio né, ele não pode sofrer ali incursões não autorizadas, do plano de emergência, do sistema de gerência de qualidade, gerência de rejeitos, enfim, uma série de tópicos operacionais já no nível já de procedimentos de operação.

Bom em que estado nós estamos? Então foi recentemente foi submetido pra avaliação da CNEN o relatório de local com vistas à emissão então do primeiro ato tá, esse relatório está sendo avaliado pela comissão nesse momento e nós estamos entrando num processo de revisão e avaliação.

Eu termino aqui minha apresentação mostrando um pouco uma figura pra vocês que ilustra um fato tá, é um fato, o ser humano ele está exposto as radiações ionizantes. Ele está exposto por fontes naturais né, o urânio de Santa Quitéria é uma fonte natural, ele está lá né, nós temos outras fontes naturais, nós temos inclusive a presença de radionuclídeos em alimentos né, que nos expõe a pequenas doses de radiação, na banana por exemplo nós temos Potássio 40, que nos expõe a uma dose muito pequena, então assim, ao, ao ingerirmos determinados alimentos, ao estarmos expostos ao meio ambiente nós nos expomos a radiação ionizante e nós nos expomos a radiação ionizante também por fontes artificiais né, por exemplo ao irmos fazer um Raio X, nós nos expomos as radiações ionizantes né, dentro dessa, dessa perspectiva, aqui eu não faço, isso não é uma comparação tá, o que eu tô simplesmente ilustrando é o licenciamento nuclear, o licenciamento minero-industrial ele exige que o operador apresente garantias de que as doses de radiação a que são submetidos o público e os trabalhadores estão numa, numa faixa ambiental, ou seja, elas correspondem a valores inferiores a um terço do limite para público a valores é, inferiores ou cerca de um décimo da dose de radiação que nós recebemos do meio ambiente e por exemplo inferiores a um vigésimo do, da dose de radiação que nós recebemos num exame de tomografia computadorizada é, e essas garantias tem que ser verificadas por nós, é, são fiscalizadas por nós e a partir da nossa atividade regulatória que nós asseguramos que essa prática licenciada ela de fato contribui com esse tipo de valor de dose, caso as garantias apresentadas pelo operador não sejam suficientes pra que nós atestemos esse, essa situação o licenciamento não é bem sucedido ele malogra tá. Então ele é uma condição, essa situação é uma condição pra o licenciamento seja bem sucedido, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Ricardo, bastante elucidativa a sua apresentação, eu sou um que volta e meia fico com dúvida sobre o licenciamento nuclear e é sempre bacana a gente poder ver a ilustração, poder ver como funciona na, na, na prática, muito obrigado.

Antes de passar a palavra para o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pra fazer a sua apresentação eu queria registrar a presença do senhor Sérgio Araújo, que é Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e trabalho do Estado do Ceará, registrar também a presença do senhor Expedito Parente Júnior, Diretor de Infraestrutura da Agência de desenvolvimento do Estado do Ceará e o senhor Gleisson Feitosa vereador de Canindé.

É, passando agora para as próximas apresentações, eu vou chamar o, o Rogério Carvalho que é diretor de Recursos Naturais da INB e o Raphael Turri que é o gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Galvani, e eu abro um parêntese aqui pra elucidar para todos os senhores que o, a INB junto com a Galvani eles formam um consórcio que é o consórcio que tá aí na tela o nome, CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA, mas, perante o IBAMA o processo de licenciamento ambiental ele está vinculado integralmente somente a empresa INB, então todo o processo de licenciamento ambiental corrente no IBAMA ele é, perante o IBAMA, da INB, embora pra divulgação do trabalho, pra representação da empresa ela é identificada como CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA.

Então eu passo a palavra primeiro pro Rogério depois pro Raphael, eles vão ter o tempo de vinte minutos pra fazer a apresentação do projeto para todos vocês.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: Muito boa noite a todos, meu nome é Rogério Mendes Carvalho, sou diretor de recursos minerais da Indústrias Nucleares do Brasil, INB, e representante, um dos representantes legais do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA. Pediria a mesa então pra iniciar com um pequeno vídeo pra apresentação e demonstração de todos.

APRESENTAÇÃO DO VÍDEO.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: Dando continuidade, retomando a apresentação. Por que estamos e reunidos hoje? E que momento é esse, dessa Audiência Pública? É um momento em que nós queremos falar, nós queremos apresentar o PROJETO pra todos vocês e é um momento também que nós queremos ouvir, ter os esclarecimentos, ter as dúvidas, ter os comentários, esse é o propósito.

Quais são os princípios do PROJETO? E quais são os princípios do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA? Queremos trabalhar com integridade, integridade não significa simplesmente honestidade, vai muito além disso, significa ética, compromisso, tranquilidade, companheirismo, amizade, desenvolver realmente um PROJETO junto, inovação.

O mundo está mudando a cada momento, então precisamos entender que os nossos postos de trabalho estão mudando de uma forma contínua e queremos

implementar uma cultura vencedora e também um espírito de empreendedorismo.

Envolvimento é isso que nós estamos hoje vivenciando aqui, um momento de conversar sobre emprego, de tratar com a sociedade e tratar com o Poder Público. Então queremos fazer uma construção coletiva e participativa do PROJETO, ter um PROJETO economicamente próspero, um PROJETO socialmente justo, um PROJETO ambientalmente sustentável e por fim, um PROJETO culturalmente diverso.

Onde está localizada a jazida de Santa Quitéria? A jazida de Itataia? É uma jazida brasileira, uma jazida que está no estado do Ceará, no município de Santa Quitéria.

Esse slide, essa transparência, essa imagem mostram de um lado o direito minerário e os limites da fazenda e do lado direito a gente pode visualizar a área do empreendimento e a área ocupada em relação à fazenda Itataia. O que é importante ser dito é que o empreendimento, a área industrial ocupa nove por cento da fazenda Itataia somente e zero vírgula, zero quatro por cento da soma da área dos quatro municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena.

Quais são os produtos que vão ser gerados? Três produtos, fertilizantes fosfatados, fosfato bicalcico para ração animal e concentrado de urânio. O que é importante ser dito novamente. É que os produtos fosfatados vão ser gerados livre de urânio e que correspondem a noventa e nove, vírgula oito por cento da massa de produtos gerados. E o concentrado de urânio? Representa somente zero vírgula dois por cento dos produtos, duas mil e trezentas toneladas de concentrado por ano.

Em termo de logística esse é um proje, um PROJETO de uma ampla logística de distribuição que envolve as regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com uma utilização intensiva de fretes retorno, que significa que os produtos vão e voltam utilizando as mesmas rotas, os fertilizantes e os insumos na sua grande maioria.

Próximo, por favor. E quais são os benefícios em termo de resultados? Vão ser investidos dois ponto três bilhões de reais pra construção, pra implementação do PROJETO, em termos de melhorias da balança comercial, em termos de diferenças entre importações e exportações vão ser gerados positivamente mais de três bilhões de reais, vinte e cinco por cento das demandas atuais de fosfato, de fertilizante de fosfato bicalcico que vão ser supridas por PROJETO, vinte e cinco por cento na área de fertilizantes e cinquenta por cento na área do fosfato bicalcico, mais de três vezes a demanda futura de concentrado de urânio para a alimentação de ANGRA I, ANGRA II e ANGRA III. Vão ser gerados dois mil e oitocentos empregos diretos e cinco mil seiscentos empregos indiretos durante a fase de obras e também durante a operação, quinhentos e trinta oito empregos diretos e dois mil e trezentos empregos indiretos.

Em termos de benefícios socioeconômicos, Santa Quitéria e toda região se beneficia, se beneficia em termos de massa salarial e vocês podem visualizar no

gráfico, vários milhões de reais sendo gerados tanto em Santa Quitéria quanto na região como um todo o que envolve todos os municípios ao redor do PROJETO. Uma arrecadação total que também vai ser crescente em Santa Quitéria e nas, e nas outras cidades incluindo Lagoa do mato, Itatira, Canindé e Madalena e o PIB que é a geração de riqueza, que é a soma dos bens e serviços, cresce em toda a região.

Santa Quitéria aumenta o PIB de zero vírgula cinco bilhões para quatro vírgula nove bilhões de reais e na região como um todo que é muito importante que causa um impacto para todos vocês que estão aqui nos ouvindo, o PIB cresce de um vírgula oito bilhões para seis vírgula quatro bilhões, o que significa um aumento de três vírgula seis vezes.

Fica então uma mensagem, é um PROJETO construtivo, que nós queremos desenvolver uma nova era na produção conjunta de fosfato e urânio valorizando as riquezas da terra.

Eu passo então a palavra para o Raphael.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Boa noite! Sou Raphael, gerente de meio ambiente, saúde e segurança da GALVANI, antes de começar a apresentação a gente vai passar um vídeo sobre o PROJETO e o processo do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

TRANSMISSÃO DE VÍDEO.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Então pessoal a gente traz aqui uma informação importante, é justamente a comparação entre o PROJETO que foi apresentado em dois mil e quatorze do lado esquerdo da figura e o PROJETO que encontra-se em análise pelo IBAMA e pela CNEN.

A primeira evolução do PROJETO, melhorias tecnológicas que aconteceram foi justamente a substituição do processo de beneficiamento mineral a úmido pela seca, esse processo ele permitiu uma redução no consumo d'água da ordem de dezessete por cento. Um outro ponto importante também foi na gestão de riscos, então eliminou a necessidade da implantação da barragem de rejeitos, também o material que ia para barragem de rejeitos hoje ele seria compactado na pilha de fosfogessical e também devido a uma mudança no processo o fosfogesso produzido ele traz uma compactação e uma segurança maior para essa estrutura, vocês podem verificar que a área em amarelo continua sendo a mesma do PROJETO anterior e do novo PROJETO. Também houve uma redução importante no, ocupação da área e também na supressão vegetal, isso reduz os impactos ambientais no meio ambiente, na fauna e na flora.

Tudo isso demanda investimento, é um investimento mais alto e como consequência dessa tecnologia a gente tem uma produção maior, a gente consegue extrair mais fosfato, mais urânio da mesma jazida que antes era perdida na barragem, né.

E por fim, o PROJETO também traz uma, um requisito importante de sustentabilidade, que a geração própria de energia. Hoje nós conseguimos ser noventa por cento autossuficiente na produção de energia. Um destaque importante do nosso PROJETO é a parceria com o Governo do Estado do Ceará, o Governo do Ceará ele tem essa prática com projetos que trazem um desenvolvimento em termos regionais e que é o caso do PROJETO SANTA QUITÉRIA. Então nesse caso o PROJETO SANTA QUITÉRIA vai receber uma estrutura, uma infraestrutura do governo, primeiro a adutora de água que vai ser uma obra feita desde o açude Edson Queiroz até o PROJETO e no caminho ela também vai abastecer três comunidades, né, os assentamentos de Morrinhos, Queimadas e o distrito de Riacho das Pedras, tem também o acesso rodoviário, o acesso rodoviário definido pelo Estado pro transporte de cargas vem desde a BR 020, entra no trevo de Macaoca, segue pela CE 366 que hoje já é pavimentada, faz o contorno aqui em Lagoa do Mato e segue os dezessete quilômetros até a fazenda, todo esse trajeto vai ter um leito compatível com o da BR, significam vias largas com acostamento e um asfalto reforçado. Também vai ser feito uma nova linha de transmissão desde a subestação de Santa Quitéria até o PROJETO. E dois aspectos muito importantes, o primeiro relacionado à educação e capacitação da mão de obra e o outro relacionado a urbanização e melhoria dos serviços públicos. Então esses são compromissos do Governo do Ceará associados ao desenvolvimento do PROJETO.

A questão da disponibilidade hídrica, ela é confirmada e atestada pela SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS e pela COGERH que no seu planejamento de longo prazo apresenta um plano que atende o crescimento do consumo humano, o crescimento do consumo da irrigação de outros usos e também o industrial.

Nossa parte, o que nós fizemos na evolução do PROJETO, foi conseguir reduzir o consumo d'água, aumentar a produtividade, produzir mais com menos água e aumentar a nossa produção, essa eficiência que a gente traz e que a gente não cansa de buscar mais até o detalhamento do PROJETO que vai ser apresentado mais adiante.

Trazendo um pouco do que a CNEN apresentou, todo contorno rosa é justamente a delimitação da instalação minero-industrial e vocês podem ver pelo desenho que a instalação de urânio aonde existe a concentração do urânio é uma área muito pequena desse PROJETO e é justamente aonde a gente tem além de todos os controles de saúde e segurança que são práticas, né, da atividade mineração e industrial, a gente tem também controles adicionais relacionados a essa atividade que são regulados pela CNEN e nós temos também um , com, um programa muito amplo de monitoração ambiental que começa a ser feito nesse mês de junho, esse programa ele tem pontos imediatamente na, no muro do PROJETO, na borda do PROJETO, na fazenda Itataia, nas comunidade e na bacia hidrográfica.

Como já foi falado nós estamos na fase de licenciamento ambiental prévio depois de toda etapa como a equipe do IBAMA apresentou, de licenciamento ambiental prévio e depois da obtenção da licença de instalação, nós poderíamos começar

as obras, esse período de obras planejado levaria dois anos, o período de operação mais vinte anos e por fim, o período de fechamento, descomissionamento mais sete anos. É importante que a atividade ela começa a ser recuperada, ela começa a ser descomissionada ao longo da operação, esses sete anos seriam só pro fechamento final da operação.

Uma parte mais importante de todo esse processo, é o diálogo, nós estamos dialogando e conversando com a comunidade já há muitos anos. Esse PROJETO ele é novo, não é de hoje, ele já tem aí quarenta anos, né, desde o último processo apresentado em dois mil e quatorze até agora nós sempre mantivemos o contato com as comunidades daqui do entorno, nós ao longo desse ano reforçamos essa comunicação, atingimos muitas pessoas e a gente continua aqui aberto nesse momento de diálogo e conversa pra ouvir a comunidade e para sempre melhorar o PROJETO, é nessa conversa que a gente vai conseguir implantar esse empreendimento e trazer todos os benefícios e impactos positivos esperados.

Então pessoal eu agradeço, agradeço a oportunidade que vocês dão de a gente vir aqui à casa de vocês conversar sobre o PROJETO e antes de passar para consultoria ambiental eu vou transmitir mais um vídeo sobre o PROJETO. Obrigado.

TRANSMISSÃO DE VÍDEO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Agradeço a apresentação do Rogério e do Raphael e agradeço o esforço da empresa em cumprir o horário, o tempo estabelecido para apresentação do PROJETO, eu sei que a gente termina correndo um pouco com apresentação, mas depois a gente ganha mais tempo para o debate e qualquer dúvida que tenha ficado ao longo do, da discussão a gente pode voltar a abordar.

Agora eu queria passar a palavra para a Cláudia e pro Ricardo que vão fazer a apresentação do EIA/RIMA propriamente dito, do estudo ambiental que foi desenvolvido pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA, os dois fazem parte da consultoria TETRA MAIS.

Cláudia a palavra é sua.

Maria Cláudia Paley – TETRA MAIS:

Alô, agora sim. Boa noite, meu nome é Maria Cláudia Paley, eu sou a responsável técnica pelo Estudo de Impacto Ambiental e estou aqui representando a TETRA MAIS CONSULTORIA, que foi a consultoria que elaborou esse estudo, é esse estudo ele foi elaborado envolvendo mais de cinquenta profissionais especializados em suas áreas de conhecimento, profissionais que pertencem, que são originários de vários estados brasileiros incluindo aqui na região. Então eu começo com esta introdução e depois passo a palavra pro Ricardo.

O Estudo de Impacto Ambiental como já foi falado pelo IBAMA, ele é uma base importante e ele tem o conteúdo das análises técnicas pra dar base pra obtenção

da licença prévia que a primeira etapa do licenciamento ambiental e ele trata de analisar o empreendimento, o empreendimento é o PROJETO SANTA QUITÉRIA que vocês acabaram de conhecer e que é um PROJETO de mineração que tem por objetivo é fornecer produtos para agricultura e pecuária que são os fertilizantes e o produto pra ração animal que hoje são importados e que vão se destinar principalmente a região Nordeste e Norte do país, além da produção do urânio pra geração de energia. Ele tem uma importância pro Estado do Ceará para a região porque ao chegar ele atrai investimentos em infraestrutura, como é o caso da adutora e das estradas e também tem uma importância para os municípios porque vai contribuir pro desenvolvimento local e quando associado as ações e medidas previstas no Estudo de Impacto Ambiental se garante que esse desenvolvimento se dá em base sustentável.

O RIMA é relatório que traz as principais conclusões do EIA e tá disponível em linguagem acessível para vocês conhecerem um pouco mais sobre o PROJETO em qualquer momento e estamos aqui na Audiência Pública para fornecer esclarecimentos e ouvir contribuições e sugestões.

A o que é o Estudo de Impacto Ambiental? Aqui é importante a gente entender do que ele se trata, é um documento com dez mil páginas que trata em primeiro momento de entender o PROJETO SANTA QUITÉRIA, entender quais os elementos desse PROJETO que são capazes de provocar impactos ambientais pra então sugerir mudanças dar contribuições pro aperfeiçoamento desse PROJETO, isso foi feito ao longo desse ano, desse último ano de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental sabendo que o PROJETO já tinha passado por outras modificações. Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental indica o sistema e as medidas de controle ambiental necessárias para reduzir impactos ambientais que não puderam ser evitados.

E por que tantos especialistas envolvidos? Porque cada especialista vai entender cada componente do ambiente natural e do ambiente socioeconômico pra prever e analisar quais os impactos que podem, que podem ser desencadeados em cada fase do PROJETO, na fase de planejamento, na fase de implantação, na fase de operação e até do encerramento. Pra poder propor em que medida e de que maneira esses impactos estarão sob controle. Eles podem ser reduzidos ao mínimo, eles podem ser monitorados para verificação da sua intensidade e eles podem ser ainda compensados ou desencadear um plano de recuperação ambiental.

Dessa maneira é montado um Estudo de Impacto Ambiental olhando pros os impactos negativos com esse enfoque e também olhando pros impactos positivos que são a razão do empreendimento ser realizado. Então esses impactos positivos também contam com medidas para que eles possam trazer os benefícios o máximo possível para o desenvolvimento local. E assim também o Estudo de Impacto Ambiental foi feito e com esse conjunto de medidas é então estabelecido um compromisso que está gora apresentado para o IBAMA, que compreende o compromisso do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA para realização desse PROJETO.

Dessa maneira se concluí com esse conjunto de compromissos pela viabilidade ambiental do empreendimento. E agora esse empreendimento é submetido junto com essas ações medidas e trinta e cinco programas socioambientais a Audiência Pública.

Por fim acho que já foi falado do processo de licenciamento ambiental, portanto essa é a primeira fase e o que eu quero destacar aqui é que esses programas, essas medidas ainda não estão completamente detalhados. Eles são uma primeira fase, que é a fase, que é o que compreende a licença prévia e após recolhimento de contribuições e ainda pedidos adicionais que podem ser feitos pelo IBAMA, que são chamadas condicionantes ambientais ou essas condições adicionais, é detalhado o plano básico ambiental que vai conter esse compromisso em detalhes, assim como, na próxima etapa o PROJETO é detalhado e aí então se estabelece antes da instalação a realização desse PBA, o que que é isso? A realização do PBA envolve a contratação, estabelecimento de uma equipe responsável pela sua execução que vai tratar de fiscalizar, acompanhar e realizar esse conjunto de medidas e que tem por obrigação relatar tudo que vem sendo realizado ao IBAMA de modo a dar base para fiscalização, ou seja, o IBAMA continua acompanhado o processo ao longo de toda a sua vida.

Então isso envolve também monitoramento dos impactos e as ações de recuperação e compensação ambiental.

Eu concluo então a minha fala explicando esse, esse final do processo e as próximas etapas do PBA e passo para o Ricardo que vai apresentar sobre o EIA, Estudo de Impacto Ambiental. Muito obrigada.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Bom pessoal, boa noite, meu nome é Ricardo Lieutaud, sou gerente de projeto da TETRA MAIS, hoje eu tô aqui representando toda a equipe técnica que participou, uma parte está aqui com a gente hoje e qual que é a primeira etapa desse estudo? É quando a gente, a equipe técnica envolvida no EIA/RIMA recebe do, do, da engenharia, do empreendedor o projeto e aí ele começa a entender o que vai ser esse projeto, qual, o que que vai ser produzido, como que vai ser explorado esse minério, quais as estruturas e aonde que elas vão ser instaladas na fazenda Itataia, nesse caso.

E também aí esse projeto estabelecido, ele feito uma comparação, ele é comparado com outras alternativas pra que isso? Pra ver justamente qual o menor impacto possível no meio ambiente, no território, dessa forma essa planta já foi apresentada, né, um empreendedor já comentou e vocês vão ver esse desenho aí ao longo da apresentação é o projeto, é o PROJETO SANTA QUITÉRIA, é o layout dele.

E para que que a gente precisa disso? Em cima desse, desse desenho a gente define a área de estudo, que a gente chama da área de influência, essa área de influência pro meio físico e biótico é que são os rios, as águas, o ar, a vegetação, a fauna, no caso do PROJETO SANTA QUITÉRIA a área de influência indireta,

que aonde a gente prevê o menor impacto ou um menor, ou os impactos com menor incidência no ambiente, tá representado pra essa, essa cor rosa aqui do mapa, ela é composta aí por parte da bacia do rio Groaíras, né, ele ela incorpora a AID que é a área de influência direta do empreendimento. E o que que isso significa? A influência direta é onde a gente tem a previsão dos impactos mais fortes mais incisivos dentro do, do ambiente. Esses impactos pra área de influência indireta, foi considerado a sub bacia do Rio Cunha Moti né, e em cima desse, desta, desse desenho foi desenvolvido o plano de amostragem que eu vou comentar um pouco mais pra frente.

Sobre o meio socioeconômico que é a, o estudo né, é o componen, é a área que a gente estuda, não só os municípios a parte do, da dinâmica da população, de como as comunidades pro, pro, pra área de influência direta foi considerado os municípios de Santa Quitéria, Itatira, hoje aqui, aqui, e de influência indireta os municípios de Canindé e Madalena.

Então pra que que é importante essas áreas? É aí que a gente vai definir o, a amostragem, aonde a gente vai fazer os estudos propriamente dito.

Então pro meio físico agente começou, foi, foram levantados diversos temas e pra cada tema a gente segue normas como o IBAMA já consi, apresentou aqui, são normas e leis que regem todo, todo os parâmetros que devem ser seguidos, pra qualidade do ar por exemplo é quando a gente, a gente faz uma variação em cima dos parâmetros já estabelecidos pra verificar qual o nível de, da atual da, do ar né, dos parâmetros estabelecidos pela legislação e essa legislação define o nível aceitável pra, pra saúde humana, até quando, qual a taxa pode fitar na, caracterizado aí no, no ambiente pra ter, que causa algum dano sobre a população de forma geral.

Os resultados dessa amostragem apresentam os níveis dentro dos parâmetros exigidos, dentro da legislação atendendo. De forma também pra verificar o que que pode acontecer né, quais os possíveis impactos do empreendimento foram feitos alguns estudos aí de modelagem atmosférica, é quando a gente pega esses parâmetros estudados que eu comentei, considera o projeto e as medidas de controle e projeta o futuro né, pra entender o projeto operando se vai ter alguma alteração significativa que possa ter algum impacto direto na saúde da população, principalmente das comunidades do entorno. Esse estudo também é apresentado no EIA, tá detalhado e também apresenta que não haverá impacto direto ou indireto sobre a população de entorno da mina quanto a qualidade do ar.

O mesmo a gente pode considerar pra ruídos e vibrações né, então, uma malha ampla e entorno de todo o, dos principais receptores né, que são a população, as comunidades, os projetos de assentamento no entorno do PROJETO SANTA QUITÉRIA, foram feitos os levantamentos, feito também uma projeção considerando a operação né, e também os níveis que continuam dentro do normal do que já foi registrado hoje.

E então considerando esses dois itens que eu apresentei agora a gente chega aí com alguns impactos que foram identificados e que podem ocorrer no empreendimento, e pra cada impacto desse existem os programas que eu tô

apresentando ali, e importante dizer que esses programas eles tem como objetivo não só minimizar, mas, também controlar ou monitorar esses, esses possíveis impactos. E essas, e as medidas de controle que esses programas apresentam também são muito importantes, é nisso que a gente vai conseguir ter o acompanhamento, ter o, o, a segurança do que a gente tá apresentando que não causará o impacto, então aqui a gente apresenta dois modelos que é o filtro que isso daí é um mecanismo incorporado nas chaminés pra assegurar a qualidade do que vai ser emitido e também, os caminhões com a água que, que vão ser, que vai ser coletada dentro do projeto pra que possa umedecer, umidificar o material e evitar poeira ou o material particulado em suspensão.

Quanto o solo da região, o projeto, a Fazenda Itataia ela tá numa região que todo mundo conhece bem prote, protegida naturalmente, aqui eu tô apontando ao norte que tem a Serra do Céu, ao leste aqui a Serra das Laranjeiras, Serra do Quati, isso oferece uma proteção natural ao, ao projeto como um todo, e com isso os impactos e a avaliação feita dentro desse componente do solo, eles vão agir de forma local, dentro da Fazenda Itataia, não há previsão de qualquer impacto sobre o solo, seja na questão aí de alteração da qualidade ou qualquer movimentação de solo pra fora da Fazenda Itataia e ainda assim são propostos diversos programas de compensação, de com, é, de recuperação em eventuais utilização do solo durante a fase de obra. Tem o monitoramento da qualidade do ar que é um tema importa, da qualidade do solo, que é importante pra verificar a situação atual e acompanhar isso daí ao longo de todas as fases do projeto.

Quanto aos recursos hídricos aqui da, do projeto, o estudo fez um levantamento tanto da qualidade como dos principais cursos d'água da região. São rios intermitentes que isso, o que que isso quer dizer? Durante a época de chuva eles correm e na, na, nas, na, seguindo, seguindo essa linha né, pro, em direção aqui a parte do Rio Groaíras e uma, um ponto importante que, que vale destacar é que o projeto ele não afeta a drenagem da região, ele tá incorporado as demais cabeceiras aqui elas vão ser mantidas e elas seguem fazendo com que toda a drenagem corra ali pro baixo Acaraú. O mesmo, o...

INTERROMPIDO POR MANIFESTAÇÃO POPULAR – Gritos ao longe sem captação clara do áudio.

O mesmo ocorre pra água subterrânea, o fluxo será mantido, não há previsão de impactos sobre esses componentes. Como impacto ambiental ainda a gente tá propondo um monitoramento, como o empreendedor comentou agora cedo, há pontos específicos em todo redor ali do, da Fazenda Itataia pra ser monitorado, tanta o, os cursos d'água, as águas superficiais e a água subterrânea em caso, caso necessário. Pro, o estudo considerou também uma avaliação aqui do, das cavernas né, das cavidades locais foram identificadas cento e vinte cavida, cento e vinte e quatro cavidades ao total, o projeto tem a previsão aí de suprimir cinco delas, sendo que uma de, de média relevância e quatro de baixa relevância.

E aqui eu queria destacar um ponto importante, como o projeto de engenharia e o diagnóstico ambiental eles devem se conversar pra visar aí o menor impacto, inicialmente essa estrutura da pilha de estéril que já foi apresentada aqui

anteriormente, ela tinha esse com, essa com, essa forma reta né, durante as atividades de campo, durante os levantamentos da equipe especializada foram identificadas algumas, as cavidades, esses pontos amarelos né, são as cavernas e foram identificados e definido a área de influência dessas cavidades, dessas cavernas, isso quer dizer aon, qual a área que deve ser mantida pra manter a integridade física dessas cavernas.

A equipe técnica e a engenharia discutiram, chegaram cada um colocou seu ponto, demonstrou a importância da manutenção, depois então realizado esse contorno do, pra se, salvaguardar essas cavidades, pra manter e conseguir afetar, não afetar essas também. Ainda assim considerando aí todo o fluxo e o número alto de cavernas na região é considerado aí um comprometimento do patrimônio, são progra, tem diversos programas que vão ser realizados incluindo aí a gestão desse patrimônio espeleológico né, da cavidade.

E sobre o meio biótico, o meio biótico eu não comentei, mas, é a vegetação, é a fauna, são os animais aqui que todos nós admiramos né, a região é composta é de caatinga né, e a predominância né, a formação vegetal mais característica da região é a arbustiva que demonstrada nessa foto de cima lá do lado esquerdo, com espécies de menor porte, com mais espaçadas e representada no mapa desse, nessa cor verde mais clara, o verde mais escuro é a vegetação florestada né, a savana florestada, ela também tem um porte maior, árvores mais próximas e eu queria destacar essa parte mais laranja do mapa, essa é a parte antrópica, é aonde a população né, a, a, os, os assentamentos, toda, toda a população realiza seu uso de forma mais incisiva né, seja pra plantação, criação, e ela segue também se observar essa linha azul são os rios, e ela segue também esse fluxo.

Quanto aos impactos na vegetação, há uma perda da, há uma redução da cobertura vegetal, há perda né, de habitat, e uma possível alteração de biodiversidade e pra isso são propostos os programas não só de monitoramento, mas também o de controle das obras, o programa de recuperação da área de, de, degradada, existe re, um programa específico de resgate de material vegetal que inclui não só sementes, mas, também mudas, a serapilheira né, é o material que fica no solo pra poder manter o banco de sementes da vegetação dali da Fazenda Itataia.

Já a fauna da região é uma fauna rica, típica de caatinga com mais de trezentas espécies aí identificadas no estudo entre não só as aves, os mamíferos, mas, também os insetos que foram estudados, a área amostral, os levantamentos, os estudos feitos abrangeram uma ampla área pra justamente te o maior potencial, o maior conhecimento da, da fauna da, da região, foram utilizados métodos que evita e garante o menor estresse a todos os animais, esses levantamentos foram feitos de acordo com as autorizações emitidas né, antes do, do trabalho de campo a empresa submete ao IBAMA pra avaliação do IBAMA um plano que subsidia a autorização de manejo de fauna né, e o mesmo pra fauna aquática, que foram feito aí os estudos não só dos peixes da região, mas, também dos microrganismos lá, das algas, do, da, da dos, dos planctos né, dos microrganismos aí da regi, da, do entorno aí, dos cursos d'água.

Então como o impacto aí sobre a fauna da região tanto aquática como a terrestre há a possibilidade de alguma, de perda de alguns indivíduos principalmente durante a fase de obras né, haverá uma movimentação de caminhão mais, maior. A perturbação de fauna também pela questão do, do aumento de barulho, de ruídos ali da região, seja pela obra em si ou pelo tráfego de, de veículos, a perda de habitat aquático pela, pela configuração da, dos cursos d'água dali da, da Fazenda Itataia e pra isso são propostos os programas, os programas eles envolvem não só o monitoramento, mas, também o resgate, é assegurar que qualquer problema, qualquer animal que, que porventura tenham uma capacidade de desenvol, de deslocamento menor ele possa ser resgatado ne, capturado e transferido ali pra uma área segura e sem a interferência das obras. Então, não só isso, também a questão por exemplo, os ninhos, caso sejam encontrados, se houver, se algum animal ferido for identificado ele também é resgatado, encaminhado pruma clínica veterinária, vai se, vai ser acompanhado pra ter, assegurar toda a salvaguarda.

Quanto as unidades de conservação o projeto não prev, o projeto não prevê impacto em nenhuma dessas unidades, tanto as unidades como os parques federais, estaduais, municipais ou reserva, ou em reservas legais de outras, tanto da Fazenda Itataia ou qualquer outra no entorno.

Pela legislação atual projetos desse, desse porte de significativo impacto ambiental como foi comentado pelo IBAMA na apresentação ele tem o compromisso de compensação ambiental, esse é um valor que é destinado a gestão e a criação de unidades de conservação então, pro PROJETO SANTA QUITÉRIA foi feito um cálculo que ainda será avaliado, esse valor ainda tá entorno de dez milhões e oitocentos mil reais.

Já o meio socioeconômico que é a parte aqui do, do, da população como um todo, do, das cidades, das comunidades. Os municípios, tanto Canindé e Madalena como Santa Quitéria e Itatira, apresentam bons índices de, da educação, essa é a notícia boa né, ela, eles tem uma aprovação, uma nota, segundo o IDEP boa, apesar que ao, que o, o, a escolaridade da população adulta acaba sendo baixa.

Já o saneamento, o abastecimento da água em Canindé é principalmente ali pelo açude Souza, já Madalena por poços, e Santa Quitéria e Itatira já possuem o plano de saneamento municipal né, então há uma e eu queria aqui chamar a atenção pro programa de, o memorando de entendimento com o estado, há uma previsão aí de benfeitorias de desenvolvimento, principalmente em serviços públicos e esse é um dos programas ambientais previstos nesse tema, no meio socioeconômico de articulação interinstitucional que pode ai também ter uma interface com o governo junto com esse memorando.

A saúde dos quatro municípios segue aí o padrão, da, da, do estado do Ceará né, a, existe aí né, a questão dos leitos associados dependentes do SUS, os índices tão dentro da normalidade e o estudo dentro identificou aqui vinte e sete projetos de assentamentos rurais aqui tanto do município de Santa Quitéria como de Itatira, sendo vinte e três em Itatira e quatro, é, desculpa, vinte e três em Santa Quitéria e quatro em Itatira.

A produção né, o desenvolvimento a agricu, agropecuária é muito forte nesses é, nos dois municípios aqui estudados, tanto a produção de feijão e milho, como a criação de caprinos e bovinos, isso explica esse alto número de associações comunitárias, em Santa Quitéria são mais de noventa e em Itatira oitenta e nove, as principais aí ligadas a agropecuária local.

Sobre os impactos, as obras né, durante toda a fase aí de, de obras ou operação há uma previ, uma previsão aí de uma, de um aumento de população né, e isso pode ocasionar uma procura maior por habitação, então pode ocorrer um fluxo, um, um aumento de custos sobre possíveis aluguéis, também há uma, há uma previsão de um fluxo maior de veículos então pode ter uma sobrecarga, alguns ato, é possível que ocorra atropelamentos, acidentes com animais de criação e pra isso há também o compromisso do consórcio em priorizar a contratação da mão de obra local, justamente pra minimizar essa atração, esse aumento de população, é, o monitoramento não só da fauna silvestre que eu comentei, mas, também dessa fauna atropelada pra também verificar quais as possíveis medidas de controle e mitigação.

A comunicação social, esse é um programa interessante que é quando o empreendedor conversa com a população e a população conversa com o empreendedor, seja com críticas, elogios, dúvidas muitas vezes, então é um projeto importante pra, pra esse desenvolvimento, pra esse bom relacionamento tanto da, do empreendedor, como da população. E os impactos positivos que são previstos aí pro meio socioeconômico. Há uma previsão de aumento da, da atividade econômica e da renda da população né, foi comentado aqui na apresentação do empreendedor a geração de empregos, da massa salarial, o aumento da oportunidade de negócios locais, isso é importante dizer porque não só o, o número de empregos direto né, o, o número de pessoas que vão trabalhar ali na Fazenda Itataia durante as obras ou operação, é tudo que um projeto desse porte desenvolve no arredor, então não é somente só, a gente tem a questão de borracharia, de posto de gasolina, de restaurante, então tem uma série de serviços associados que vão, que vã, tendem a se desenvolver junto com o empreendimento.

E aí também, o aumento do emprego e da renda, o maior dinheiro circulando nos municípios e das receitas municipais, e como isso daqui, é, quais os pontos pra desenvolver e otimizar e cada vez poder potencializar esses impactos positivos? Tem o programa de comunicação social que eu comentei agora há pouco, mas, também a mão de obra, a gestão da mão de obra local que tem previsão de capacitação dos profissionais dentro do, não só, do, do, canteiro, mas, também para o trabalho é, o programa também de, de monitoramento de infraestruturas de serviços públicos, aonde isso daí acompanhou os índices e as ocorrências do estado, do, dos municípios pra poder desenvolver junto com o estado do Ceará.

Quanto as comunidades tradicionais o estudo seguiu o rito estabelecido pela legislação, os órgãos, tanto o INCRA como a FUNAI foram consultados, eles manifestaram dentro do processo junto ao IBAMA e, o estudo não identificou impacto direto em nenhuma das comunidades tradicionais, nem em terra indígena, nem quilombola. A terra indígena homologada mais próxima fica a mais

de cem quilômetros do empreendimento, sendo que a, os quilombos mais próximos ficam a mais de cinquenta quilômetros.

Bom eu falei um pouco sobre cada impacto né, em cada componente aqui eu apresento um resumo disso, pro meio físico das três, de todas as fases do empreendimento são considerados vinte e sete impactos dentro do, não só os impactos, quando eu falo impactos são tanto os positivos como os negativos, são vinte e sete que eles se repetem em algumas fases, pro meio biótico são dez impactos e pro meio socioeconômico vinte e um nas diferentes fases do empreendimento.

O EIA considera oito programas de relacionamento que é um pouco dessa comunicação social, educação ambiental ou os plan, o plano interinstitucional, vinte e três programas de monitoramento e controle, dois programas de mitigação, que é quando a, dimi, a, visa a diminuição do, dos impactos e dois programas de compensação, um aquele de dez milhões que eu comentei mais cedo, de compensação ambiental e outro de plantio compensatório pela supressão vegetal.

Então por fim esse EIA/RIMA não foi, ele foi desenvolvido em mais de um ano, vem sendo realizado, ele não começou do zero, foram considerados dados não só científicos, como teses, artigos científicos, teses de, de pós graduação, mas, também os dados e os diagnósticos realizados ao longo desses anos todos, há mais de dez anos.

É um estudo que atende a as normas e as legislações ambientais, atende ao termos de referência emitido pelo IBAMA, foi considerado por mim e por toda a equipe técnica um projeto viável ambientalmente e é considerado apto aqui pra avaliação do IBAMA.

Eu queria agradecer a atenção de todos, me colocar e colocar a equipe da TETRAMAIS também a disposição pra esclarecimentos de dúvidas e boa noite, muito obrigado.

MANIFESTAÇÃO POPULAR:

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Eu, eu agradeço a apresentação da Cláudia e do Ricardo, é importante a gente ter essa apresentação ainda que rápida, ainda que sucinta sobre o estudo ambiental que foi elaborado, eu lembro que essas mesmas informações elas estão apresentadas sobre a forma de um relatório de impacto ambiental que é o RIMA que tá disponível pra consulta aqui no espaço além também de estar disponível em ambiente virtual tanto no site do IBAMA quanto no site do consórcio, e eles refletem de uma forma mais simplificada aquilo que tá no EIA né, no estudo completo de impacto ambiental que foi apresentado ao IBAMA e que também está disponível para consulta, tanto aqui no espaço quanto nos ambientes virtuais, e agradeço também o empenho da, da TETRAMAIS em respeitar o limite de tempo que foi determinado pra sua apresentação.

A todos vocês que nos acompanharam até aqui eu agradeço a, a paciência, o interesse e a atenção, a gente sabe que é um processo um pouco demorado, mas, é importante pra compreensão e debate, e discussão do projeto que a gente tem essas informações iniciais.

Agora a gente vai fazer um pequeno intervalo e nesse período é o período pra que todos vocês possam preencher as suas perguntas, lembro de colocarem os seus nomes, endereços de e-mail e as nossas equipes, as monitoras vão tá recolhendo essas fichas pra gente fazer o debate posterior, praquelas pessoas que quiserem apenas fazer o uso da palavra sem necessariamente apresentar uma pergunta podem apenas escrever manifestação oral e nós vamos chamar a todos pra que possam se manifestar, eu lembro apenas que praquelas pessoas que estão em grupos pra que a gente foque em temáticas diferentes pra que a gente não tenha temáticas repetidas ao longo da noite pra gente não estender demais a nossa audiência pública, eu também lembro que praquelas pessoas que estiverem nos assistindo no ambiente virtual através do canal do You Tube podem encaminhar questionamentos que não serão agora, serão respondidos posteriormente, mas, serão considerados dentro do processo de licenciamento ambiental, podem encaminhar seus questionamentos para os e-mails psq.ap.sede@ibama.gov.br, repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br ou para o e-mail contato@consorciosantaquiteria.com.br, repito, contato@consorciosantaquiteria.com.br, ou ainda pelo telefone 0800 402 1030, 0800 402 1030.

Então eu convido todos a desfrutar dum pequeno lanche oferecido pelo processo Santa Quitéria que tá sendo oferecido lá no fundo e voltamos dentro de dez minutos, o meu muito obrigado até aqui.

INTERVALO PROGRAMADO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Espero que todos tenham aproveitado o intervalo, nós vamos agora retomar os nossos trabalhos, vamos para parte que eu considero mais importante da Audiência Pública, é o momento do debate da discussão, é quando a gente vai responder as perguntas da população relacionados ao PROJETO, eu repito que todos vocês receberam fichas aonde puderam colocar suas perguntas, a gente solicita que tenha sempre o nome e um e-mail de contato, aquelas pessoas que quiserem fazer a sua manifestação de forma oral basta escrever manifestação oral, para as pessoas que estão assistindo a Audiência Pública por meio da internet, no canal do You Tube, nos informamos que durante vinte dias além de estar disponível a gravação da própria Audiência nós estaremos recebendo perguntas, questionamentos, comentários, manifestações de forma geral através do e-mail, psq.ap.sede@ibama.gov.br, repetindo, psq.ap.sede@ibama.gov.br, também pelo e-mail, contato@projetosantaquiteria.com.br, repito, contato@consorcio.com.br, consorciosantaquiteria.com.br ou ainda pelo telefone 08004021030, 08004021030.

Para o momento do debate nós vamos fazer blocos de perguntas e manifestações tanto orais quanto escritas, blocos de três a cinco perguntas, estaremos tentando aglutinar por assunto, cada pessoa vai ter um momento de fala para as manifestações orais de três minutos, assim como também as

pessoas na mesa na hora das suas respostas também terão o tempo de três minutos para sua manifestação.

E eu peço a todos que tenham o respeito aos três minutos para que a gente não tenha uma audiência pública que se estenda até as três da manhã como aconteceu ontem, faz parte, acontece, mas se acontecer estaremos firmes e fortes até esse horário, mas eu acho que a gente pode, todos nós em respeito a todos, é tentar se expressar dentro dos três minutos e também procurar não fazer perguntas repetidas ou manifestações repetidas, esse aqui é um espaço democrático, é um espaço aonde o IBAMA vem para coletar as percepções, as manifestações da população, mas é importante que a gente não se repita em respeito a todos. Também vou pedir o cuidado para as pessoas que utilizarem o microfone, para que permaneçam utilizando máscaras. A gente continua num período de pandemia do covid, embora a máscara não seja absolutamente obrigatória, mas a gente pede esse cuidado para a segurança dos senhores mesmo, para não se eventualmente se infectarem com a doença.

Começando então o nosso debate, eu vou chamar o meu colega Wellington Fernandes que tem uma pergunta bastante pertinente a respeito de recuperação de áreas degradadas, Wellington, por favor, você tem no máximo três minutos.

Wellington Fernandes: Alô, boa noite a todos. Eu queria perguntar pra empresa e pra consultoria ambiental, é considerando que a Constituição Federal determina que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, eu queria que vocês explicassem pra população e até pra gente também detalhamento melhor e especialmente se foi feito esse detalhamento no EIA/RIMA quantos os impactos ambientais associados as instalações das estruturas, né? E como se dará a recuperação das áreas, especialmente os tanques e as pilhas de rejeito? E se a empresas já prevê o orçamento de recuperação dessas áreas? Se já foi feito algum orçamento pra ver quais são os custos de recuperação tanto dos tanques, da pilha e do empreendimento como um todo?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu vou passar já essa fala para a Consultoria, uma vez que veio pergunta diretamente do IBAMA, depois a gente vai abrir os blocos com três a cinco manifestações.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Bom, boa noite. Obrigado pela pergunta, o EIA ele considera o programa de recuperação de área degradadas, é um programa que vais ser deso, ele inicia no, na fase de obras, ele percorre toda a fase até de descomissionamento do empreendimento, né, e ele visa a recuperação da estrutura natural, né, não recompor propriamente dito, mas fazer com que as condições naturais seja de absorção da água da chuva, toda a drenagem, ela possa ser recomposta em determinados locais ali que por, por durante fase de obra ou alguma eventualidade tenha que ser ocupada no empreendimento. Além disso também há o plano de descomissionamento, né, que incorpora as ações do, do programa de

recuperação de área degradada ele vai, ele também acompanha em fases todo o PROJETO SANTA QUITÉRIA, ele é, ele tem como finalidade e entregar a fazenda Itataia numa estrutura, com uso futuro que será determinado ao longo do PROJETO e com ambientalmente viável, né, correta, de uma forma correta. O Raphael quer complementar aqui a minha fala, só um minuto.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Bom complementando o que o Ricardo explicou, essa etapa de recuperação, ela começa já no, na fase de obras, né, num, todo o material que a gente chama da cobertura de solo orgânico da supressão vegetal, esse material todo ele é estocado pra que a gente comece imediatamente, logo após a obra a já utiliza-lo na recuperação de algumas áreas utilizadas pros canteiros de obras, depois durante a operação esse material também é utilizada na revegetação das pilhas, ne, pilhas de fosfogessical e também a pilha de estéril, além do taludes da mineração, como a mineração ela vai sendo escavada em dermas, em de dez metros conforme avançando na mina, essas áreas ela já vão sendo recuperadas também pra conter o processo de erosão. Durante toda a operação do empreendimento, esses vinte anos é feito um provisionamento contábil, esse provisionamento ele vai guardando, é como se fosse uma poupança dentro do PROJETO pra etapa final de fechamento, uma estimativa, foi apresentada no EIA/RIMA, mas isso também conforme apresentado aqui, né, no detalhamento dos programas ambientais e depois no detalhamento do projeto executivo, ele também tem uma reavaliação desses valores e desse provisionamento.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Raphael, Ricardo. É a gente vai começar com um bloquinho de perguntas escritas, privilegiando as escritas, uma vez que ontem a gente deu, a gente fez bastantes manifestações orais, e essas perguntas aqui que é um bloquinho sobre questões de saúde. A Ana Cruz, a letra está um pouquinho de difícil compreensão, mas ela pergunta, esse PROJETO é seguro para a população da nossa estrada?

E nós temos também a pergunta do senhor Almir, ele pergunta, em relação a saúde dos operários e da população local, local e adjacentes será implantado um hospital aqui na Lagoa do Mato? E ele também pergunta, a extração do produto no ato do manuseio das máquinas não compromete a saúde da população?

E por fim, nós temos a pergunta da Maria do Socorro que comenta, tendo em visto, em vista o grave perigo iminente de contaminação do trabalhador que estará diretamente em contato com mata, material radioativo, que tipos e assistência a saúde e plano de saúde terão esses trabalhadores?

Eu passo então para o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA para que possam responder a respeito.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Obrigado Regis, então falando primeiro sobre as questões da operação do PROJETO, os controles ambientais. Todo o PROJETO na parte de controle de emissões atmosféricas, todas as instalações industriais, em cada ponto de chaminé ou um ponto, de, que emi, chaminé que emitem os gases e os pontos de controle de material particulado de poeira eles vão ser dotados de equipamentos específicos de controle de poluição, tem principalmente dois equipamentos que são vastamente utilizados na indústria e na mineração, um deles é o filtro de mangas, o filtro mangas, ele tem um princípio similar à de um aspirador, né, ele possui as mangas, que é justamente similar ao saco de um aspirador, ele fica nos pontos, então tanto na chaminés, como em pontos de transição do material capturando o pó gerado e aí esse controle é feito, todo material capturado que é produto volta pro processo e a gente garante no ponto da chaminé que tá sendo atendido o padrão de lançamento. Essa garantia ela é dada por moni, é equipamentos de monitoramento em cada chaminé e também pelo plano de monitoração que nós apresentamos aqui, que depois vai ser acompanhado tanto pelo IBAMA como pela CNEN.

Com relação aos outros gases, o outro equipamento utilizado se chama lavador de gases, esse equipamento tanto o lavador de gases como o filtro de mangas, ele tem uma eficiência na retenção desses elementos de cerca de noventa e nove vírgula cinco por cento, então ele é muito eficiente e o lançamento que ocorre ele atende os padrões legais.

Falando um pouco sobre o controle de águas efluentes, o PROJETO todo como foi apresentado, ele não tem mais uma perda de água que ocorria antes é como pela barragem, então o processo a seco ele permitiu que a gente feche o nosso circuito, o que significa isso? Toda água que entra no sistema, seja água da adutora ou seja água do, de chuva, ele fica dentro do sistema, fica dentro do PROJETO sem nenhum descarte de águas ou efluentes pro meio ambiente, então isso garante a segurança operacional do PROJETO, garante o gerenciamento de riscos e garante a questão da qualidade das águas subterrâneas, as águas superficiais e solo do entorno. Isso tudo também deve ser demonstrado e como que vai ser demonstrado? Por meio do relatório de monitoramento que vai ser apresentado tanto pro IBAMA como pra CNEN.

Falando um pouco da questão de saúde pública, é como foi apresentado existe um memorando de entendimentos onde o Estado do Ceará entra com uma parcela importante, né, no investimento social da região, então toda a necessidade de ampliação dos serviços públicos vai ser tratado pelo CONSÓRCIO em conjunto com o Estado e em conjunto com as Prefeituras, então toda essa demanda, toda essa necessidade vai ser articulada e é um compromisso conjunto dessas três instituições.

Sobre a questão do impacto a saúde, né, do trabalhador e da comunidade, eu vou pedir ajuda da Renata, a Renata, desculpa, o Hector, o Hector ele é o gerente de meio ambiente, saúde e segurança de operação da INB. Por favor, Hector.

Hector Hugo – GERENTE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA – INB: Boa noite, eu sou Hector Hugo, gerente de meio ambiente, segurança e proteção radiológica da INB. Como qualquer outra atividade vão ser necessários os controles sobre a saúde do trabalhado, né, pra isso como acontece em outras unidades será executado no PROJETO SANTA QUITÉRIA um plano de controle de medicina ocupacional onde todos os exames, todos os controles relativos aos riscos do trabalhador, seja ele trabalhando na área de mineração ou na área industrial, vão ser executados.

Quanto ao medo de contaminação, a gente tem várias ferramentas pra prevenir isso, né, as pessoas elas vão receber um equipamentozinho que fica medindo radiação que a gente chama de dosímetro, as pessoas vão portar isso e esses dados são enviados com o CPF da pessoa para.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor, eu vou pedir a todos. Por favor eu vou pedir a todos, é importante termos respeito na hora da fala dos colegas, tanto de quem estiver fazendo a sua manifestação oral quanto as respostas, por favor.

Hector Hugo – Gerente Meio ambiente e Segurança e Proteção Radiológica – INB: Obrigado Regis. Então tem o dosímetro que a pessoa vai utilizar como forma de controle a exposição, a radiação, as pessoas quando saírem das áreas elas serão devidamente monitoradas pra que não corra o risco de ninguém sair de lá com contaminação remanescente. Então todos esses controles desde o plano de contro, o plano de controle de medicina ocupacional quantos os controles da área radiológica, eles vão garantir, né, foram, serão, foram concebidos para garantir que as pessoas não terão prejuízos à sua saúde, quer seja por causa de poeira, quer seja por causa de radiação. Obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Hector. Passando então para um bloco de manifestações orais, é eu vou pedir, vou passar a palavra para o senhor Tomás Figueiredo Filho, representante da FECOMÉRCIO. Senhor Tomás, peço que se atenha aos seus três minutos, por favor.

Tomás Figueiredo Filho - REPRESENTANTE FECOMÉRCIO: Obrigado. Quero saudar a mesa em nome do Raphael, do Regis, perdão, e saudar a todos os presentes aqui de Itatira, da comunidade, de Santa Quitéria também, de onde eu venho e ressaltar aqui que a gente sabe da importância do PROJETO, é um PROJETO mais do que conhecido, nós já estamos aqui no terceiro ciclo de audiências públicas, né, esse PROJETO em termos recentes é um PROJETO que já vem desde de mil novecentos e setenta e seis, mas em épocas recentes desde o inícios dos anos dois mil que ele vem sendo maturado e esse processo é muito importante, principalmente para o esclarecimento de dúvidas e as colocações da comunidade, pra que a comunidade entenda como vai ser a

relação dela com o empreendimento, né, e aí como federação do comércio do Estado do Ceará, a gente que já convive com outros empreendimentos de grande porte no estado, como a COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM, lá em São Gonçalo do Amarante, queremos trazer uma proposta concreta pra a população e também pra o PROJETO que é o desenvolvimento de fornecedores no território. A COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM, trouxe esse modelo, pediu apoio as entidades e a FECOMÉRCIO participa de um programa de desenvolvimento de fornecedores, chama território empreendedor que já está no seu está no seu terceiro ciclo e com isso hoje a gente cerca de trinta por cento das compras realizadas pela COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM feitas dentro do Ceará, a COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM ela adquiri cerca de quinze milhões de reais por ano em alimentação, em lavagem de veículos, em combustíveis, em serviços dos mais diversos, né, desde de serviço de manutenção, manutenção de estruturas e desses serviços todo hoje já trinta por cento são feitos no Ceará e dentro do Ceará sessenta e nove por cento naquela área de influência direta do empreendimento e é essa expertise, é esse programa que a gente quer trazer, que a gente quer oferecer pra comunidade, além disso um suporte de capacitação técnica através do serviço nacional de aprendizagem comercial, o SENAC pra que essa mão de obra fornecedora de bens, serviços e turismos também na região, o turismo de negócios possam ser capacitados e qualificados pra que a gente possa reter o máximo dos bônus que o PROJETO venha trazer para s comunidades e para s pessoas aqui da região. Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor Tomás. Gostaria de passar a palavra pro senhor Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará.

Amílcar Silveira – FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA DO CEARÁ: Já estamos acostumados com essas ingnorâncias aí, essa falta de educação. Bom, boa noite a todos, eu queria só atentar duas coisas, nós estamos aqui no sertão do Ceará, região que os governos passaram erroneamente fizeram os planos errados de desenvolvimento, um deles é o industrial. Aqui no Ceará nós temos uma renúncia fiscal de um bilhão e duzentos bilhões de reais por ano, sabe por que? Porque não temos as matérias-primas das indústrias que instalam aqui no Ceará, nós temos trezentos mil hectares irrigados no Ceará, dentre eles cinquenta e quatro mil em perímetros irrigado e nós podemos ter a nossa matéria-prima aqui vizinho, pudemos desenvolver os nossos produtores, se você, se os senhores olharem, e aqui eu quero agradecer ao ministro Joaquim que nos recebeu lá levando pra ele a nossa necessidade do nosso, do fertilizante, se o senhor observarem, nós temos mais produtores e trabalhadores rurais, recebendo auxílios emergencial de que de carteira assinada, o nome disso é miséria no campo, é falta de emprego e aí eu vi que essas senhoras muito educadamente tavam protestando aqui e falaram do dragão, eu me lembrei de ontem, nós vamos acabar o dragão da fome no Ceará, por isso, por isso, nem todo cearense tem essa falta de educação aí não, por isso, por isso que eu venho aqui pedir a todos que ajude a diminuir a pobreza nesse Estado, fertilizante é importante pra quem produz, fertilizante é importante e principalmente o fosfato que nós temos

aqui no Ceará três milhões de cabeças de ovinos e caprinos e dois milhões e cem de cabeças de bovinos, nós somos centos e dois mil produtores de ovinos nesse Estado, nós precisamos de condições, às vezes tem um impeditivo, que é a questão hídrica em muito estado, mas o fertilizante, o fosfato podem nos ajudar a ser melhor produtores. Agradeço a vocês e quero dizer uma coisa pra vocês, daqui há dois vamos tá inaugurando essa usina aqui, se Deus quiser.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor Amílcar. Eu gostaria de, eu gostaria de chamar para sua manifestação, o senhor Tomás Figueiredo, ex-prefeito de Santa Quitéria.

Tomás Figueiredo - EX-PREFEITO DE SANTA QUITÉRIA: Boa noite a mesa na pessoa do doutor Regis, doutor Regis nós estamos aqui na Lagoa do Mato, essa vila tem aproximadamente trinta ano e ela foi construída nas perspectivas dessa mina em dois mil e quatro, eu fui prefeito de Santa Quitéria em noventa e três, dois mil e um a dois mil há oito, dezesseis a vinte, nós somos vizinhos, tamos aqui a sessenta e cinco quilômetros de Santa Quitéria, dezessete quilômetros da mina e essa vila principalmente de dois mil e quatro quando nós tivemos o primeiro licenciamento que foi autorizado, o primeiro licenciamento de dois mil e quatro nós conseguimos autorização pra exploração do fosfato através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a CEMACE, mas a justiça infelizmente depois foi suprimida essa, essa licença e Lagoa do Mato acho que todos estão aqui, tem uma perspectiva alguns de sim, alguns do não, as preocupações com o câncer, mas eu acho que a, toda a Lagoa do Mato espera esse empreendimento e como falou o Amílcar é uma solução do fosfato, o urânio é uma consequência, os senhores sabe que a maioria das reservas de fosfato mundiais, ela contém urânio, uns com as quantidades maiores e outro com as quantidades menores, a quantidade de urânio aqui é quase insignificante para o montante que nós vamos produzir. Aqui também tá previsto uma ferrovia que sai da cidade de Nova Russas, que nós deixamos o projeto pronto, inclusive chegamos a dar entrada no IBAMA, ela sai da cidade Nova Russas pra a cidade de Quixeramobim ligando a, o eixo norte ao eixo sul da transnordestina, pra que a gente possa fazer o transporte para o maranhão, Piauí pro Norte do país.

Então é um empreendimento que nós estamos aqui lutando por esse empreendimento. O meu pai Chico Figueiredo foi que participou da desapropriação dessa propriedade no ano de mil novecentos e setenta e seis, tivemos as construções das galerias, as construções que o Zé Roberto está aqui, no, no governo Figueiredo, do ministro Cezar Cale que era um cearense, foi que nós começamos, fizemos as galerias dessa mina e que hoje estão aí e a Lagoa do Mato que essa, isso é um distrito, aqui é o distrito da cidade, do município de Itatira.

Toda essa população que o senhor tá vendo aqui tá na expectativa aguardando esse empreendimento, tamos aqui com a FAEC, tamos aqui com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na pessoa do Sérgio, é uma perspectiva do Estado do Ceará, é uma reserva que o Estado do Ceará, e o Estado do Ceará. E não adianta vaiar que nós vamos ter que explorar a mina de Santa Quitéria.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado prefeito.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
É eu gostaria de chamar para sua manifestação senhor padre Ricardo, por favor.

Padre Ricardo: Só leia as minhas perguntas que está na folha.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Como? Ah, as suas perguntas? Claro, é que tava aqui como solicitação oral aí eu lhe passei a palavra, mas o senhor quer que eu faça as perguntas?

Padre Ricardo: Sim.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
É ele encaminha para o IBAMA e para a CNEN e pergunta. É por que não tem uma camada de ozônio sobre a Antártica e que proteção oferece a camada de ozônio?

Padre Ricardo: Pronto, só isso, eu quero uma resposta.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Ricardo, quer começar?

Ricardo Guterres – DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA – CNEN: Olha a questão da cama da de ozônio me parece que está muito mais relacionada a temática dos gases de refrigeração do CF6, né, do que com a questão nuclear, eu particularmente desconheço essa correlação entre o buraco da camada de ozônio, né que me parece que inclusive se reduziu bastante a partir da adoção de outros gases pra refrigeração e a atividade nuclear.

Padre Ricardo: Só isso? Tem mais, tem mais razões, como a falta, falta de camada de ozônio afeta a vida de todo esse planeta e por que não tem ozônio fazendo os testes nucleares atmosféricos clandestinos praticados até o tempo

de, de presidente, aquele presidente americano? Kennedy. Então essa é a minha resposta a sua, o que você tem que dizer, obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhor. Gostaria de chamar a senhora Renata Catarina Costa Maia para sua manifestação oral. Renata, eu vou lhe pedir que tente, se esforce para usar os seus três minutos.

Renata Catarina Costa Maia: Tá certo, vou me esforçar, qualquer coisa. Boa noite gente, sou Renata, sou pesquisadora do núcleo trabalho ambiente e saúde da Universidade Federal do Ceará e queria discutir aqui hoje com vocês um tema que me parece central, por isso, eu trago mais uma vez o alci, Alcides Potiguara e essa mulher carregando lata d'água na cabeça, o tema da águas, as águas centrais pra povos e comunidades que inclusive tão aqui hoje, assentamentos Morrinhos, assentamento Queimadas, Riacho das Pedras, Saco do Belém. Pra esses povos e essas comunidades as águas são sagradas, cada água que brota é o sangue dos que viveram aqui, essa é uma frase da Rosilene Potiguara, e ela é reproduzida por diferentes povos e comunidades de outras maneiras pra dizer que a água por ser sagrada, por ter centralidade, ela é importante não só pros seres humanos, mas também pros seres não humanos. Pra os animais, pra reprodução da vida, pra reprodução da esperança, pra reprodução do movimento. A água também é central pro PROJETO SANTA QUITÉRIA, mas de uma lógica bem diferente, bem diferente, porque pro PROJETO SANTA QUITÉRIA a água é só um insumo prum processo produtivo, a perspectiva do PROJETO SANTA QUITÉRIA é de consumir oitocentos e cinquenta e cinco mil litros de água por hora, isso corresponde a oitenta e nove carros pipa de água por hora, as comunidades que estão aqui recebem as vezes vinte carros pipa de água por mês, existem aldeias indígenas muitos próximas daqui que recebem seis carros pipa de água por mês e que não tem água suficiente nem mesmo pro abastecimento humano, que dirá pra produção de alimentos e elas têm diferente tecnologias de convivência com o semiárido e seguem aqui há muito mais de vinte anos que é o que vocês querem ficar, elas estão aqui de uma maneira ancestral e a água também é central pro processo de licenciamento ambiental que a gente tá discutindo aqui no âmbito do IBAMA. Se a gente observar os três processos que já existiram, o primeiro processo que foi anulado judicialmente em dois mil e doze, ele teve sim um documento importante, um Parecer do IBAMA de dois mil e cinco informando que não havia sustentabilidade pro PROJETO SANTA QUITÉRIA por causa da insustentabilidade hídrica, na segunda tentativa de licenciamento ambiental que aconteceu no âmbito do IBAMA entre dois mil e treze e dois mil e dezenove a gente tem vários Pareceres importantes do próprio IBAMA de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis apontando uma preocupação com a questão hídrica em relação ao PROJETO SANTA QUITÉRIA, inclusive o PROJETO foi arquivado por inviabilidade hídrica em dois mil e dezenove, existe inclusive um laudo técnico da quarta câmara de coordenação e revisão do Ministério Público Federal, uma câmara especializada em meio ambiente patrimônio cultural informando também que não havia dados suficientes sobre a viabilidade hídrica e que havia uma possibilidade de conflitos pelo uso da água dentro da bacia hidrográfica pela legislação nacional é o

abastecimento humano que é a prioridade a dessedentação dos animais que é prioridade também. Além desses aspectos eu queria colocar aqui, a água segue sendo central pro atual processo de licenciamento e é importante a gente denunciar que no atual processo de licenciamento que começou em dois mil e vinte, agora a gente tá em uma parte dele, existe uma nota técnica do próprio IBAMA, nota técnica quatorze de dois mil e vinte em que a equipe técnica do IBAMA aponta uma preocupação, a preocupação de que não haja uma fragmentação do licenciamento entre IBAMA e CEMACE, a preocupação de que não haja uma fragmentação do licenciamento em relação ao abastecimento hídrico pro PROJETO SANTA QUITÉRIA. Essa nota foi contrariada, a nota do próprio IBAMA, da sua equipe técnica, foi contrariada pelo próprio IBAMA, que aceitou que houvesse uma fragmentação irregular do processo de licenciamento ambiental entre IBAMA e CEMACE.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Renata, eu peço que conclua.

Renata Catarina Costa Maia: Certo, tô quase concluindo. Eu queria colocar pra vocês a fragmentação do processo de licenciamento ambiental, ela é irregular e ela fere inclusive a lei complementar de número cento e quarenta de dois mil e onze, segundo a qual os empreendimentos devem ser autorizados ou licenciado ambientalmente falando apenas por um ente federativo. A água, a estrutura que tá sendo dita aqui equivocadamente que é pras comunidades, se a gente for olhar o processo de licenciamento da adutora que hoje está correndo irregularmente no âmbito da CEMACE, a gente vai ver que o título dele é sistema adutor de Itataia ou sistema adutor do PROJETO SANTA QUITÉRIA e a finalidade dele lá no papel é atender Morrinhos, Queimadas e Riacho das Pedras, mas se vocês forem avaliar o conteúdo dele, a principal vazão é pro PROJETO SANTA QUITÉRIA de aproximadamente um milhão de litros de água por hora, então existe uma finalidade equivocada dentro do processo de licenciamento da adutora que está correndo no âmbito da CEMACE.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Renata, por favor.

Renata Catarina Costa Maia: Tá parecendo que é pras comunidades, mas não é, tás l'as o título que é pro PROJETO SANTA QUITÉRIA e se vocês avaliarem por dentro do processo ver isso, isso é ilegal, isso é irregular. Tô com quase concluindo.

Então é necessário que o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA apresente estudos apontando quais são os impactos desse empreendimento sobre a bacia hidrográfica do rio Acaraú e sobre a sub-bacia hidrográfica do rio Groaíras, é imprescindível que esse estudo de impactos do PROJETO SANTA QUITÉRIA seja apresentado no que diz respeito as variáveis qualitativa e quantitativas em relação à água e também considerando o cenário de mudanças climáticas que a gente tá vivendo. Também é imprescindível a gente denunciar aqui que é

preciso haver uma desfragmentação do processo de licenciamento ambiental, a água é fundamental pro PROJETO SANTA QUITÉRIA, sem a água não vai ter como PROJETO SANTA QUITÉRIA, a tentativa de retirar isso do IBAMA e passar isso pra CEMACE é uma tentativa ilegal de fazer esse processo passar de qualquer jeito, isso precisa ser denunciado, o IBAMA é o responsável, então a gente pede que esse licenciamento seja integrado, e que a infraestrutura hídrica seja sim incorporada ao processo de avaliação da viabilidade ambiental do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Renata. Eu gostaria de chamar para sua manifestação oral, senhora Rejane Mateus. Rejane vou pedir que você se esforce para cumprir os seus três minutos.

Rejane Mateus: Boa noite a todos e a todas. É uma coisa que me chamou a atenção aqui na geografia do PROJETO é que a jazida de urânio, ela é protegida por três serras, né, é a serra do, a serra Céu, a serra do Quatis e as Serra de Laranjeiras, mas eu não sei se vocês observaram que as três serras protegem nessa direção e fica totalmente aberto pras nossas comunidades, eu sou moradora do assentamento Queimadas que fica a cinco quilômetros da jazida aproximadamente, lá existe o assentamento Morrinhos, o assentamento Queimadas, a fazenda Tapera e cantina, que a cantina, um passo, você já está nas terras federais. Eu acredito que isso pra gente é uma grande preocupação, por que? Tudo vai contra nós, chaminé, ela vai jogar o vento pra onde? Pras comunidades. A água da chuva cai no nosso telhado, ela vai pra nossas cisternas, posso lhe a firmar com certeza que as famílias diretamente atingida é as que menos estão sendo observadas que somos nós. Quando se diz que a população de Lagoa do Mato está ansiosa por esse PROJETO é porque elas moram do lado de cá, elas não moram do lado de lá. Eu tenho certeza que se elas morassem lá onde nós moramos, elas estariam com o mesmo propósito que nós estamos, porque lá nós vivemos da agricultura familiar, lá nós temos o nosso criar, lá nós temos a nossa plantação e com certeza também tudo isso vai ser atingido, nós vamos ser atingido, por que que o governo liberou pra ser assentamento se sabia que a jazida poderia um dia quiçá ou não ser liberada, porque os assentamentos, é assentamento federal e assentamento estadual, tem vinte anos apenas esses assentamentos.

Então eu peço, eu peço ao IBAMA encarecidamente, como diz o meu pai Evaristo Mateus, um grande agricultor familiar, o IBAMA protege vidas e nós somos vidas, se matar uma avoante é quinhentos reais de multa e por que é que tão querendo matar nós agora?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigada Rejane. É eu gostaria de passar a palavra agora pra sua manifestação, senhor Chiquinho do peixe do assentamento morrinhos.

Chiquinho do peixe – assentamento Morrinhos: Boa noite a todos e a todos, é o pessoal que faz aqui a mesa, meu nome é Francisco Tomé da Silva, do assentamento Morrinhos, há cinquenta e cinco anos que eu moro lá, que eu era de, sou itatireense, mas eu fui pra lá com seis anos de idade, sete anos e portanto nós acha muito bom aquela região, o que que acontece? Esse empreendimento que vem aí pessoal, ele não vem favorecer nós do nosso assentamento na nossa região, o que vai ter lá pra nós é, quando explorar as mina ali que vão jogar o pó, vão jogar em cima da nossa casa que vai contaminar a nossas águas que já é pouca, nossas águas já é muito pouca, quando, tem uma escarces as vezes três pipa, tem mês que só é três pipa que bots, e aí o que que acontece, o que a gente pensa lá hoje é porque, se esse empreendimento for conseguir ser realizado pra nós é muito ruim pessoal, fala muito em emprego, mas pra nós não tem emprego, pessoal, não tem, pra nós que não tem emprego e nem pro pessoal da Lagoa do Mato, por que, o que que acontece? Não tem pessoa aqui que tem capacidade de operar umas máquinas que eu vi lá em Caetité, que antigamente lá, o rico focou mais rico e o pobre ficou mais pobre, pessoal e isso é um empreendimento e lá, lá em uma mina de caivão e aqui é urânio, é radiativo pessoal, é uma coisa que traz morte, que eu assistino, eu, pessoal eu sou analfabeto, eu sou de carteirinha, mas eu vi um, passando na, na mídia que a mina mata mais do que o corona vírus pessoal, e aí o que que acontece? Isso aí é uma coisa que nós não queremos pra nossa região, nós queremos vida. Nós trata como um dragão adormecido, porque? Ele tando debaixo da terra, ele não tá contaminando nada, mas, o próprio instante que mexer com ele, ele vai contaminar a nossa região, a nossas água, vai poluir tudo, os impacto que vai dá, e vai passa aqui dentro da Lagoa do Mato, essas pessoa que foi a favores abra o olho diga quem um dizer da minha avó, bom é ter uma pulguinha detrás da oreia, porque isso aí não vai ser bom pra nossa região e outra coisa, eu gostaria de dizer pro pessoal de Santa Quitéria que os político, é claro que eles clere, porque vai favorecer os cofre público pessoal, mas, pra nós pobi não vai, não vai vim nada, não vai vim nada, só contaminação, daqui há vinte ano eles vão embora e fica só os rejeito, pra quem? Eu já tô da minha idade e pode já ter morrido, mas, tem as criança que tão nascendo hoje e isso é o nosso preocupação que nós temos com a região, que não seja explorado essa mina de Itataia, porque isso aí pra nós não vem nada e só vai vim rejeito, daqui há vinte ano vai ficar os rejeito em cima da terra, porque eles disse que não vai ter ipé, é, pilha de rejeito, mas, vai ter sim porque, onde é que eles vão butar esse material, vão enterrar debaixo do chão? Isso aí só vem coisas ruim pra nós. Meu muito obrigado e desculpa alguma palavra, porque eu sou um matuto de carterinha, muito obrigado pessoal.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu Chiquinho.

MANIFESTAÇÃO POPULAR

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Dando continuidade é, a gente vai fazer um bloquinho aqui de devolutivas, eu vou iniciar comentando a respeito da fala da Renata tentando esclarecer a todos que sim, é uma preocupação pra, para o IBAMA a, a questão hídrica, a questão da disponibilidade hídrica pra operação do projeto. Isso já havia sido uma preocupação no, no projeto apresentado anteriormente, que foi arquivado, e continua sendo uma preocupação a que o IBAMA vai avaliar dentro do seu processo de licenciamento. No entanto é importante que fique claro que outorga de disponibilidade hídrica para o empreendimento não é uma competência do IBAMA, é uma competência do Estado, se fosse um, um corpo hídrico é, Federal, ainda assim não seria competência do IBAMA, seria uma competência da ANA expedir a outorga de disponibilidade hídrica pro projeto, então é importante que isso fique claro que não é o IBAMA que define isso. Quanto a instalação de uma adutora, a adutora é uma é um empreendimento separado do projeto Santa Quitéria, são duas coisas diferentes, embora uma esteja sendo apresentada como dependente da outra. Então a adutora é um empreendimento que é licenciado pelo Estado e o IBAMA não tem competência para licenciar, a competência é do Estado, o PROJETO SANTA QUITÉRIA por ser um projeto nuclear esse sim tem o licenciamento ambiental Federal conduzido pelo IBAMA aonde o IBAMA vai avaliar dentro do licenciamento a, a questão hídrica o que está sendo proposto como solução, se existe outorga, se não existe outorga, e isso tudo será avaliado dentro processo de licenciamento do IBAMA, e se o IBAMA entender que a forma como está sendo apresentada não existe viabilidade ambiental por questão hídrica o IBAMA não vai expedir a licença prévia e vai dar pela inviabilidade do projeto.

É, vou passar a palavra pro consórcio pra que eles coloquem o ponto de vista deles sobre a questão hídrica também.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da

GALVANI: Obrigado Régis. Bom, nós apresentamos aqui a mudança, a diferença entre o projeto anterior de dois mil e quatorze e o novo projeto. Esse projeto em função da tecnologia de beneficiamento do minério ele utiliza menos água né, a gente já chegou numa redução de dezessete por cento, mas não é só isso, a gente produz nesse projeto mais com menos, significa que a gente utiliza melhor o recurso mineral da jazida de Itataia, produz mais produto fosfatado e concentrado de urânio usando menos água, além disso o tratamento e a reutilização dos efluentes e da água de chuva também permitem que nesse período de chuvas a gente reduza o nosso consumo, outra coisa importante a ser destacada é o respeito a outorga emitida pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela COGERH do empreendimento ficar restrito ao que foi autorizado, essa outorga ela foi renovada recentemente também pelo, pelo órgão estadual. Então essas são medidas que o projeto traz, que ele se prepara e a gente vem trabalhando né, desde o protocolo de estudo ambiental pra melhorar essa eficiência, também a gente vem participando do Comitê de Bacias do Acaraú, a gente vem participando pra entender as discussões, ver como que nós podemos contribuir tanto na gestão como no gerenciamento da bacia. Então o consórcio tem esse compromisso de ser mais eficiente no uso da água.

Bom é, um outro ponto que o seu Francisco falou e acho que é importante destacar, eu tive a oportunidade de ter dois encontros lá na comunidade de Morrinhos e até de entender o ofício do seu Francisco como cozinheiro, então eu queria destacar que principalmente pra essa área de serviços de restaurantes, fornecimento de alimentação esse é um setor que, que o pessoal da região de Itatira e de Lagoa do Mato pode se preparar porque a demanda vai ser alta, não só na parte de cozinha como a hotelaria, os serviços gerais eles vão ser muito importantes pra fase de obras e pra fase de operação do projeto.

A questão da geração de empregos também ela é importante na estrutura de recursos humanos do projeto a gente tem diversas funções pra cada tipo de especialidade tanto de ordem prática, aquela que a gente aprende fazendo, como aquela que demanda um nível de escolaridade mais elevado, mas, sem dúvida nenhuma vai ter oportunidade pra todo mundo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Raphael, eu só queria voltar na questão que a senhora Rejane comentou a respeito das comunidades, ontem a gente já havia comentado a respeito, mas, eu dou uma devolutiva pra vocês, pra o público que tá aqui hoje de que é uma preocupação para o IBAMA também e o IBAMA já verificou que parece que existem algumas incongruências a respeito da indicação das, de comunidades sejam elas tradicionais ou não, num raio mais próximo do empreendimento, isso vai ser um ponto de atenção do IBAMA, a Telda que é responsável pela parte de Socioeconomia já fez vários apontamentos no dia de ontem e isso com certeza vai ser olhado com muito cuidado quando da análise do EIA.

Eu vou fazer um bloquinho aqui de duas perguntas escritas, elas estão bastante relacionadas, uma delas é da senhora Raquel Maria, ela pergunta. Se a INB é a responsável pela exploração e licenciamento, no caso de um acidente ou desastre, quem será a responsabilidade, responsabilizado pelo IBAMA, a única responsável legal pelo descomissionamento junto ao IBAMA é a INB?

E a senhora Maiara Melo pergunta para o IBAMA e para a CNEN. Em que medida o histórico de responsabilidade ambiental das empresas e suas práticas de gestão ambiental em empreendimentos outros é avaliada pelos órgãos licenciadores? E como é avaliada a capacidade da empresa a cumprir com as medidas de gestão ambiental apresentadas no EIA/RIMA.

Eu começo respondendo em relação a responsabilidade, no caso de um, de um acidente ou um desastre na verdade em relação a qualquer descumprimento de condicionante ou qualquer irregularidade que seja detectado ao longo do processo de licenciamento seja LP, LI ou mesmo na operação perante o IBAMA o responsável primeiro é a INB a Indústrias Nucleares do Brasil, isso não exclui a possibilidade de uma penalidade contra a empresa Galvani ou contra o CONCSÓRCIO SANTA QUITÉRIA né, no caso de uma irregularidade o IBAMA vai avaliar quem foi o responsável e vai verificar se cabe ou não a responsabilidade a, a corresponsabilidade em autuar, ou multar, ou embargar uma ou outra empresa, lembrando que isso é sob o ponto de vista do IBAMA,

mas, o projeto ele está sob regulação de N entes né, o IBAMA, a CNEN, a ANN que é quem regula a, o, o polígono de exploração né, o direito de exploração, a própria Prefeitura, o Estado, então são vários entes que tem o dever de fiscalizar, cada um dentro da sua competência, o PROJETO SANTA QUITÉRIA.

É, em relação ao histórico sim, o IBAMA vai levar naturalmente em consideração, embora isso não seja uma questão obrigatória, o que o IBAMA deve fazer é na hora de analisar os programas ambientais apresentados, assim como também o EIA apresentado, o IBAMA vai tomar os devidos cuidados na análise daqueles pontos aonde eventualmente a gente tem alguma recorrência de irregularidades, mas eu gostaria também de ouvir o Ricardo a respeito da, do posicionamento da CNEN.

Ricardo Guterres – DIRETOR DE radioproteção e SEGURANÇA – CNEN: É, do ponto de vista do licenciamento nuclear as responsabilidades com relação a eventuais acidentes, descumprimentos dos requisitos regulatórios como o Regis colocou aqui, de uma forma mais ampla recaem sobre o titular da licença né, o titular da licença então ele é o responsável não só pelo cumprimento dos requisitos regulatórios como por responder pelas questões associadas a operação da planta. Também ele é responsável pelo cumprimento dos ritos de licenciamento, e a etapa do descomissionamento é uma etapa intrínseca do licenciamento da instalação, então o titular da instalação ele vai também responder por essa, por essa atividade. É, por fim a questão do histórico ela é condicio, ela é considerada no âmbito do processo de instalação, de licenciamento da instalação, então a partir do momento que são verificadas condicionantes específicas essas, essas condicionantes elas são pesadas né, e as ações de coerção são aplicadas em função do histórico de incidência dessas, e de cumprimento ou descumprimento do estabelecido na regulamentação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Ricardo e parabéns a Maiara e Raquel, muito boas perguntas, acho que enriquece bastante o processo de licenciamento quando a gente tem a oportunidade de esclarecer questões como essa. Eu chamo pra fazer a sua manifestação oral o senhor Leon Miguel, vereador de Itatira.

Leon Miguel –VEREADOR DE ITATIRA: Boa noite a todos, queria cumprimentar aqui a todos da mesa em nome do representante do IBAMA, cumprimentar as autoridades aqui presentes, evidente que semana alguns já foram embora, cumprimentar o representante do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA, os visitantes que estão hoje aqui por ocasião da audiência e a comunidade Itatirense que estiveram muitos aqui presentes de forma mais particular vi mais os comerciantes.

É, dizer aos senhores que a Câmara Municipal de Itatira criou uma Comissão Especial para acompanhar esse movimento no sentido de implantar o PROJETO SANTA QUITÉRIA.

É bem evidente que numa comu, numa região como a nossa, Sertões de Canindé, a região mais pobre do estado do Ceará, uma região castigada pela seca, pela falta de emprego, um representante da, do povo, como eu e outros vereadores, me parece que tem só mais um aqui hoje, que todos os dias recebe pessoas pedindo um emprego, pedindo uma oportunidade e de repente você aparece com uma proposta da geração de três, quatro, cinco mil oportunidade, então não tem como a gente não ser, não ficar entusiasmado, não ficar vendo a possibilidade de resolver o problema da região mais pobre do estado do Ceará através da geração de emprego e renda, sem antes ressaltar também algumas preocupações que aqui foram falada, como a questão hídrica, a questão da segurança, a questão da saúde que já é precária para a comunidade hoje sem o empreendimento e respeitando a opinião de todos né, e esse projeto criou muitos aspectos no decorrer desses quarenta anos e é evidente que nem o tempo nem a minha capacidade técnica me aventuraria a falar sobre eles, mas, também não poderia deixar de dizer da expectativa do município de Itatira, da câmara de vereador, porque temos ouvido, conversado, eu converso principalmente com as pessoas que pensam contrário, que o empre, o empreendimento não é positivo, converso os comerciantes, com as pessoas que entendem que é positivo e a gente vai respeitando as opiniões das pessoas e procurando entender a possibilidade de um empreendimento nesse porte, desse tamanho para os sertões de Canindé pensando na possibilidade da geração do emprego e da renda e com, respeitando o que as comunidades falaram aqui, esquecendo que a dignidade da, das pessoas, que o desenvolvimento das pessoas está na possibilidade das oportunidade. Então era mais nesse sentido, não poderia deixar de fazer essa fala e dizer que me parece aqui a grande responsabilidade na competência técnica, histórica que temos no IBAMA em analisar a viabilidade do projeto. Então era isso e obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado vereador. É, em respeito ao nosso regulamento eu informo que a partir de agora qualquer pergunta ou manifestação ela não será lida aqui presencialmente embora ela seja acostada ao processo de licenciamento e a gente vai enviar a resposta depois diretamente pro interessado.

Agora pra fazer a sua manifestação oral eu chamo o senhor Jositemis da Cooperativa FAPE, Lagoa do Mato. Vou pedir desculpas por ter errado o seu nome, depois eu vi que tem um e-mail aqui como Josi, Josi você tem três minutos pra sua manifestação.

Jositemis - COOPERATIVA FAPE DE ITATIRA: Boa noite a todos, é, pessoal eu sou a Josi é, muitos gostariam de taraqui mas, porém, não tem corage de vim aqui manifestar o que acha e o que pensa sobre o empreendimento. Então eu sou da Cooperativa Sertaneja FAPE, a gente nasceu em dois mil e dose, desde então a gente comercializa agricultura familiar aqui nesse município e municípios vizinhos, já chegamos a comercializar em Santa Quitéria também e Madalena, Canindé, Caridade, Paramoti, então a gente abrange essas município com a produção da agricultura familiar, e assim, é, o no, a nossa preocupação é sobre a contaminação, porque por mais que a empresa diz que não vai contaminar, vai

sim, porque a mesma empresa que minerou em Caetité é a vai minerar aqui aí como é que em meses já teve vazamento de toneladas de urânio? Aí vem me dizer que num vai contaminar, eu não acredito e não podemos aceitar. É muito bom pro senhor Tomas Figueiredo, que eu não sei se ainda se encontra aqui, dizer que vai sim explorar porque ele não mora em Santa Quitéria ele vem eventualmente em Santa Quitéria, e quando diz que o, não vai ser contaminada as águas, vai sim. O riacho Cunha nasce dentro do empreendimento e essas água, ele desagua no Rio Groaíras que onde se encontra a maior produção de mamão e banana do município de Santa Quitéria e sendo esse rio contaminado, quem é que vai querer? O próprio empreendimento vai aí em Morrinhos não toma água de lá, porque? Se não contamina, se hoje já tá contaminando, então, três minuto é muito pouco pra minha indignação, pelo um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Josi. Dando continuidade eu chamo Mateus Alves da Pastoral da Juventude da Diocese de Quixadá.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Boa noite, eu não vou fazer o advogado do diabo porque também já seria demais é, meu nome é Mateus, sou da Pastoral da Juventude ao mesmo tempo da Pastoral da Juventude da Diocese de Quixadá, mas, também passivo do CNA Jovem, Conselho Nacional da Agricultura e Pecuária voltado mais a uma comissão da juventude ligada ao agronegócio.

A desculpa que apresentaram aqui sob a questão dos fertilizantes é, a gente lida com negócio, veja bem, eu sou formado em administração de empresa e estudo engenharia da computação na UFC, também tenho cadista em construção civil pelo Instituto Federal de Roraima e nesse ponto eu abordo aqui, eu só vou fazer uma pergunta po pessoal da Tretamais né, se são vocês dois que assinam o documento, porque? Porque ao mesmo tempo que eu que assino o documento são responsáveis legais também nisso aí, a minha família mora há vinte e dois quilômetro daqui, na propriedade da minha família. Minha família sempre foi ligada à igreja católica, desde o começo, e nesse sentido a gente faz parte dos oitenta e seis por cento dos pequenos produtores do Brasil, eu não vou defender aqui os dez por cento do agronegócio, porque já é demais, mas, eu to defendendo ao mesmo tempo nós juventude, porque nós é que vamo herdar toda essa sucessão familiar, eu vejo muita gente aqui de cabeça branca, eu tenho vinte e sete ano, moro aqui, daqui há alguns ano eu vou ter que assumir essa responsabilidade, o bucho que isso vai gerar, veja bem, eu sou filho de produtor ao mesmo jeito que tá o pessoal do MAPE, o pessoal dos agricultores, do MST, tá todo mundo aqui, eu penso em negócio porquê? A planta baixa que eu analisei rapidamente as duzentas e trinta e três página e o outro, trezentos e trinta e cinco, mas, eu não pude mais analisar porque eu tinha que estudar pra prova de engenharia de computação, eu analisei que tem alguns erro, o mapa de Madalena tá perdendo algumas área de território eu não sei porque, não sei se foi alguma doação de terra para Itatira, eu não sei, mas, também olhei a planta baixa da, da chaminé, analisei alguma coisa que tá alguma coisa que vocês tem

que analisa, porque? Tudo isso tem um contexto, no futuro a água que abastece a união, a minha comunidade, a comunidade da minha família ela vem de poço profundo, ela não vem de açude e o rejeito a qual vocês vão colocar toda alimentação, todo aquele ponto ali, a água onde vai estar ela é coberta de cal, mas, eu quero saber no futuro, tem algum perigo da água vazar contaminar o lençol freático? Porque eu tomo banho todo dia com a água de poço profundo, e aí?

Veja bem, uma coisa que eu aprendi dentro da igreja, a igreja é braço da sociedade mundial, se eu hoje quisesse dar uns telefonemas, mandar uma carta, eu conseguia que uma carta chegasse no Papa, mas, pra que?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Mateus? Peço que você conclua

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Então encerrou.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu peço que você conclua.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Tá ok, eu só queria perguntar mesmo ao pessoal da Treta, valeu.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu gostaria de passar a palavra para o consórcio pra a empresa TETRA, pra que abordem a questão da água mais uma vez, que é uma questão sensível e recorrente ao longo das audiências.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Obrigado Mateus pela pergunta, pergunta relevante, importante. Primeiro ponto sobre a assinatura do, do documento, existe uma responsável técnica geral que é a Cláudia aqui ao meu lado, cada profissional participante né, cada membro da equipe técnica também assina a responsabilidade técnica de acordo com o seu grupo ou sua área de conhecimento, então eu assino como gerente do projeto, o Elson como coordenador, os demais especialistas também, cada um na sua área e sua responsabilidade técnica.

Sobre a sua pergunta sobre a contaminação do lençol freático, tem alguns pontos que eu gostaria de destacar antes de passar a palavra pro Wiliam, porque ele é especialista em hidrogeologia, é, primeiro o, o empreendimento o rio que percorre na, na área ele não vai ser afetado na questão da qualidade da área, da água, a água que percorre dentro no interior da, da área operacional ela é capturada, ela é tratada, ela volta pro sistema e não é despejada, como foi apresentado aqui pelo empreendedor, nos rios do entorno, ela fica contida na área, passa pelo tratamento e depois utilizada pelo sistema, agora Wiliam se

você puder só complementar sobre a questão do, da contaminação do lençol eu agradeço.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Boa noite a todos. Quanto a contaminação da água existem alguns aspectos que devem ser ponderados, é, você comentou da contaminação da água subterrânea né, hoje em dia a gente já tem lá algum tipo de contaminação da água subterrânea, relação da água a nitrato por exemplo, aonde devem esse nitrato, urina de animais, fezes de animais, essas coisas assim, a questão da operação do empreendimento existe uma possibilidade assim como por exemplo quando você compra um carro existe uma possibilidade de você ter um acidente, pra você evitar isso o que que você faz? Você toma medidas preventivas e determinados cuidados, quais seriam os riscos que a gente teria lá de uma contaminação? Um vazamento durante o abastecimento de um caminhão por exemplo, um vazamento de um efluente sanitário por exemplo, vamos supor que rompa uma tubulação né, isso existe essa possibilidade, só que esses eventos eles são pontuais e muito pequenos, o nível da água subterrâneo lá tá entorno de quinze a vinte metros atualmente, pra você ter uma, por exemplo, vazamento dum, dum banheiro, de um tanque combustível de um caminhão, alguma coisa assim, ele não vai causar um impacto significativo pra esse, pra, pra, pra essa água subterrânea, tem os outros pontos de vistas vamos dizer radiológicos né, que são tratados por outras empresas, mas, se você se lembrar daquele desenho que passaram da área a questão radioló, a unidade radiológica ela era um quadrado amarelinho bem pequenininho dentro do terreno, você lembra dessa.

ALGUÉM DA PLATÉIA O INTERROMPE FALANDO COM ELE.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Oi? Não entendi.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: No volume do diagnóstico, essa. É a imagem que ele passou ali.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: No segundo.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Bem pequ, é uma área bem pequenininha. Essa área ela por ela ter, é uma operação de risco radiológico,

ela, ela tem um controle operacional de um padrão internacional, então ela tem impermeabilização, os produtos são estocados com muito cuidado, pra você justamente evitar esse tipo de contaminação. Então dá pra dizer pra você que sempre que você tem uma atividade industrial, você tem um risco, porém, se você tomar todos os cuidados necessários você minimiza esse risco.

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Não, existe a possi...

ALGUÉM FALA AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA DO ÁUDIO.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente eu peço que quando houver tréplica que a gente use o microfone, porque senão a gente não fica sem, sem entender. Eu vou lhe, vou lhe dar a devolutiva e aí a gente segue com as.
Pode.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: A questão é, existe uma possibilidade? Existe, se essa contaminação acontecer pelas questões que são foras do, da questão radiológica a probabilidade é muito pequena, porque você não tem atividades de grandes impactos, entendeu?

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Agradeço pela tréta.
Mais é porque é isso desse, esse detalhe, a contaminação há risco mesmo de fato que mesmo que minimize, mas, a vê. Porque assim, minha, o gado bebe água e se bebe água ele vai também produzir leite, São José da Macaoca é BR020, onde tem um ??? 3:29:53 - falha no áudio, de leite onde vai ter o leite que vem produzido na região que vai ser levado pra ser vendido, aí agora eu pergunto, se tiver alguma contaminação no leite ele vai ser aceito pelo mercado? Porque se não for aceito pelo mercado fica difícil vender.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor agora.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Entendeu, por isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agora é a vez do William responder.

Mateus Alves – PASTORAL DA JUVENTUDE DE QUIXADÁ: Que é sempre é que tem que ser isso em comunidade. Pronto, tá certo vai.

William – ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA: Então vamos lá especificamente a criação animal, a criação animal na região, ela não usa subterrânea, ela usa água de açude. Ali na área, na área do empreendimento você não tem o uso da água subterrânea pra dessedentação animal na área de influência do empreendimento. Você não tem o risco, você não tem, o risco da contaminação radiológica devido aos dispositivos de segurança que você utiliza, o que eu quis dizer é o seguinte, se você tiver a possibilidade de algum evento que cause algum impacto, ele vai ser mínimo e pontual, não vai chegar a afetar a água que o seu gado bebe, tá claro?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Eu vou agradecer a resposta e nós temos aqui uma pergunta que se trata justamente sobre questões de acidentes e a gente vai voltar a abordar essa questão.

É agora eu vou fazer um pequeno bloco com seis perguntas todas elas relacionadas a transporte para que agente que a gente possa responder, a primeira é do senhor Daniel de Lagoa do Mato, ele pergunta, como será o escoamento dos minérios extraídos da mina? Por quais ruas e avenida? E se tem alguma avenida de Lagoa do Mato será feito esse escoamento?

Uma pessoa que não se identificou como nome, pergunta, de qual forma se transportado, se caçamba ou outro tipo de implemento rodoviário os materiais fosfato, urânio, calcário saindo de Itataia para o Porto de Pecém? Sobre a logística se já tem a empresa, o transporte dos materiais, se o caminhão será baú ou carroceria?

O senhor Almir, pergunta, o transporte do produto até o destinatário não corre risco para a população? E aí ele fala sobre uma outra questão, se água da chuva não compromete a saúde da população, no caso ao redor da jazida?

Esse a gente já abordou e vai abordar novamente.

A senhora Ravena Ribeiro pergunta, como será realizado o transporte de urânio, urânio, será transportado via BR 020, ou será construído uma via alternativa? Os minérios passarão por dentro da cidade de Lagoa do Mato? E quanto aos demais resíduos tóxicos para onde serão destinados, tendo em vista a escassez de água em nossa região, de onde será remanejado esse recurso e como será o processo de reutilização do mesmo?

Senhor, José Pessoa de Carvalho, é pergunta, como o urânio vai sair? Se é por dentro da cidade ou uma rota alternativa? Quais medidas vão ser adotadas no social quando o empreendimento for embora? Quais vão ser primordiais na fauna, flora? Porque todos sabemos o grande impacto desse tipo de mineração.

E por fim, senhor Ail, Airtton Gomes pergunta, Madalena será rota de entrada e saída no percurso de exploração? Por que não foi contemplada a Audiência Pública?

Eu vou começar respondendo que as audiências públicas, é todo projeto que é um projeto de grande porte e é necessário o licenciamento através do EIA/RIMA, o IBAMA é obrigado por lei a abrir um prazo de quarenta e cinco dias aonde qualquer pessoa ou qualquer instituição pode solicitar a realização de uma audiência pública, em geral o IBAMA de praxe sempre pede ao menos uma audiência pública, principalmente para desses empreendimentos que a gente chama de pontuais, diferentes daqueles empreendimentos que são lineares como rodovias, linhas de transmissão. E aí a partir das solicitações o IBAMA avalia se vai fazer uma, duas, três audiências e também avalia os locais aonde vai fazer essas audiências públicas. No caso do PROJETO SANTA QUITÉRIA a gente recebeu uma porção de, de pedidos de audiências e avaliamos que três seriam suficientes para abranger a maior parte da população possivelmente impactado e se definiu esses três locais, Santa Quitéria, Canindé e aqui Lagoa do Mato. Eu não vou saber agora de memória, saber se o município de Madalena chegou a solicitar formalmente uma audiência pública, até peço que a nossa equipe depois verifique se foi solicitado ou não, de qualquer forma a gente faz essas três audiências pensando em abranger todo esse público e também a partir da pandemia a gente passou a utilizar um recurso, né, uma nova tecnologia que é a transmissão a partir da internet, a gente sabe que perde-se um pouco da participação, mas também é um canal aonde a pessoa pode participar do licenciamento ambiental encaminhando as suas perguntas, os, as suas contribuições. De qualquer forma, eu ressalto que a participação popular ela não se encerra na audiência pública, o processo de licenciamento ambiental do Ibama ele é totalmente público e qualquer pessoa pode acessar via sistema SEI, desde que encaminhe um e-mail pro IBAMA solicitando o seu acesso. Então basta mandar lá para psq.ap.sede@ibama.go.br e pedir acesso ao processo de licenciamento do PROJETO SANTA QUITÉRIA que a gente vai conceder o acesso e aí a pessoa pode encaminhar as suas contribuições, documentos, além de poder olhar, consultar o nosso processo de forma integral não só agora no período do licenciamento prévio como se eventualmente o processo prosseguir a pessoa continua podendo acessar o processo e participar do processo.

Eu vou passar a palavra, pro, pro consórcio para que aborde as questões relacionadas ao transporte.

Raphael Turri – GERENTE DE MEIO AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA DA GALVANI: Sobre transporte nós mostramos um mapa na apresentação que dá uma visão de integração regional entre rotas rodoviárias, barcaças e portos. Isso é importante toda movimentação de caminhões ela vai ocorrer pelas estradas e aqui no trecho das CE 366 o contorno de Lagoa do Mato até a chegada da fazenda, toda essa via ela vai ser todas reestruturada, alargada, né, no padrão da BR, significa que a pista é mais larga, tem dois acostamentos e a condição do asfalto também ela suporta a carga mais pesada, esse transporte ele vai ser feito primeiro, né, transporte dos produtos fosfatados, são caminhões graneleiros, as vezes bitrem, né, transporte seguro de um material inerte, também a matéria

prima que a gente vai usar na produção, na matéria prima ela virá do Porto do Mucuripe, assim como, os produtos fosfatados serão transportados daqui para o Porto de Mucuripe onde eles vão ser distribuídos até a região norte por barcaças e dali distribuídos até a região centro-oeste por caminhões.

A rota de escoamento do concentrado de urânio por sua vez, ela vai seguir a mesma rota, né, daqui do PROJETO indo por todo esse trecho de estrada nova, até a BR 020 e de lá até o Porto do Pecém. O que é importante destacar é que diferente das outras cargas o concentrado de urânio, ele vai ser estocado nos tambores como foi apresentado no vídeo, quando tiver o estoque suficiente pra programar um comboio, esse comboio vai ser programado, serão aproximadamente seis comboios ao ano, significa um comboio a cada dois meses, então esse transporte ele é pontual, ele é feito por batedores, ele é aprovado pelo IBAMA, pela CNEN e pela Polícia Rodoviária Federal. Então é um transporte muito seguro, é um transporte que é feito anos e a décadas pela INB tanto no Estado da Bahia quanto no Estado do Rio de Janeiro, nunca houve nenhum incidente. Então é muito importante destacar que esse transporte ele é feito periodicamente e vai ocorrer sempre que tiver o estoque suficiente numa média aí de seis comboios ao ano.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Raphael. Eu também destaco que o licenciamento do transporte do material nuclear que ele não é acobertado por esse licenciamento especificamente, né, o transporte do material radioativo ele passa por um outro tipo licenciamento, também um licenciamento duplo, tanto pelo o IBAMA quanto da CNEN, e no caso do transporte nuclear o IBAMA não avalia especificamente os impactos ambientais, uma vez que a gente entende que o mero trafegar de um caminhão é o mesmo impacto que um carro pequeno.

O que o IBAMA vai avaliar é o risco associado a isso, inclusive está em curso uma tratativa entre o IBAMA e a CNEN pra nós tenhamos uma legislação regrando especificamente esse transporte, hoje em dia já é feito o licenciamento, mas ele inclusive termina envolvendo um trabalho duplo, né, um, um investimento de tempo e de recurso de dinheiro público duplicado, porque a CNEN faz, o IBAMA faz e os dois nesse caso terminam avaliando quase que a mesma coisa. Não sei se o Ricardo quer complementar alguma coisa sobre essa questão?

Ricardo Guterres- DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA - CNEN:

Não só mencionar que de fato há essa, a partir da nota técnica conjunta elabora pelo, pela CNEN e pelo IBAMA, tá sendo desenvolvida aí um instrumento comum de, de regulação de transportes de material nuclear.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Ricardo. É eu vou aproveitar o gancho da, do comentário que nós tínhamos aqui sobre a audiência pública em Madalena e eu verifique que a gente tem outras duas perguntas sobre o mesmo assunto. É do senhor Juliano Oliveira, sobre, que é da prefeitura de Madalena, como Madalena compõe a área e

impacto direto e indireto do PROJETO SANTA QUITÉRIA, por que não foi organizado audiência pública como nas demais cidades da composição de exposição? E como governo municipal questiono, qual o canal correto para a solicitação dessa demanda?

E o senhor Ivanildo Neris perguntas, por que houve necessidade de uma audiência pública no município de Canindé, se a cidade diz estar cerca de cem quilômetros do local de onde fica a mina?

Bom, em relação a audiência em Madalena, como eu havia dito, né, foi publicado um edital abrindo prazo para a solicitação, foram diversas solicitações e a gente entendeu que o município de Madalena já estaria contemplado nessa Audiência aqui em Lagoa do mato por uma questão de proximidade. E a audiência pública em Canindé, a equipe entendeu que havia necessidade de ter uma audiência na região, na área de influência direta da parte do componente socioeconômico por Canindé ser um polo regional aonde vai terminar se utilizando a sua infraestrutura principalmente durante o período de instalação do empreendimento, né, essa infraestrutura de escola, hospitais, é eventualmente de hotéis, alugueis de casas, são todas questões que terminam também influenciando em Canindé e por isso se escolheu esse polo local pra ter uma audiência pública.

Eu gostaria de fazer um bloquinho agora de questões, manifestações orais e gostaria de chamar a senhora Iara Oliveira, assessora do vereador Gabriel Aguiar. Iara vou lhe lembrar para tentar cumprir os três minutos.

Iara Oliveira: Oi gente, boa noite, boa noite a mesa, boa noite a todos que se encontram aqui até as onze horas da noite, né?

Gente eu vou aqui fala, né, e aqui vou direcionar a minha fala mais pras pessoas das comunidades, né, principalmente aqui de Lagos dos Matos, pra dizer pessoal, primeiro me apresentando, eu sou Iara, faço parte de assessoria do vereador Gabriel Aguiar, mandato ambientalista de Fortaleza, sou advogada e ativista ambiental. Queria, fiz uma pequena fala porque se eu vou falar aqui tudo que eu quero, vou passar muito mais do tempo que eu gostaria. Vou pedir permissão aqui.

Pessoal o urânio, né, ele é um material radioativo instável, né, que no seu decaimento ela vai se transformar em outros materiais, outros elementos radioativos, certo? E que esses elementos eles vão modificar, alterar as nossas células vivas, né, que quando tocados no nosso corpo, né, eles vão gerar uma alteração nessas células e aí em poucas palavras, né, na verdade uma única palavra, isso significa câncer, né, isso significa câncer pessoal, câncer de pulmão, câncer de tireoide e muitos outros, não só. É e assim, não só isso, né, não só o câncer causa, ele vai causar também abortos espontâneos, então você jovem, moça que deseja um dia ser mãe tome cuidado, fique de olho nesse empreendimento, porque ele pode causar esses abortos espontâneos nessa exploração. E não só isso pessoal, as mães de plantão, né, com suas crianças devem tomar cuidado também porque esse material, né, ele afeta quarenta vezes mais as crianças, né. Então as nossas crianças, as suas crianças

mãezinhas elas vão, elas vão sentir quarenta vezes mais o dano dessa radioatividade.

E gente é nessas crianças também que vão se mostrar as malformações, as malformações, né, e também deficiências, né, isso vão se mostrar nessas crianças que vão ser as primeiras impactadas com esses elementos radioativos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
lara, eu peço que conclua, por favor.

Iara Oliveira: Gostaria de colocar para vocês, pessoal também que na primeira tentativa de licenciamento desse empreendimento, né, o urânio, isso foi em dois mil e doze, por meados de dois mil e dez o urânio nem se quer foi considerado, né, não foi considerado no meio da história, né, inclusive não foi o IBAMA que, que não era pelo IBAMA que estava sendo passado esse processo, né, porque justamente a, a quando se tem urânio ele passa pra uma outra instancia, então há uma tentativa da empresa de burlar o procedimento.

Bom, nós que somos lá de Fortaleza, né, e aqui já justificando a minha intervenção, por que que o pessoal de Fortaleza vem, né, até Lagoa dos Matos pra fazer intervenções de fala aqui nessa Audiência?

Nós estamos extremamente preocupados com a questão do transporte desse material, né, que não vai mais como foi dito aqui, passar em Fortaleza, porque queriam colocar lá por Porto do Mucuripe, né, e nós fizemos na câmara justamente um projeto de lei visando impedir essa, a passagem desse material dentro do município de Fortaleza. Então jogaram pro porto do Pecém, né? Onde tudo já se pode, né?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
lara, eu peço que conclua, por favor.

Iara Oliveira: Tá, tô perto de concluir. Então a gente fica extremamente preocupados, mas aqui gente em Itatira, em Santa Quitéria, em Madalena a situação, ela é muito mais dramática e sabe por que? Porque o empreendimento ele está deixando de fora, né, está desconsiderando mais de cento e cinquenta comunidades, mais de cento e cinquenta comunidades, pessoas, né, comunidades com muitas famílias.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
lara, muito obrigado pela sua manifestação.

Iara Oliveira: E aqui gostaria de deixar uma pergunta, né, por que?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Eu gostaria de chamar o senhor Sérgio Araújo para fazer a sua manifestação, por favor.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Nós temos três minutos para cada pessoa, você já utilizou seis minutos.

Iara Oliveira se manifesta longe do microfone.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Não, não estamos, nós estamos oportunidade para que todos pudessem falar. Iara eu vou lhe conceder mais dois minutos e senão eu vou cortar o microfone novamente, tá certo?

Iara Oliveira: Ok.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Combinado? Então tá.

Iara Oliveira: Bom pessoal, fui aqui cerceada do meu direito de fala numa Audiência Pública onde as pessoas têm que ser ouvidas, né, e tive a minha fala cortada, né, por essa mesa que inclusive o IBAMA participa, que isso? Que isso cerceando a fala das pessoas? Enquanto a empresa tem duas horas para falar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
A empresa estava apresentando para toda população o PROJETO, você falou ontem, todo mundo falou hoje, você tem dois minutos.

Iara fala ao mesmo tempo.

Iara Oliveira: todas as falas com mais meio, mais bem mais de meia hora em todas as falas. Vou aqui voltar pra minha fala pessoal.

Bom muito se fala na questão da economia, né, pra região e aqui gente vocês sabem como o colega falou, que estava aqui, não está mais, tem muitos comércios que fazem a produção produtos de agricultura familiar, né, e aí eu pergunto, um empreendimento desse na cidade, né, quem é que vai querer comprar produtos das cidades, dessas comércios, desses comércios, né, onde tem a exploração desses materiais radioativos?

Quem são? Eu tenho certeza que a mesa não vai comprar, a mesa não vai comprar, as pessoas que estão a minha esquerda não vão comprar e muito

provavelmente quem está aqui na frente à minha direita também não vai comprar. E é isso pessoal, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado lara. Eu gostaria novamente de chamar o senhor Sérgio Araújo pra fazer a sua manifestação oral.

Sérgio Araújo: Boa noite a todos, saudar a mesa em nome do doutor Régis Pinto, os demais, boa noite. Bom, aqui no momento eu represento o Governo do Estado do Ceará e nós estamos ratificando, o nosso apoio a esse PROJETO da forma que foi dito aqui tanto na construção da adutora, né, assim como a questão da estrada, não é de adaptar a estrada pra fazer toda movimentação de vinda e saída e também uma questão da energia elétrica, não é, toda a ENEL, o PROJETO já está lá e está, tudo tá sendo encaminhado, né, no seu time, no seu tempo.

Bom, então vocês podem perguntas, mas por que não começou ainda a estrada? Por que não começou a questão da adutora? Por que não começou, é toda a questão do sistema elétrico? Obviamente é o Governo aguarda que o IBAMA obviamente libere a licença prévia, libere a licença de instalação nesse momento, eu garanto que os recursos já estão todos reservado, que não vai haver esse, essa quebra, né, como foi já esse, com esse termo de compromisso, é nós chamamos memorando de entendimentos, ele foi assinado no ano de dois mil e vinte então tá valendo e o apoio é, tá garantido.

Um tema muito importante também a questão da capacitação, nós escutamos toda hora as pessoas se excluindo, né, que não vão ter oportunidade de trabalhar porque nós não temos capacidade, não é bem assim, aliás, não é nada disso. Toda secretaria de educação, né, toda secretaria de ciência e tecnologia tem os IFCEs o que a empresa, né, a GALVANI e a INDUSTRIA NUCLEARES DO BRASIL vão apresentar qual é a capacidade de capacitação e essa capacitação vai ocorrer durante a construção então na hora que começa a construção ele vão mostrar o que nesse, qualquer é a demanda que eles vão precisar de capacitação e nesse memorando de entendimento está claro, tá dito que a preferência é exatamente da área afetada diretamente. Então era só ratificar esse nosso apoio. Muito obrigado, boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu Sérgio. Eu gostaria de...

Ele é interrompido por alguém do público.

Pedro: Boa noite é só uma questão de ordem, por favor. Queria te fazer uma pergunta, sei que o presidente, o presidente Régis tá conduzindo a Audiência Pública.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Podia falar mais próximo ao microfone, não estou lhe ouvindo.

Pedro: Porque tá baixo aqui. Essa, essa, essa Audiência Pública é um espaço democrático, correto?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Perfeito.

Pedro: E é um espaço destinado principalmente pros trabalhadores, trabalhadoras residente aqui de Lagoa do Mato que gostariam de entender um pouco mais sobre o PROJETO e portanto ter o direito de se expressar, correto?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Perfeito.

Alguém do público: Eu queria entender, por que então a fala de um professor que tava trabalhando dando aula tá sendo cerceada porque ele teve o direito de se inscrever negado? O professor Magnlson chegou aqui as dez horas da noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Até o momento, desculpa.

Alguém do público: Porque tava trabalhando.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Até o momento ninguém, foi cerceado a fala de ninguém, todo mundo que se inscreveu falou.

Pedro: Pronto. Acho que você pode ir diretamente no presidente da mesa se inscrever, botar o seu papelzinho. Ele entregou pra alguém, algum representante aqui da empresa terceirizada que tá conduzindo o processo, chegou dez horas porque tava trabalhando, ele entregou a ficha.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ok.

Pedro: Devolveram a ficha pra ele dizendo que não podia.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Desculpa, eu não lembro o seu nome.

Pedro: Pedro.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pedro, é a gente coloca no regulamento trinta minutos a partir do intervalo pro recebimento, a gente ficou mais de horas recebendo, mas eu entendo perfeitamente e a gente vai receber, sem problema algum.

Pedro: Ótimo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Porque eu concordo contigo que é um espaço justamente pra gente discutir.

Pedro: Ótimo, o trabalhador tá trabalhando, né, ele vem aqui pra poder falar, tem o direito de falar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Claro, perfeitamente, sem problemas. Mas eu queria chamar agora a senhora Naiane Araújo, a senhora Naiane na Audiência de ontem foi a última pessoa a falar e hoje eu até tava no final de novo d apilha, mas eu resolvi privilegia-la para não ser novamente a última se expressar. Dona Naiane se tem três minutos, por favor!

Naiane Araújo: Ainda bem, né que me colocaram pra não ser a última. Boa noite, boa noite a todas, todes e todos. É uma alegria poder estar aqui mais uma vez participando desse espaço democrático e eu começo a minha fala bem breve, me solidarizando com a companheira lara, porque se fosse um homem branco empalitozado aqui na frente, o microfone seria cortado mesmo passando do tempo? Independente de qualquer coisa se fosse um homem aqui na frente teria sido cortado o tempo? E diante disso é que eu vou trazer mais profundamente pra além do que eu coloquei ontem, né, do impacto da mineração na vida das mulheres.

Vou me apresentar brevemente, sou Naiane Araújo pra quem não participou ontem, militante do MAM movimento pela soberania popular na mineração. Um dos principais impactos da mineração enquanto um megaprojeto na vida das mulheres, ele é muito forte, por que? Há exemplos de outros espaços e territórios que aconteceram esses projetos, a vidas das mulheres, os corpos das mulheres, os nossos corpos tem sido, tem sido muito devastado, tem sido mortos, assassinados, mutilados, verdadeiramente ceifados, porque nós simplesmente somos mulheres e pra além disso o impacto na saúde mental também é muito forte, o índice de abuso sexual tem sido muito, muito intenso, principalmente em

áreas onde já aconteceram processos minerários, a região da Amazônia, por exemplo, há pouco tempo saiu um noticiário que os garimpeiros pra além da dinâmica e das gramas de ouro estavam sorteando mulheres.

Naiane Araújo: Como assim a mulher entrar como um prêmio pra satisfação sexual de um homem? Isso é muito sem lógica. O que é que tem sido feito com a nossas vidas? Apenas utilizadas como esses objetos sexuais? E pra além disso, né, que eu tenho percebido muito que o próprio setor mineral, já eu concluo, o próprio setor mineral, ele é dominado por homens e mais uma vez eu reforço que a mesa só está sendo composta por duas mulheres brancas, a maioria é homem e apesar de que as mesmas mulheres vêm ao longo tempo tentando desmistificar isso, ainda é muito árduo, porque os mesmos homens que estão nesse setor abusam psicologicamente e sexualmente essas mulheres e isso existem dados que comprovam, eu não estou aqui apenas falando besteira, existem dados que comprovam isso né.

Enfim, e pra muito além disso, né, nós carregamos esse peso da estigmatização, do desprezo e do confinamento enquanto mulheres também no processo de que a prostituição em territórios minerados, territórios em processo de mineração vão aumentar muito mais, se essa mineração de urânio vir pra cá, nós mulheres continuamos a margem mais além do que já tá e essa margem virá transportada principalmente com a prostituição, com o avanço do trabalho doméstico das mulheres e isso nós não queremos, e pra finalizar e pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Naiane. Dando continuidade, eu peço, eu dou oportunidade de fala para o senhor Juliano Oliveira, do Governo de Madalena. Senhor Juliano Oliveira. Não se encontra?

É, dando continuidade então, é eu chamo o senhor Roberto Guerra da fazenda São Lourenço, pra fazer sua manifestação oral. Senhor Roberto, lembra dos três minutos.

Roberto Guerra – Fazenda São Lourenço: Boa noite a todos, eu vejo que o PROJETO ITATAIA é um fato se já não consumado, mas há se consumir, então quando a gente não tem como reverter o que vai acontecer, vamos nos tornar parceiro e tentar levar ele pro lado bom das coisas. Eu tenho dois questionamentos a fazer, primeiro é sobre a questão hídrica. Eu moro na sede do município, tenho uma pequena propriedade e a sede do nosso município ela é completamente desprovida de abastecimento hídrico, temos abastecimento de faz de conta e não resolve nada, não estamos em crise horrível agora devida à quadra chuvosa que tá sendo muito boa e escutei os senhores falando que a adutora vinda do açude Edson Queiroz vai abastecer Riacho das Pedras, onde eu conheço muito bem, Morrinhos, Queimadas e tal. E a minha sede no município fica a dezoito quilômetros em linha reta aonde já poderia ser integrado o abastecimento e quero deixar aqui a minha reivindicação como um cidadão que luto e trabalho pela minha terra e quero ver ela melhorar e eu sei que é o

intuito de vocês é ver essa terra melhorar. Apesar de alguns problemas que estão sendo relacionados, mas eu sei que intuito de vocês não é chagar aqui e saquear o município, os quatro municípios e ir embora não. Vocês têm por obrigação moral e sem que ninguém os force, tenho certeza que vocês são dispostos a ter contrapartida social pra nossa terra que é muito pobre. E nós estando a dezoito quilômetros de onde vai chegar a adutora eu gostaria de deixar aqui o meu pedido encarecido em nome de milhares de pessoas humildes que não têm água, tem dias que não tem água pra nada na Itatira, nada, nós não temos abastecimento contínuo de forma alguma, que vocês levassem isso em conta e dentro das beneficias que vocês estão propondo a dar a região que seja uma delas levar, eu gostaria que o prefeito municipal tivesse aqui, mas não está pra ela refazer essa reivindicação. Pra que o povo da Itatira tenha condição hídrica, pois não temos de maneira nenhuma e com a adutora vindo do cen, do açude Edson Queiroz, é um açude de duzentos e cinquenta milhões de metros cúbicos, ele tem pano pras mangas. E outra coisa meu tempo tá acabando, mas quero só outra pergunta a respeito da formulação do fertilizante. Se vai ser apenas o fosfato, vai sair daí ou vocês já vão praticar a fórmula do NPK? Porque se houvesse o NPK pronto aqui na região ia favorecer e ajudar demais a agricultura familiar, o pequeno produtor, o médio e o grande com a ajuda do fertilizante, pois nossa região, a nossa agricultura, a nossa pecuária precisa de insumos, precisa de amparo e essa fertilização se fosse feita aqui, o NPK completo, nitrogênio fósforo e potássio ia nos viabilizar muita coisa na nossa produção. É isso que eu tenho a dizer e agradeço.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado senhor Roberto. E, fazendo um bloco, fazendo um bloco de devolutivas para as manifestações, eu passo a palavra pro CONSÓRCIO.

Raphael Turri – GERENTE DE MEIO AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA DA GALVANI: Obrigado. Bom, seu Roberto essa questão, né, acho que o senhor trouxe dois pontos importantes aqui. Nas reuniões que nós fizemos aqui no município de Itatira surgiu, né, essa demanda, esse ponto aí colocados pelo senhor também da, do abastecimento hídrico pro município. Os vereadores eles vêm se mobilizando pra isso, né, no intuito de buscar junto do Governo Estadual essa melhoria da infraestrutura do abastecimento hídrico, então a gente identifica também essa necessidade, né, do diagnóstico feito, ambiental apresentado no EIA, também foi identificado a questão da necessidade da melhoria do saneamento básico no município, então isso faz sim parte da agenda que o CONSÓRCIO vem conduzindo aqui de ouvir quais são mais necessidades, poder fazer essa, esse meio de campo junto do Estado e aí junto da prefeitura e dos vereadores buscar um a solução, né.

Com relação a melhoria da produção do cultivo aqui na região. Sempre que uma indústria de produtos fosfatados se instala numa região, ela gera toda uma cadeia produtiva, favorável ao agronegócio e realmente o que o senhor colocou é uma verdade, existe muito potencial de melhoria da produção da lavoura, da pecuária, do gado e equilíbrio com a agricultura familiar, né, aqui não tem

desequilíbrio ou não tem uma competição entre uma agricultura de maior porte e agricultura familiar, todas elas, elas podem coexistir de forma harmônica tendo consumidor pra ambos tipos de produção. Inclusive com relação ao consumo da produção local, o próprio CONSÓRCIO durante a fase de obras e operação ele vai ser um grande consumidor desses produtos locais e a população, né, que vai ter uma renda melhorada, toda essa massa salarial que vem pra região também tende a aumentar o consumo e a possibilidade do aumento da produção tanto de maior escala como a produção local. Eu queria passar aqui pro Rogério, ele vai falar um pouquinho mais.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS - INB: Em relação à pergunta da Naiane, eu gostaria de dizer que o PROJETO SANTA QUITÉRIA ele vai propiciar oportunidades para as mulheres naturalmente isso já acontece, já existem programas no mundo inteiro e no Brasil em particular chamados Mulheres na Mineração, isso acontece em todos os lugares e as mulheres trabalhando em todos os cargos, locais onde a família inteira trabalha na mineração e em relação à questão da ética, o respeito às mulheres, isso é um princípio, nós falamos da questão da integridade, da ética e do respeito, isso ai está dentro dos nossos valores.

E em relação a Lara, eu gostaria, desculpa, é Lara Oliveira exatamente, que o Hector pudesse fazer um depoimento rápido sobre a questão das compras dos produtos e o testemunho que ele tem a respeito desse assunto.

Hector Hugo – GERENTE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA – INB: Bom, boa noite de novo a todo, como eu me identifiquei mais cedo, atuo como gerente de segurança meio ambiente e radioproteção da INB e moro Caetité há dez anos, né, sou natural da região.

Os produtos agropecuários de Caetité, ele não são contaminados por radionuclídeo, a gente não diz isso da boca pra fora, não diz isso tirando da nossa cabeça, existem dados de mil novecentos e oitenta e nove até o momento que comprovam isso da gente, o consumo desses produtos nas feiras livres, nos supermercados de Caetité, é um consumo normal, não existe assim medo, esse temor que é dito em todos os lugares, eu particularmente consumo tanto a água de Caetité quanto os produtos agropecuários que são produzidos no entorno da mina lá da nossa cidade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado, Raphael, Rogério, Hector. Fazer um pequeno bloco com algumas perguntas escritas, todas elas relacionadas a questão radiológica e segurança e saúde, eu vou ler as perguntas e aí eu peço que o CONSÓRCIO se manifeste sobre os principais pontos, alguns já foram inclusive abordados aqui e aí também tem uma questão direcionada a CNEN, eu vou pedir pro Ricardo também se pronunciar.

A Livia Ribeiro pergunta, no EIA entregue ao IBAMA e disponibilizado para a sociedade consta a informação de que não havia sido identificada instituição capaz ou habilitada para a realização das análises do programa de monitoração radiológica ambiental pré-operacional, todavia na apresentação de hoje o CONSÓRCIO informou que durante, que o monitoramento será iniciado em julho de dois mil e vinte dois, solicito a apresentação da empresa, órgão ou entidade selecionado para realizar as análises.

A senhora Marjorie Serma, pergunta, em caso de um acidente nuclear como a INB pretende fazer a contenção? Qual o nível de preparo para cuidar, pra lidar com a proteção das pessoas, dos solos, das águas? O serviço de proteção social especial é de alta complexidade, PNAS? Que inclui o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Tem previsão orçamentaria do PROJETO SANTA QUITERIA? Qual a capacidade do sistema de saúde pra acolher casos de câncer e malformação congênita?

O senhor Claudenir Ferreira pergunta, com relação a radioatividade presente no processo de extração do minério, quais os riscos que podem ocorrer ao meio ambiente de forma direta e indireta, bem como para população em pequeno médio e longo prazo?

Uma pessoa de Lagoa do Mato que não se identificou pergunta, qual a melhoria que este urânio pode trazer pra nós itatirenses?

A senhora Nimara Cruz do instituto Federal do Ceará, pergunta, qual o raio em quilômetros pelos estudos realizados até o presente momento que a radiação irá atingir após explorada a mina? Na fala de Ricardo Guterres, sofremos radiação por várias fontes, sim, porém não tanto radiação como após exploração dessa mina. Isso poderá aumentar amplamente os riscos diversos de cânceres, doenças respiratórias dentre tantas outras patologias?

É o senhor doutor Paulo Sérgio de Lagoa do Mato, como se trata de grande projeto e várias facetas multissetoriais com riscos de diversos a saúde dos trabalhadores, haverá implementação de serviços especializados de atendimento à saúde da comunidade e para os trabalhadores de CONSORCIO?

Sabemos que nossa região não dispõe de estrutura adequada para atendimento preventivo e emergencial adequado a grandeza desse PROJETO.

Por fim, senhor Magno pergunta, quais os principais impactos de urânio diretamente em Lagoa do Mato em termos ambientais e com a saúde da população?

Tendo em vista em que todas as perguntas estão de alguma forma relacionadas e já foram abordadas, eu defiro cinco minutos para a abordagem pelo CONSÓRCIO para essas perguntas.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS - INB:
Iniciando pela questão da Marjorie, que faz uma pergunta aqui em caso de

acidente nuclear como a INB pretende fazer a contenção, importante ser dito que como já foi mencionado, nós vamos fazer a extração do minério onde o urânio ocorre na sua forma natural e depois fazer a concentração desse urânio a partir do ácido fosfórico, então não existe esse risco, esse potencial de acidente nuclear como foi mencionado, a gente não está tratando com urânio enriquecido, né, e também não estamos tratando com elemento combustível ou a utilização do elemento combustível na central termonuclear, nas centrais de Angra, então essa questão de acidente nuclear inexistente na questão do, trabalharemos sim na questão dos controles como já foi mencionado, controle ao longo de toda cadeia produtiva, seja na mineração, seja no beneficiamento, seja no enriquecimento, seja na fase final aonde o concentrado vai ser entamborado.

Em relação a radioatividade presente na extração de minérios e os riscos que podem ocorrer ao meio ambiente, já foi debatido aqui também de uma forma bastante extensa, mas eu gostaria que Renata fizesse o comentário de como é que o meio ambiente de formas direta e indireta pode ser afetado e também para a questão da população no pequeno, médio e longo prazo.

Renata Salgado - INB: Boa noite, meu nome é Renata eu sou a supervisora de proteção radiológica, superintendente de processo da INB, vou falar um pouquinho então sobre as dúvidas, né, que a gente tem recebido várias vezes sobre os possíveis impactos que podem ter pra população eu vi uma questão, não sei se ele ainda tá aqui, acho que foi a Rejane que comentou sobre as populações bem próximas. Quando a gente faz um projeto a gente da área de proteção radiológica se preocupa exatamente com as pessoas, com os trabalhadores e as comunidades que são no entorno, então a gente verifica onde que a direção do vento, pra onde que vai a água, existe uma estação meteorológica dentro da fazenda Itataia que verifica pra onde o vento aponta e a TETRA MAIS falou do modelo que eles fizeram, da previsão, da poeira e essa poeira ela não sai de dentro da área da fazenda, mas mesmo assim, mesmo com os cuidados que vão ser feitos, pra batimento de poeira, pra não ter gerações de poeira da fazenda, do empreendimento para as comunidades, nós vamos fazer as monitorações pra confirmar esses valores. Então essas monitorações são o quê? Antes de começar a operar a gente vai avaliar a poeira que já existe hoje nas comunidades, quanto que tem de urânio e outros elementos nessa poeira. E quando tiver operando nós vamos continuar fazendo essas medições de forma a poder comparar e demonstrar que esses valores não subiram, eles não podem subir, existem limites pra isso e esses dados em seguida vão ser enviados pro órgão.

E com relação a água, há aos cuidados que já foram comentados de impermeabilização, todos os tanques ficam dentro de contenções de concreto, pra que se tiver algum vazamento ele cai na contenção, dentro da contenção ele pode voltar pros tanques ou ser, ir para uma estação de tratamento recircular a água. Então tudo é concebido pra que não haja uma infiltração, um vazamento que possa contaminar as águas e como que a gente vai comprovar que elas, as águas não vão estar contaminadas? Com os resultados das análises das amostras que vão ser coletadas antes, durante e após a operação. Obrigado.

Raphael Turri – GERENTE DE MEIO AMBIENTE SAÚDE E SEGURANÇA DA GALVANI: Obrigada Renata. Mais duas perguntas só pra fechar aqui, doutor Paulo perguntou como seria o atendimento de emergência no PROJETO, então no PROJETO nós temos um ambulatório pra atendimento de emergências, também teremos ambulâncias, né, e a parte de melhorias dos serviços de saúde da região vai ser discutido junto com a prefeitura e o Estado do Ceará. Um outro ponto como a Renata falou o plano de monitoração ambiental pré-operacional, como eu falei na minha apresentação vai ser iniciado em junho, esse plano foi aprovado pela CNEN e nós nesse momento estamos fechando a contratação da empresa pra que ela possa começar a atividade em junho, assim que, esse contrato for formalizado a apresentação da empresa vai ser feita pra CNEN.

Telda Lima – Analista Ambiental do IBAMA: Passo uma das perguntas escritas aqui para o analista da CNEN responder, dois minutos, ok?

Ricardo Guterres- DIRETOR DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA - CNEN: Então aqui há uma pergunta sobre a área afetada, né, pelo empreendimento após a exploração da mina.

Bom, é interessante observar que o empreendimento está em licenciamento, ou seja, as questões relacionadas ao impacto desse empreendimento estão sendo nesse momento, estão sendo avaliadas, o que nós podemos dizer e que a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR estabelece limites, tá, esses limites são conservadores, são limites baixos e que cabe ao operador demonstrar que esses limites não vão ser atingidos, na verdade, deve ser considerado ainda uma restrição de doses, ou seja, o que vai ser considerado como parâmetros é uma fração do limite estabelecido pela comissão. Então nesse momento, o operador tá apresentando a documentação tanto que demonstra a segurança do empreendimento, quanto o sistema de monitoração que comprova que esse modelo desenvolvido, ele de fato está funcional. O que nós vamos fazer é avaliar esse, esse sistema como um todo e verificar a integridade dele, né, a performance, a efetividade dele, né, a partir daí se pode dizer então que de fato os limites estão sendo respeitados e que a área externa ao empreendimento, ela é afetada no máximo dentro de uma fração do limite estabelecido para o público, né.

Telda Lima – Analista Ambiental do IBAMA: Vamos fazer mais uma rodada de manifestações orais. Gostaria de chamar Cecília Feitosa, por favor.

Cecília Feitosa: Boa noite a todas e todos, é saudar aí todo mundo que ficou, conseguiu ficar até agora. Meu nome é Cecília, eu sou bióloga, eu trabalho na assessoria do deputado estadual Renato Roseno e também sou vinculada ao laboratório de ecologia aquática da universidade federal do Ceará. Eu tenho algumas questões assim pra colocar do ponto de vista até resgatando alguns elementos de ontem, né, do debate, que eu acho que a gente embora seja um

momento novo que a gente tem aqui coma população de Itatira de Lagoa do Mato, mas assim, a gente tá discutindo o processo do licenciamento.

Bom, o Brasil é signatário de um conjunto de convenções dentre elas a convenção da diversidade biológica, né, conhecida pela que foi aquele evento da ECO 92 e recentemente dos signatários também, é de pare, de tratados vinculadas a questão climática, a conferências das 4:24:42 – falha no áudio, sobre o clima. Bom, tudo isso balizou e aí sobre tudo a convenção da diversidade biológica, a criação do programa nacional de conservação de espécies ameaçadas de extinção, esse programa nacional ele é vinculado ao ministério do meio ambiente e a partir dele foi lançado o plano de ação nacional de conservação de especeis ameaçadas. A última lista que era dois mil e quatorze publicada pelo ministério do meio ambiente, foi atualizada inclusive ontem, então o estudo que foi apresentado pela empresa, ele já está desatualizado porque saiu a nova publicação que lá atualiza por um conjunto de especialistas as espécies que estão na lista vermelha da fauna ameaçada, fauna e flora, no caso, né, mas eu queria me referir a fauna. Além disso a gente também tem no Estado do Ceará a lista vermelha das espécies que foi publicada recentemente pela CEMA, a lista de mamíferos, por que eu tô trazendo essas questões aqui? Porque do ponto de vista do estudo de impacto, e aí eu queria trazer algumas questões de questionamento ao IBAMA inicialmente.

Bom, esse plano de ação que é o PAN, hoje ele abarca setenta e cinco por cento das espécies que estão na lista vermelha, ele não abarca todo mundo, mas é um número razoável. Esses planos nacionais de ação, eles são, têm como objetivo ordenar e priorizar ações pra conservação da biodiversidade dos ambientes naturais daquelas espécies que constam na lista vermelha nacional, mas também espécies que estão quase ameaçadas, especeis que tão na lista estadual, nas listas estaduais que inclusive são prioritária porque são, o locus do ambiente local que você vai analisar do ponto de vista da ocorrência daquelas espécies sobre tudo as que estão em situações, né, as vezes tá na lista estadual, mas não tá na nacional, né, quer dizer a estadual tem potencial de conseguir efetivar possibilidades de análise mais razoáveis, inclusive mais detalhadas do que as nacionais. E o estudo inclusive não aborda essas listas estaduais né, e também, bom, as espécies migratórias.

Eu sei meu tempo acabou, peço um pouquinho de paciência na mesa só pra concluir o raciocínio e fazer a pergunta.

Bom, diante disso tudo, desse preambulo aqui da fala, é, existe uma portaria do ministério do meio ambiente, que é a Portaria 445, que foi, a de dois mil quatorze inclusive, que ela determina que as espécies que estão na lista vermelha da fauna ameaçada, e aí eu queria muito brevemente aqui também fazer a leitura do artigo, artigo segundo que diz assim, dessa portaria, as espécies que estão constando na lista vermelha desta portaria, da publicação, portanto a espécies com a lista vermelha, que constam como extintas na natureza, criticamente em perigo, em perigo vulnerável, e vulneráveis, são as espécies justamente próximas à extinção, são gradações que trabalha essa lista, elas ficam protegidas de modo integral, incluindo entre outras medidas a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo,

beneficiamento e comercialização. Artigo primeiro diz assim, a captura, transporte e armazenamento, guarda e manejo de exemplares de espécies de que trata esse caput, somente poderá ser permitida para fins de pesquisa ou para conservação da espécie mediante autorização do Instituto Chico Mendes de conservação da espe, da biodiversidade, o ICMBIO.

Quando a espécie está na lista vermelha da fauna ameaçada ou enfim, qualquer espécie, é necessário instituir o PAN, que é esse plano de ação para proteção dessas espécies, no estudo de impacto que foi apresentado constam várias espécies, o estudo aborda a lista global do 4:28:23 – falha no áudio, e aborda também a lista nacional do ministério do meio ambiente embora desatualizada, porque foi uma nova publica ontem.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Cecilia, peço que conclua.

Cecília Feitosa: É pra concluir. Então diante disso, diante disso e da inexistência de PANs para as espécies que estão apresentadas no estudo como espécies vulneráveis, né, sobretudo vulneráveis, eu listei pelo menos sete espécies nessa categoria, existe a possibilidade até de ser mais, porque ontem o no debate, o Ricardo, né? O Ricardo falou que existe uma espécie de peixe, que ela na verdade não é espécie, tá como gênero lá, não tá classificada como espécie, mas é, bom, falou que tava sendo descrita a espécie, embora tenha dito que ela ocorria em outros lugares. Eu sinceramente não entendo como é que a espécie está sendo descrita e ela já tem lu, ocorrência em outros lugares, se ela não descrita, ela nem existe ainda efetivamente, então não ficou muito evidente pra mim esse ponto. Então era isso, eu queria perguntar pra o IBAMA sobretudo como é que o IBAMA considerando que existem várias situações de embargos e obras, as vezes de uma espécie que está na lista vermelha da fauna ameaçada e o IBAMA não avança com processo de licenciamento por que é justamente área de ocorrência dessas espécies. Então a pergunta é justamente essa, o que um processo como esse de licenciamento o IBAMA faz quando constam espécies na lista vermelha da fauna ameaçada? E a segunda pergunta e essa pergunta é pra empresa, pra o CONSÓRCIO, eu queria ter trazido aqui um estudo, mas não foi permitido o transporte pra facilitar inclusive e mostra a página, mas você pode aí observar, é o volume quatro página quarenta e quatro e quarenta e cinco, o colega ontem o Ricardo falou que tão previstas de patrimônio espeleológico a explosão de cinco área de cavidades que não eram aéreas de relevância, inclusive do ponto de vista da biodiversidade, aí lá nessa página quarenta e quatro, quarenta e cinco, vocês usam como critério uma tabela que fala da sensibilidade, né, pra o tema da biodiversidade e justamente coloca lá na categoria que tá apresentada na tabela. Alta.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Cecilia, por favor.

Cecília Feitosa: Pra concluir, alta, quer dizer a sensibilidade muito alta pra cavidades na área onde o empreendimento está previsto, isso aqui é que tá lá no documento, certo? No volume quatro, página quarenta e quatro quarenta e cinco, segundo o programa PROBIO, então, eu é que eu tô entendendo, que foi feita uma informação que as áreas de cavidades foram consideradas menos relevantes na apresentação que foi feita, mas o estudo mostra segundo o PROBIO que são áreas de alta relevância, inclusive são áreas que vão ser implodidas que tão na área de ocorrência do empreendimento, e aí queria que vocês pudessem falar mais sobre inclusive o que eu tô entendendo que há uma contradição com o que tá no estudo que foi apresentado. Obrigada, desculpe o tempo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Cecília. É diante do assunto relevante primeira vez nessa Audiência que se abordou de uma forma mais detalhada sobre a questão de fauna, eu já vou abrir a resposta da mesa, é iniciando pelo próprio IBAMA.

O IBAMA quando tem, quando tá fazendo licenciamento ambiental de qualquer projeto, quando existe uma, a indicação de extinção de alguma espécie, isso é um critério, é um critério levado em conta pra se atestar a inviabilidade do processo, do projeto, agora isso vai ser analisado ao longo do EIA, é ao longo das informações, do diagnóstico que foi, que foi trazido dentro do estudo, a gente vai verificar a qualidade dessa informação, pra verificar se isso é motivo pra gente de imediato dar inviabilidade ou se a gente precisa de uma complementação de informações para poder caracterizar de fato essa inviabilidade. De qualquer forma eu queria passar a palavra para, para a Fernanda dá, Fernanda Bouth - ANALISTA AMBIENTAL - IBAMA: - ANALISTA AMBIENTAL - IBAMA: que é nossa especialista de fauna, que é quem faz a análise de fauna terrestre no PROJETO SANTA QUITERIA para ela abordar a questão.

Fernanda Bouth - ANALISTA AMBIENTAL - IBAMA: Oi, boa noite, tudo bom? Adorei sua fala Cecília, brigada, viu? É isso mesmo, queria só alertar uma questão, os PANs, os planos de ação nacional, eles são construídos com coletividade, tá? Então assim, há mais de quarenta planos de ação nacionais pra várias, grupos de espécies, né, que Instituto Chico mendes, ele coordena essa pasta, não é o IBAMA especificamente, mas os PANs eles são construídos junto com todos os especialistas da área, né? É um movimento, os planos de ação eles são construídos juntos com as universidades, com as instituições de pesquisa, né? Uma vez que no estudo ambiental se identifica uma sensibilidade como essa que você tá falando, certamente esses parceiros e as instituições que acompanham, que são parceiras também do IBAMA, elas se reúnem pra gente também poder trabalhar de uma forma mais detalhada, dessa, com essa questão, inclusive há casos que a gente até sugere pra câmara de compensação que se crie unidade de conservação pra proteção de algumas espécies, né?

Então assim, queria tranquilizar que a gente tá em análise, as listas que são produzidas, que são atualizadas sistematicamente, elas são consultadas, elas

são alvos de análise, né? Então quando a gente identifica ou há alguma suspeita, a gente consulta os especialistas, gente vai atrás, a gente faz uma, uma, um levantamento bibliográfico e tudo que tá em regra a gente costuma consultar, tá? Então inclusive se você se disponibilizar, manda um e-mail pra, pro endereço que foi disponibilizado, pra gente até poder trocar figurinha, é muito bom quando existe a disponibilidade dos pesquisadores, das pessoas da área a contribuírem conosco, tá bom? Então é só isso que eu queira te tranquilizar, tá bom? E eu também vi que a Portaria 444 e 443, e 445 foi atualizada ontem. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigada Fernanda. Eu passo a palavra para a TETRA MAIS.

Ricardo Lieutaud – Gerente de Projeto – TETRA MAIS: Obrigada Régis, obrigado Cecília. Eu não vou repetir aqui o que a Fernanda falou, eu queria te trazer também Cecília, sobre os programas de monitoramento que tão sendo propostos no EIA/RIMA, né, eles consideram essas espécies, não só as ameaçadas, mas também as espécies chaves, todo o, todos os grupos de fauna abordado no diagnóstico, eles trouxeram as informações de edenismo, de espécies ameaçadas, de espécies de interesse médico e veterinário, obviamente que essa portaria atualizada ontem ainda não foi, né, não foi considerada no estudo e a lista do Ceará também, porque foi ameaçada, publicada posteriormente ao protocolo, foi no, agora em dois mil e vinte e dois, se eu não me engano fevereiro ou março, não tenho a data de cabeça. E sobre o volume quatro que você mencionou da relevância das cavidades, essa página que você mencionou aqui, no, na tua fala ela trata sobre a análise integrada do estudo, que um dos critérios pra definir a fragilidade da área como um todo foram, foi a relevância dessas cavidades de alta, de, de máxima, qual a relevância. O estudo sim identificou diversas cavidades de máxima relevância com espécies de fauna ameaçada no seu interior, ó que o projeto de engenharia e a mina não afeta nenhuma delas, na apresentação eu mostrei o contorno, né, que foi adotado pela engenharia justamente pra manter e preservar a integridade natural de cavidades, essas cavidades de máxima relevância tão fora da área do, área diretamente afetada, né, área que será ocupada, tá fora da área de buffer de segurança, que são duzentos e cinquenta metros além dessa área que vai ser ocupada, então não há previsão nem de alta, nem de máxima relevância de cavidades a serem afetadas. Espero ter respondido tua, tuas dúvidas e agradeço por elas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Ricardo. Eu chamo para sua manifestação oral a senhora Sara, Jovens pelo clima. Senhora Sara, eu relembro os seus três minutos.

Sara – Jovens pelo Clima: Boa noite a todo mundo. É novamente eu venho fazer a minha fala com relação a queima ao coque de petróleo, que eu falei ontem na Audiência também, e aí hoje eu quero abordar um outro ponto sobre a queima do coque de petróleo. No EIA/RIMA apresentado do empreendimento

diz que o coque de petróleo, de petróleo ele é composto por hidrocarbonetos aromático policíclicos, um nome bem complexo, basicamente pra dizer que esse é um composto tóxico e que causa câncer nos seres humanos, além de metais pesados entre vários eles, chumbo, arsênio e mercúrio e todos esses componentes que eu citei, eles são tóxicos e eles causam câncer nos seres humanos. E esse coque de petróleo ele vai ser queimado. São previstas mais de cento e noventa mil toneladas de coque de petróleo queimado. E esse coque vai ser transportado por mais de quatro mil caminhões por ano indo e voltando de Fortaleza até mina. E aí eu quero trazer com relação a isso, uma fala que foi feita aqui pelo CONSÓRCIO SANTA QUITERIA de que na mina a poeira não vai sair pras comunidades. E aí eu queria entender como é que essa poeira de coque de petróleo e de várias outras substâncias que vão tá lá, não vão sair da mina, só tem duas, na minha cabeça só tem duas possibilidades ou vocês vão barrar o vento da região, que eu acho que é uma coisa meio impossível de se acontecer ou vocês vão construir um muro gigante, não sei, pra impedir que essa poeira voe, porque na minha cabeça eu não consigo compreender como é que vocês vão barrar essa poeira de voar pra cima das comunidades com os ventos. E aí eu trago aqui também fazendo um paralelo a situação do assentamento da parada que fica nos fundos da TERMELETRICA DO PECÉM, lá em São Gonçalo do Amarante. As TERMELETRICAS DO PECÉM elas queimam carvão mineral e aí nesse processo de queima muitos gases tóxicos são liberados além da poeira do carvão e atualmente várias famílias já tiveram que sair das suas casas por causa do pó de carvão entrando nas suas casas. Então as famílias na região catam sacos mais sacos de pós de carvão, a comida é contaminada por pó de carvão, a água é contaminada por pó de carvão e eles alegam que esse pó aumentou casos de doenças de pele, doenças respiratórias. Então eu trago mais um aspecto desse PROJETO que é inconcebível, que é a queima do coque de petróleo que vai trazer poeira, poeira e vai também queimar componentes tóxicos desse coque de petróleo, que vai trazer câncer pra população. Então a gente tem um exemplo aqui do lado.

Aqui no Ceará desse, disso também acontecendo de um combustível fóssil sendo queimado e tirando as comunidades de seus territórios por causa da poluição, da toxicidade, dos gases tóxicos que são liberados e da poeira. Então é isso que eu tenho pra falar sobre esse ponto também que mais uma vez não é abordado, né, falei ontem sobre esse tópico em mais um momento, outra Audiência Pública onde vocês têm a oportunidade de pelo menos pontuar coisas que a gente traz anteriormente, mas isso de novo foi omitido nas apresentações e sequer citado, então é isso. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Sara. Eu convido a Cecilia Paiva Souza, para, do escritório Frei Tito de Alencar para fazer a sua manifestação oral. É a senhora Cecilia Paiva Souza. Cecília, eu peço que se atenha aos seus três minutos, por favor.

Cecilia Paiva Souza: Certo, tava no, desculpa. Gente, assim, queria pontuar, já tá bem esvaziado, né, assim, o tempo infelizmente faz com que o pessoal que tem que trabalhar amanhã tem que ir embora. Eu sou do escritório Frei Tito de

Alencar, advogada, o escritório existe há mais de vinte anos e atua na defesa de direitos humanos e tá vinculado a assembleia legislativa do Estado, certo.

Assim, a gente sempre fica num debate, acho que desde ontem a gente tá traçando ele, em que a gente fica nessa batalha da mínima, minimização da radiação ou máxima, maximização dela. Ao mesmo tempo que banana pode emitir radiação a gente podia ficar trazendo exemplo, por exemplo, dos cadernos da Marie Curie que estão em caixas chumbo e não podem ser mexidos em mais de mil anos, assim, não sentido isso e a questão que a gente traz enquanto escritório é principalmente. Gente é porque eu corri e aí eu tô om pouco ser ar, certo, que a insuficiência dom licenciamento ambiental com relação à questão da radiação, que ela não é tratada e aí a gente entra numa questão que as vezes todas as perguntas, muitas perguntas são sobre isso e todas as respostas eu sinto que a gente acaba tratando de mera especulação, porque os estudos sobre isso ainda não foram feitos, então a gente fica, ah vai ter uma barreira de contenção, acho que um das funcionários da TETRA colocou isso, mas qual barreira? De que forma? Qual material? Isso não tá sendo apresentado, isso não tá no estudo. Então eu acho que a consultoria nem devia mencionar isso, já que ela não estudou a respeito, entende? Então assim pergunta sobre a questão da radiação a consultoria não foi, não estudou isso e o IBAMA legitimou essa decisão, nós da articulação antinuclear fizemos um parecer falando do termo de referência e pontuando a necessidade de que esse rito tivesse a questão da radiação, porque não faz sentido a gente discutir os impactos desse empreendimento sem discutir essa questão, entende, não faz sentido mesmo, assim, acho que se tem algo que essas audiências têm mostrado é esse ponto, né, então o IBAMA acredito que tem que rever sua decisão com relação ao termo de referência em si, né. Acho que isso é um problema inicial que vinculas todos esses autos do licenciamento. É eu acho que isso nem envolve a CNEN, porque a CNEN tá no procedimento dela, tá tudo ok, o nego, o estudo ainda vai ser apresentado, tá tudo certo, mas a gente aqui, não. O licenciamento tem andado, a gente já está nas audiências públicas, a poderia até existir uma licença prévia sem a gente estudar isso, e esse é o anseio da população, entender quais são impactos que isso pode ter e é irresponsabilidade dizer que não vai ter ou que não pode ter qualquer tipo, parece assim, que a gente vive num mundo ideal em que nenhum tipo de contaminação pode acontecer. Isso é absurdo e ridículo, entendeu? Então assim, parece que vocês ficam sempre negando porque não teme o estudo e não tem questões técnicas pra vocês apresentarem enquanto a gente vai dizer não, tem que, que ter alguma coisa gente. O IBAMA não pode emitir uma licença prévia sem entender esses aspectos, isso é, isso é bizarro, assim, então porque assim a CNEN não vai estudar os efeitos da radiação na flora e na fauna, não vão, né. Então assim, quem vai estudar isso? O IBAMA vai fazer uma licença prévia a partir, sem essas questões, não faz sentido, certo. Outro ponto que a gente já coloca.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Cecilia, eu peço que caminhe para a sua conclusão.

Cecilia Paiva Souza: Eu vou realmente concluir.

É certo, o licenciamento ele já tá incompleto também sobre outros aspectos, e isso não sou eu que tô falando, o MPEF já determinou, emitiu, é recomendação de ontem, na, falando que o IBAMA, pra que o IBAMA determine que a INB complemente os estudos com relação as populações e comunidades tradicionais, né, e que a licença prévia não seja concedida até momento que a consulta prévia seja realizada. A violação a essas populações também já foi atestada pelo conselho nacional de direitos humanos que também emitiu, recomendação pra que o IBAMA não tivesse reatado, realizado essas audiências, porque a gente não tem material suficiente pra fazer essas audiências, né, a gente tá falando de impactos que são secundários, principalmente com relação aos anseios da população. Então assim, eu acho que isso novamente não só somos nós, articulação antinuclear e nós do escritório Frei Tito que estamos falando, são vários sujeitos que estão preocupados com essa situação, então não adianta tratar as preocupações como algo mínimo ou algo, ah, gente não vai ser perfeito, de repente tem todas as tecnologias mágicas que vão evitar qualquer tipo de contaminação, isso é, fingir que existe risco, isso é falta de informação e transparência, a gente quer um debate técnico qualificado que vocês exponham as reais questões do debate e óbvio que o risco existe. Quais são? Como pode, como seriam contornados? Isso não pode ser simplesmente ignorado, certo? Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Cecília, muito obrigado. Antes da gente fazer um bloco de devolutivas eu queria chamar o Rafael Melo para fazer a sua manifestação.

Rafael Melo: Olá, boa noite a todos e todas, meu nome é Rafael Melo, eu sou pesquisador do núcleo trabalho saúde e ambiente da universidade federal do Ceará. E trago aqui a busca de um diálogo, uma contribuição, buscando aqui dialogar com os profissionais de segurança, professores, professoras de Lagoa do Mato, de Itatira, moradores aqui dessa região. O PROJETO apresentado nesta noite, ele traz uma série de impactos à saúde e dentre desses impactos gostaria de nesta, neste momento destacar processo que estão mais relacionados aos fluxos migratórios induzidos por grandes empreendimentos, quando a gente traz esse processo, esses processos a gente tem uma perspectiva que com a vinda de um grande número de pessoas o aumento nos processos de violência, a difusão do tráfico e do uso de drogas, o aumento da exploração sexual, da gravidez indesejada e de adolescentes, a pressão sobre os valores de aluguel. Aqui em Lagoa do Mato, me parece pelo o que eu conheço da região a questão da, do abastecimento hídrico, do distrito é uma problemática que tende a ser agravada neste momento e aí com as mudanças socioambientais na rotina uma série de impactos psicossociais, aumento de casos de depressão, aumento de casos de ansiedade, aumento de casos de sofrimento, outros transtornos psíquicos. E aí olhando para um outro aspecto do impacto à saúde que muito e muito nos preocupa dentro dos estudos, dentro de campo da saúde, estão relacionados, são os impactos relacionados à exposição ampliada aos radionuclídeos. Nós estamos falando de um processo de mineração que irá lavar cento e dezoito, vírgula oito bilhões de toneladas de minério com o alto teor de urânio, tório e outros elementos das cadeias de

decaimentos destes minerais radioativos. Esse processo ele ocorrerá pela escavação mecânica, pela, pelo uso de explosivos. Esse material retirado do solo ele aumenta pelo próprio processo de detonação, pelo próprio processo de escavação mecânica, gera poeiras que serão dispersas pelo vento aumentando a disponibilidade, a mobilidades destes radionuclídeos para o ambiente e isso expõe mais as pessoas as radiações ionizantes, seja através da inalação desses materiais, seja através da ingestão, consumo de água, de alimentos e diversos tipos de câncer estão relacionados a maior exposição desses, a esses radiações ionizantes, como, por exemplo, os câncer de pulmão, digestivo, a ingestão, cânceres, leucemias, sarcoma ósseo.

Peço só mais um instante pra finalizar. E aí com relação a essa dimensão dos, da maior exposição dialogando, também aqui com o representante da CNEN, com a consultoria, o modo de vida, os trabalhadores rurais, o modo de vida camponês, ele é muito mais exposto do que um público em geral, um público de centros urbanos. Isso acontece pela própria dinâmica de contato mais intenso com o solo, com a terra, o consumo mais intensivo de alimentos de origem do próprio local, a criação de animais pelo pastoreio, a gente tem uma exposição que inclusive trabalhos muito interessantes feitos por técnicos do instituto de dosimetria e radioproteção da própria CNEN simulando esses, esse cenário de exposição dos trabalhadores, trabalhadoras rurais. Para o caso de exploração do PROJETO SANTA QUITÉRIA apontam que há a possibilidade de ampliar em duas vezes e meia acima do limite para a exposição do público a exposição à radiação dessa população que vive próximo ao local jazida e que trabalha no campo, isso no período de dez anos, podendo chegar a quase três vezes os limites de exposição em um período de setenta anos. Então esse cenário de exposição a que estão submetidas as populações que vivem no campo e próximas as jazidas, eles não podem ser desconsiderados e é sobre isso e aí reforço o que ta, a Cecília Paiva falou aqui agora, a gente quer ter assim como, e avaliamos, né, é uma questão de , avaliamos que para a identificação dos impactos a saúde é necessário conter dentro de uma metodologia que esteja claramente apresentada, quais são os resíduos de radionuclídeos que estarão tanto nos derivados fosfatados de um modo geral. O que que, são quantidades desprezíveis, desprezíveis quanto? Quanto? A eficiência dos sistemas de filtragem é de noventa e nove virgula nove por cento, eu quero, nós precisamos compreender esse zero, zero virgula um por cento que escapa e como que ele vai se comportar meio ambiente? Como ele vai se concentrar? Como ele vai passar pelos diferentes compartimentos ambientais? A negação dessa informação é uma decisão política que aumenta, amplia, né, as incertezas da população que estará exposta a uma série de impactos desse empreendimento sobre citar o IBAMA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Rafael.

Rafael Melo: Agradeço ao Régis pelo tempo maior, solicito que essas questões sejam consideradas pra que a gente não tenha essas omissões, essas incertezas ampliadas para a população, que a gente possa ter uma avaliação

séria, rigorosa sobre potenciais impactos a saúde da população, porque da forma como está não é possível e por isso, é necessário integrar os dados sobre a questão do licenciamento nuclear e a questão do licenciamento ambiental. Muito obrigado, boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Rafael. Iniciando um boco de devolutivas, eu gostaria de abordar algumas questões sobre o ponto de vista do IBAMA. É como eu já havia falado ontem, hoje eu acho que eu já comentei e repito mais uma vez. É o IBAMA, a gente está no processo de licenciamento ambiental, esse processo ele, né, existem várias fases, a gente ainda está na fase bastante inicial, é expedimos um TR, recebemos um EIA, verificamos que, como a Fernanda falou mais cedo, a forma dele estava correta ou não, se continhas as informações que nós havíamos pedido ou não, e agora estamos numa fase em que nós estamos fazendo uma análise de mérito, nós estamos analisando se aquelas informações estão lá? De que forma elas estão? Se elas procedem? Se elas não procedem, se elas são suficientes ou se elas não são suficientes? Esse período a gente tem entre seis meses e um ano pra fazer essa análise e ao longo dessa análise costumam-se ocorrer justamente as audiências públicas, aonde o IBAMA não só tem contato com a percepção da população, mas ele também recebe informações da população e é exatamente isso que está ocorrendo, nós temos recebido uma gama bastante grande de informações. Ontem a Telda não parava de escrever, hoje ela está quietinha porque basicamente, né, ela já anotou tudo que tinha para anotar ontem, mas realmente preocupa o IBAMA muita, muita a questão de impactos sociais e isso vai ser analisado com muito cuidado ao longo da análise do EIA e aí eu me reporto também especialmente a questão das populações tradicionais que ontem foi bastante repetido, hoje um pouco menos, mas também veio à tona. É importante lembrar que existem outros órgãos que são intervenientes ao longo do processo, para as questões indígenas, nós temos as FUNAI, para as questões quilombolas, nós temos o INCRA, esses dois órgãos foram instados a se manifestar e foram convidados a participar também da Audiência Pública, ambos os órgãos informaram quer terras indígenas e terras quilombolas oficialmente demarcadas não sofrem impacto do empreendimento e também declinaram a sua participação na Audiência Pública.

Isso não afasta o fato de que podem se existir, populações quilombolas, populações indígenas e outras comunidades tradicionais outros povos tradicionais que vivam próximo ao empreendimento e possam ser impactados pela instalação e operação desse empreendimento.

Essas informações o IBAMA espera que esteja no EIA, se ela não estiver no EIA o IBAMA vai pedir complementação de informações, se essas informações não vierem e a gente identificar que existe um diagnóstico falho, que não traga informações suficientes para o IBAMA atestar uma viabilidade socioambiental, o que o IBAMA vai fazer é novamente arquivar o processo. Mas isso ocorre ao longo do processo de licenciamento, especificamente quanto as oitivas da OIT 169, ela no Brasil, elas infelizmente não são regulamentadas e são regulamentadas no âmbito da FUNAI e do INCRA. E como eu falei essas instituições declinaram a sua participação no processo, uma vez que, a

regulamentação a princípio seria para as terras oficialmente demarcadas. De qualquer forma, eu repito, tanto as populações indígenas, os quilombolas como outras populações tradicionais, assim como qualquer população que o IBAMA identifique que esteja de alguma forma sendo impactada pelo, pela instalação ou operação do projeto o IBAMA vai sim exigir um diagnóstico e posteriormente uma possível mitigação ou compensação para o impacto causado ou se entender que esse impacto é grave demais pode dar pela inviabilidade do projeto, eu queria apenas ressaltar esses pontos e aí vou passar para o consórcio se manifestar durante três minutos e depois também gostaria de ouvir o Ricardo da CNEN também dando o prazo de três minutos.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Ok. Então comentando um pouco sobre o uso do coque no forno de calcinação, o coque ele é, é vastamente utilizado na indústria e o que ocorre dentro do forno de calcinação é a sua queima perfeita, significa que nas chaminés o único tratamento necessário é o do material particulado por meio dos filtros de manga onde a gente tem uma eficiência muito alta de noventa e nove, virgula, nove por cento, então é, a população do entorno pode ficar tranquilo porque essa é uma tecnologia muito conhecida, dominada na indústria e que não traz riscos à saúde da população, também os estudos de modelagem atmosférica demonstram, o nível de lançamento nessa chaminé e a dispersão no ar desses efluentes. Então esse é um ponto importante aqui a ser colocado e também o transporte do coque ele é feito de forma segura, o coque ele é um material de certa forma diferente do carvão é um material diferente, então não pode ser associado ao carvão ou pó de carvão também como foi colocado aqui. Acho que uma coisa importante colocada também é o aumento da população induzida pelo projeto, na verdade como a gente tem aqui um compromisso forte de contratação de mão de obra local a gente tende a reduzir essa preocupação e esse risco né, tem que lembrar que não é só aqui o Distrito de Lagoa do Mato que tem a necessidade de absorver essa demanda né, pela demanda que vai ser gerada isso já vem sendo tratado pelo consórcio em parceria com a FIEC, o estudo que a gente vem desenvolvendo é, pelo observatório da imprensa traz pra gente uma perspectiva e essa mão de obra ela pode ser muito bem distribuída nos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena, sem sobrecarregar nenhuma das, das, das estruturas dos quatro municípios.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: E complementando o que o Raphael mencionou é importante dizer ao Rafael Neri né, da pergunta que o consórcio vai trabalhar junto aí né, com o poder público no que diz respeito ao primeiro bloco de questões levantadas por ele, principalmente a questão da, segurança em relação aos impactos ciclo sociais, o consórcio deverá implementar a, dentro da empresa as questões de saúde e segurança ocupacional pra acompanhar os empregados, fazer o acompanhamento pelas áreas médicas com exames periódicos e toda essa questão. Em relação a questão dos radionuclídeos, abatimento de poeira na mina vai ser uma prática, já foi mencionado aqui durante as apresentações, os equipamentos são equipamentos apropriados pra esse tipo de operação, vão ser utilizados equipamentos de proteção individual, os empregados vão usar

dosímetros pra o, o controle efetivo, vão ser implementados todos os controles que já foram mencionados e aí se houver necessidade a gente poderia de novo dar uma complementação a partir do Hector. Hector, se você puder fazer um sumário rápido pra dentro do tempo.

Hector Hugo – CNEN: Rafael, uma pergunta técnica né, bom da gente responder. Tudo o que você explicou né, a gen, dos compartimentos ambientais, a poeira sai da mina, migra pela atmosfera, chega lá na pessoa, a água e caminha e a pessoa pega molha o vegetal, a vaca vai lá e come, ela produz o leite e a pessoa acaba consumindo isso tudo, isso são as vias de exposição que são consideradas num cálculo de impacto radiológico, então é, isso tudo que você descreveu é o, o estudo conceitual, é o cenário que a gente estabelece pra pensar como esses radionuclídeos irão migrar e chegar até as pessoas, porque pelo que você, como você falou, isso vai acontecer né, mas, ela vai acontecer em que extensão? Até que valor? Porque não é a partir só do conceito que eu posso afirmar que as pessoas serão impactadas não é, eu desconheço o, o estudo que você citou que é re, que foi realizado pelo IRV, realmente não conheço, mas, as informações que nós temos até o momento é que com a dispersão atmosférica, com os controles aplicados, com o cenário de vida das pessoas que moram no entorno da mina é que os cálculos de impacto, tanto da instalação minero-industrial quanto da instalação de urânio, eles não vão exceder o limite de res, o limite não, o valor de referência de restrição de dose pra indivíduos do público que é de zero, vírgula três mil no ano. Então, embora o, o modelo conceitual é, seja exatamente esse que você falou a gente precisa fazer uma extensão, valores numéricos pra dizer, não, vai causar impacto acima do limite ou, não vai causar impacto com base no limite que é estipulado pela CNEN.

Maria Cláudia Paley – TETRA MAIS: Bom é, eu queria complementar só com alguma informação sobre as comunidades do entorno e os, e os impactos nestas comunidades. Queria dizer que no Estudo de Impacto Ambiental estas comunidades estão bem caracterizadas né, um exemplo disso é que se a gente considerar Lagoa do Mato, Morrinhos, Queimadas, Riacho das Pedras e Saco de Belém, só em termos percepção ambiental foram aplicados duzentos questionários nessas comunidades, isso traz uma informação muito relevante pra se dar base pros programas sociais que estão previstos e também uma base de informação para o IBAMA, então essa caracterização existe e toda análise de impactos feita pelo, pela consultoria tomou bastante cuidado olhar pros impactos nessas comunidades, e a partir daí então se prevê que são oito programas sociais previstos pra diversas etapas do projeto.

Esses programas eles têm basicamente dois público alvo, dois tipos de público alvo, um público alvo são moradores, pessoas, eles são bem direcionados prum tratamento específico dessas comunidades do entorno, por exemplo na comunicação social, por exemplo na educação ambiental que tem por foco o público escolar e também comunidades próximas, mesmo quando essas comunidades não contam com uma escola por exemplo, além dos trabalhadores. Então esses programas todos tem por objetivo evitar conflitos né.

Quando a gente fala de fluxos migratórios e os impactos que isso pode trazer a gente já vem ouvindo bastante aqui sobre a contratação de mão de obra local, sim, isso é importante, mas, isso foi avaliado pela consultoria em termos da sua viabilidade, porque? Porque existe um dado de que a população adulta tem baixa escolaridade, apesar do ensino ser de boa qualidade, então o que se propôs? Se propôs educação de jovens e adultos no canteiro de obras, é uma forma de se viabilizar a contratação da mão de obra local, então não é só uma intensão, mas, houve uma análise dessa viabilidade, uma proposição de ações complementares pra que isso se torne real, e sim é verdade, hoje a mulher tem cada vez mais aumentado sua presença dentre as, as pessoas que trabalham em obra, em construção civil e também na mineração, aqui num, num tem porque ser diferente, mulher qualificada tem espaço nessas operações e esse espaço vem aumentando a cada dia e além do que sobre os outros pro, eu falei sociais que tem por foco população, mas, tem um outro grupo que são quatro programas, que tem por foco as instituições, porque o empreendedor não consegue resolver sozinho questões sociais, ele precisa de uma parceria com a prefeitura e essa parceria tá colocada em termos do monitoramento de ocorrências pra saúde e o tratamento dessas variações que podem acontecer, o empreendedor não resolve isso sozinho, mas, ele resolve em parceria com a prefeitura.

E tem outros programas envolvendo inclusive capacitação de funcionários públicos das prefeituras pra acesso a outros recursos pra viabilizar outras ações que a prefeitura sim vai ter que fazer pra que esses benefícios sejam melhorados, então, ações de educação, saúde e segurança tão, estão previstas nesses programas que hoje eles são gerais, mas, eles já têm um foco em comunidades locais e eles serão mais, serão detalhados a diante, era isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Cláudia. É, eu queria passar a palavra pro Ricardo da CNEN.

Ricardo Guterres – DIRETOR DE radioproteção E SEGURANÇA – CNEN: Bom é, esses pontos são muito interessantes, muito, muito importantes né, e eu acho que a gente tem que te, tentar ser o mais claro possível a esse respeito, eu vou tentar ser bem preciso. A Comissão Nacional de Energia Nuclear não vai aceitar a operação do empreendimento caso haja doses para público superior ao limite estabelecido pela própria comissão, ela não vai aceitar isso.

É, e como é que é, como é que isso funciona no âmbito do licenciamento? O empreendedor apresenta uma modelagem do, do, do, das vias de, de exposição exatamente como foi colocado aqui pela INB e a, associado a isso há um plano de monitoração ambiental que assegura não é, por limites derivados que aquele modelo tá, tá funcionando, o que que nós fazemos? Nós escrutinamos esse modelo, nós usamos o, o IRB por exemplo que é um instituto de suporte técnico pra nossa atividade que vai contribuir pra avaliação do impacto ambiental isso vai ser considerado e nós avaliamos se o modelo está correto, se os parâmetros considerados estão corretos e se o programa de monitoração ambiental de fato

ele assegura que a, a, a robustez né, a efetividade do modelo está sendo garantido, então a partir de, a partir daí a gente pode sim dizer que o, o, sistema apresentado pelo operador ele assegura a preservação não do limite, mas, como foi colocado, do, do valor de restrição de dose né.

Então é isso que eu queria colocar, quer dizer, no passado já houve tentativas de licenciamento que malograram que o operado não foi capaz de demonstrar robustez do seu sistema é, de manutenção dos limites de dose né, e se isso acontecer novamente, novamente o licenciamento vai malogar como o Regis tem insistido aqui né, é um processo em curso e nós vamos fazer o nosso trabalho.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Ricardo. Eu queria rapidamente ler três perguntas escritas e que eu considero que já foram respondidas na última fala do consórcio, especialmente sobre as questões de, de mão de obra para o projeto. É, pergunta do senhor Vitor Emanuel. Quais os principais impactos na, na natureza e nas comunidades, nós já abordamos.

FALHA NO VÍDEO – Durante a fala do presidente da mesa, o senhor Regis Fontana, no tempo de 5:14:22, o vídeo salta para o tempo de 5:14:27 adiantando em 05 segundos, porém, ao aparecer a próxima cena observa-se que no seu tempo de fala já se passaram mais e 02 minutos. A pessoa que não foi identificada.

???: em Itatira ou nesses municípios que ficam proximamente de Itataia pode ocorrer contaminação por radioatividade, porque em Caetité aconteceu, vocês sabem muito bem disso, vocês sabem que vazou mais de vinte mil litros de licores que inclusive tinha radioatividade neles que foi se infiltrou-se no lençol freático, vocês sabem disso.

Sabe o que é que vocês não fazem, não falam sobre isso? Porque vocês querem enrolar o povo com essa romanticidade de vídeozinho de tatuzinho andando, entendeu? Mas, isso é uma coisa concreta e o que vocês falam eu digo da mesma forma que ontem, vocês mentem.

E a última coisa Regis é o seguinte, isso a população aqui de Lagoa do Mato deveria ficar sabendo, mas, infelizmente eles já foram embora né, e eu acho que é porque talvez eles não gostaram do tema eu acho que o tema não foi tão chamativo assim que eles foram embora, mas, a última coisa pra finalizar Regis do, um segundinho só é, a INB foi condenada em Caetité, isso com relação a trabalho, foi condenada em Caetité porque ela fez uma diferenciação entre os, os trabalhadores que são diretamente contratado pela INB e os tra, e os trabalhadores que são contratados pelas terceirizadas, foi condenada é assim que a INB pode tratar os trabalhadores na mina de Itataia gente, esse lancezinho de emprego que vai ganhar não sei o que, que vai aumentar a economia, e nesse, aí eu finalizo Regis dizendo o seguinte, a mineração no Brasil é o setor que mais adoce e mata, são três vezes a mais, quem diz isso é o Observatório

do Ministério Público do Trabalho, são três vezes a mais do que qualquer atividade humana, aí vem uma pessoa aqui dizer que a, a atividade da mineração só gera emprego, só gera riqueza, vamos ser mais transparente com a comunidade gente, vamo colocar que poderia pelo meno acontecer algo de errado, aí vocês chegam aqui com essa romantiz.

FALHA NO VÍDEO – A imagem salta para outro momento.

MANIFESTAÇÃO POPULAR – Falas ao fundo sem captação clara.

Pedro – MAM: Senhor presidente antes de começar o tempo, só um minutinho dá uma pausa ali por favor, antes de começar o tempo é, eu gostaria que fosse registrado em ATA a lamentável forma de condução do senhor na Audiência Pública de hoje. Existem várias formas de cerceamento da participação popular de espaços que se dizem democráticos como esse, todos nós acompanhamos há bastante tempo audiências públicas em todo o país não só sobre mineração então nós sabemos exatamente como esse tipo de atividade, esse tipo de espaço funciona, lamentável porque existem diversas formas de cerceamento da participação popular a principal delas é no que momento que é dito de debate, é a diferença de distribuição do tempo pra quem tá aqui disposto a falar, e a diferença do tempo que é dado pra cada um desses representantes aqui CNEN, os dois da INB, os vários da INB que tão aqui e os vários representantes de azul da empresa contratada pra fazer fala. O povo fica cansado, a maior, o maior retrato disso é que hoje onze horas da noite a gente já tinha um cenário muito próximo que esse, diferente do que aconteceu ontem, não sei porque isso aconteceu hoje não faço ideia, a verdade é essa, acho curioso, curioso.

Então não é só quando a companheira tenta falar e tem o seu raciocínio funcionando né, com essa diferença de tempo entre um e outro né, e aí se diz que ela tem que terminar de falar, isso não é só, isso é só mais uma de cerceamento de participação popular, não é só o trabalhador que sai do seu trabalho e chega aqui dez horas tenta se inscrever e diz pra ele que não pode porque tinha que ser sido inscrito as oito e meia da noite, mas ele tava trabalhando, qual é a disposição de fato que ele tem de chegar aqui pegar o microfone na frente de um bando de gente e poder falar sobre algo que ele quer saber que o afeta. Então eu queria que deixasse registrado a lamentável condução do senhor presidente da Audiência Pública de hoje, porque, me parece que ela foi construída pra chegar justamente nessa condição pra que o povo não tivesse tempo e desculpe o termo, saco, pra tá aqui até essa hora da noite tendo que acordar cedo amanhã, disto isso eu vou começar a minha fala. Bom é, pra quem resta.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Pedro eu vou só pedir que o pessoal zere o cronômetro pra que você tenha.

Pedro – MAM: Obrigado presidente.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Ter os seus três minutos além do que já foi colocado.

Pedro – MAM: Obrigado presidente. É, bom é, algumas questões sobre mineração de maneira geral, eu represento o Movimento pela Soberania Popular da Mineração, soberania popular da mineração e aí te trago um, um debate que é central não dá pra fazer ele com profundidade aqui, nós não somos contra a mineração nós somos contra o modelo de mineração que se torna dependente do mercado financeiro e que funciona a partir de uma lógica que é determinada a partir da variação do preço desses minérios no mercado financeiro né, só somos contra esse modelo de mineração que é esse modelo de mineração que historicamente a INB funciona que é o rebaixamento das nossas condições de fim, de fato definem o ritmo de exploração desses minérios e que a gente se torna historicamente desde o século dezessete, do século dezoito né, um espaço destinado aos rejeitos enquanto os proveitos são destinados ao mercado externo.

Essa mineração é esse papo todo de que a mineração contribui né, com o desenvolvimento nacional, é mentira a INB sabe disso, é mentira. Mil novecentos e noventa e sete a lei Kandir tirou a responsabilidade...

FALHA NO VÍDEO – O vídeo adianta 32 segundos, registrado no cronômetro público.

Pedro – MAM: do valor de produção gerado pelo setor mineral no país dois pontos nove por cento, a cada cem reais, valor de produção da mineração, ela pagou trinta centavos de CFEM mentira, mentira, eu queria saber....

FALHA NO VÍDEO – O vídeo adianta 36 segundos, registrado pelo cronômetro público.

Pedro – MAM: de mineração de alumínio sessenta e nove por cento do município vive com um salário, de domicílios vive um salário, menos de um salário mínimo.

Em Conceição do Mato Dentro os alugueis subiram trezentos por cento, porque a cidade aumentou em um terço da sua população. Qual é a projeção, uma pergunta, qual é a projeção do EIA/RIMA do aumento populacional em decorrência da instalação do empreendimento? Qual é a projeção?

Bom, sobre Caetité chegando à conclusão eu vou fazer algumas perguntas bem objetivas, eu vou na, na linha do que o companheiro Erivan colocou aqui, que aí eu gostaria que os representantes da INB pudessem responder, se esquecer eu vou ficar aqui bem do ladinho é só sim ou não, é bem rapidinho viu?

Ocorreu durante toda a fase de operação da INB em Caetité, ocorreu o vazamento de cinco milhões, cinco mil metros cúbicos de licor de urânio? Primeira pergunta.

Segunda pergunta. Houveram sete transbordamentos da bacia de rejeitos em seis meses?

Terceira pergunta. Houveram duzentos e trinta e seis furos nas mantas de isolamento da bacia de finos?

Quarta pergunta. De dois mil e nove a dois mil e dezenove houveram mais de dez acidentes nas instalações da INB envolvendo vazamento de licor de urânio e ácido sulfúrico e derramamento de pó de urânio?

São cinco perguntas, é sim ou não, é bem simples, bem simples, não é se eu como ou se eu não como alimento, tá ou não tá, se contaminar vai contaminar pouquinho a água o seu boi não vai sentir, não é isso, é sim ou não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pedro, é.

Pedro – MAM: Obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
A gente vai finalizar o bloco de orais e aí eu passo pras respostas. Obrigado pela sua manifestação.

É, eu queria chamar o senhor Antônio Édio pra fazer a sua manifestação. Senhor Antônio Édio já foi então, muito obrigado pela informação. É, o senhor Luiz Paulo do Assentamento Morrinhos.

RESPOSTA DA PLATÉIA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado pela informação. A senhora Alana Shelda, Jovens Pelo Clima. Alana perdão eu não consegui entender o seu sobrenome, tá certo? Informo que você tem três minutos pra sua manifestação.

Alana Shelda – JOVENS PELO CLIMA: Obrigada, Alana Shelda.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Poderia repetir?

Alana Shelda – JOVENS PELO CLIMA: Alana Shelda.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Shelda?

Alana Shelda – JOVENS PELO CLIMA: Olá pessoal boa noite, tô muito feliz de finalmente estar aqui, uma hora da madrugada, embora não tenha mais tanta gente pra ouvir o que eu vou falar.

O que já se falou sobre água né, mas eu queria só falar um pequeno relato de experiência e eu sei que muitos de vocês provavelmente nunca passaram por isso é, eu sou violinista sou formada pela UFC e sou ativista ambiental pelo GREEN PEACE que é o JOVENS PELO CLIMA, mas, antes de tudo isso metade da minha vida eu morei em uma localidade bem pequenininha que não tinha nem cem pessoas, era uma localidade no interior e.... ???? 5:24:10 falha no áudio, cheguem aqui com promessas de emprego, empregos exploratórios, empregos que pagam mal, empregos que abusam, empregos que não dão dignidade, que não dão poder de lazer e vocês queiram colocar isso como no centro e tire da gente tudo que a gente tem de reserva natural aqui e que depois de quererem consumir mais de oitocentos mil águas, de litros de água por hora, vão querer dizer o que? Que a gente não tem água e que a gente tem que fechar a torneira bem? Que a gente não pode ficar cinco minutos tomando banho porque a culpa da falta de água e a gente não pode ficar cinco minutos tomando banho porque a culpa da falta de água são das pessoas?

A gente tem relatos, a gente tem fatos da INB em Caetité e contra fatos não há argumentos, contra fatos não há, ah a minha mentalidade é diferente da sua, vocês não sabem, talvez vocês nunca viram porque vocês devem tá nos apartamentos de vocês, o que, lá no Alfa Vile? Ou nem em Fortaleza, talvez vocês não saibam né, mas, eu vou dizer pra vocês.

Só em nove anos, entre dois mil e dois mil e dezenove, e do, e dois mil e nove, em Caetité tiveram mais de cinco vazamentos de urânio, mas, vocês não sabem disso e vocês também não sentem, porque vocês não estão lá, porque quando o pau começa a comer sabem quem vai sentir? É o seu João e a dona Maria que moram lá, que moram lá nas localidades onde tem aquelas placas enormes assim, ah investimento de um milhão prum posto, dez anos atrás, que o posto nunca foi construído, são essas pessoas que não vão ter acesso nenhum a saúde quando o câncer, quando os tumores começarem a surgir, eles não vão ter. Muito obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado Alana. Eu queria começar um bloco rápido de devolutivas até pra poder responder as perguntas do, do Pedro, mas, antes disso eu queria só é, com, eu queria só comentar Pedro que é, eu respeito totalmente sua, a sua manifestação e em relação a minha condução da Audiência Pública, eu só queria

registrar que, primeiro eu concordo com você é, uma audiência que se estende até uma da manhã, como essa, anteontem foi até as três da manhã é, não é, não é uma coisa produtiva, como eu falei ontem eu repito hoje, o IBAMA tem buscado implementar ações que tornem a audiência pública uma coisa mais atrativa, uma coisa mais moderna menos maçante, isso tá em discursão interna dentro do órgão, mas, a gente é regrado pela legislação e a gente tem que obedecer a legislação e aí a gente ontem se estendeu bastante porque várias pessoas passaram do, da, do tempo das suas falas, hoje a gente adotou a estratégia de colocar pra todos no telão também o, o cronometro e eu pessoalmente havia conversado com as pessoas da mesa pra que a gente primeiro fizesse as apresentações iniciais de forma mais rápida e você mesmo me confirmou numa conversa rápida no intervalo de que eles cumpriram é, é, esse tempo, só que a audiência pública ela claro é um espaço democrático, como tu falaste, e eu também já repeti isso aqui é, mas, ele não pode ser somente fala de um dos lados principalmente quando muitas vezes essas falas elas terminam somente é, elas não, é, é, elas estão expondo opiniões que são importantes, mas, opiniões que muitas vezes se tornam repetitivas e que não agregam novas informações pro processo e aí toda vez que tem uma pergunta com uma, uma questão mais técnica, uma questão que merece ser respondida eu trago pra mesa pra que a mesa possa também dar a sua devolutiva, teoricamente pra cada manifestação a mesa também poderia fazer a sua manifestação, ontem eu não fiz isso, hoje eu não fiz isso é, eu peço inclusive desculpas a lara por ter cortado a fala dela, mas, se vocês observarem eu pedi várias vezes, tudo bem, você não precisa aceitar as minhas desculpas lara, mas, eu pedi várias vezes que concluísse e infelizmente não concluiu e a gente precisava dar vazão pra, pra audiência. Mas, eu aceito a crítica e prometo que vou tentar melhorar é, e aí eu só queria ilustrar sobre é, o fato de ter podado o professor Magnilson é, eu posso mostrar minha letra pra dizer que não, não foi eu que fiz, mas, no momento que o Pedro falou sobre o, o professor fazer a sua inscrição, que é essa daqui, essa outra aqui já estava na minha pilha. Então não foi podada a fala dele né, já estava aqui pra mim e sim segundo o regulamento a gente tenta bloquear um momento pra recepção de perguntas porque senão a gente vai até as seis da manhã respondendo, mas, tá aqui o seu Magnilson é, vai fazer a sua inserção só que como chegou por último ele terminar, vai terminar ficando por último é, e ainda a respeito disso é, eu concordo com você, teve pessoas que fizeram falas e foram embora, eu esperava né, eu acho que um bom debate todas as pessoas interessadas tinham que tá aqui, não somente um grupo, parabênizo vocês por isso né, e gostaria que realmente a gente tivesse uma casa cheia até uma da manhã pra que pudéssemos fazer um debate técnico e puder trocar impressões e saibam que tudo o que vocês tem, tem falado tem sido anotado, tá gravado e vai pro processo de licenciamento né, o espaço é esse mesmo, ele é democrático, mas, ele tem que servir pra todo mundo, não somente pra um grupo. Por falar nisso eu passo a palavra pra Telda que quer fazer uma pequena manifestação a respeito disso também.

Telda Costa – IBAMA - SECRETÁRIA DA AUDIÊNCIA: É rapidinho e pelo avançado da hora eu queria falar as questões que o Pedro trouxe aqui é, Pedro uma, uma das questões de análise do IBAMA é essa questão porque há uma propaganda muito grande sim sobre os benefícios dos grandes

empreendimentos que é sempre o carro chefe o número de empregos, aumento é, dos impostos, taxas né, enriquecimento para o município e muitas vezes não é bem assim que ocorre.

Muitas vezes você vai comparar as informações na verdade há atração prum grande empreendimento faz trazendo pessoas de fora, enche o município e os empregos não são permanentes, no momento que vai passar de fase de licença de instalação pra operação há vários postos de trabalhos, há vários é, é, há um aumento muito grande de desemprego e muitas vezes essa conta fica para o município, por isso que não tem como só o IBAMA falar isso ou aquilo, tem que ser um licenciamento conjunto comunidade, governo e empreendedor, se quer que aquele empreendimento seja instalado na região. Porque não tem como o empreendedor trazer mil, dois mil, três mil, quatro mil pessoas pra trabalhar e não ter uma contrapartida para o município, não tem como fazer isso, por isso é uma conversa conjunta e esta análise de atração, de migração de trabalhadores é algo que o IBAMA analisa muito e é algo que é muito considerado, inclusive para exigir do empreendedor as contrapartidas, mas, o município ele tem que participar e a população tem que participar também como forma de fiscalização, porque muitos dos recursos que o IBAMA obriga o empreendedor a dar como contrapartida e também ao município, ele se perde que o município faz muitas coisas outras que não é só favorecer as comunidades, então é algo extremamente complexo essa análise e ela é feita pelo IBAMA sim, na parte de Socioeconômica. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Telda. É, eu gostaria, vou conceder três minutos pra que o consórcio aborde as questões que embora não façam parte desse licenciamento, foi abordado na audiência de ontem, hoje novamente, então é, eu gostaria que fossem abordadas as questões relacionadas a Caetité que foram aqui com, comentadas e também respondidas as perguntas que o Pedro fez menção específica.

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB:
Então, começando pelas questões levantadas pelo Erivan e o Pedro André.

No aspecto genérico em geral a mineração, junto com o agronegócio são as atividades que mais geram emprego, elas geram mais de trinta vezes os empregos gerados em outras áreas, em outras atividades, então os dois juntos são muito maiores do que qualquer outra cooperação de geração de empregos, e quando se compara a mineração com o agronegócio a mineração tem a capacidade de gerar comparativamente até mais vagas de trabalho, mais postos de trabalho que o próprio agronegócio que é o grande negócio do Brasil. E a mineração também o é, assim como outros países tradicionais como África do Sul, como o Canadá, como a Austrália.

Em relação à questão de empregos, gerasse sim empregos é, dignos e não que não tem dignidade, porque os empregos gerados são de carteira assinada, ele tem plano médico, tem benefício de alimentação, os salários são atraentes e ao

que ocorreram no passado até situações aonde existia demanda pelo trabalho e não existia mão de obra pra poder ocupar as posições, então a mineração é competitiva pra poder levar emprego digno para a população.

No que diz respeito a, as, as questões de Caetité, nós temos que pensar que é uma é, primeiro que são negócios diferentes, foi mencionado aqui, a operação é diferente, a empresa é diferente, nós estamos falando aqui de um consórcio é, então as ocorrências quando ocorrem né, as ocorrências são ocorrências operacionais, essas ocorrências são contidas, quando elas ocorrem e quando ocorrem elas são, a atividade é paralisada pela CNEN até que se resolva a questão, de forma que quando ocorrem os eventos que foram informados esses eventos se restringem e ficam contidos dentro da unidade até a empresa contorne e volte a condição operacional normal tudo sobre regulação do, da CNEN e do IBAMA e eu peço ao Hector Hugo pra complementar algumas questão particular em relação essas questões de transbordamento de furos de manta, que como eu disse, são ocorrências operacionais normais, usuais e de controle por parte do time de operação da unidade.

Hector Hugo – CNEN: Boa noite novamente, bem, como o Rogério já adiantou é, o, os eventos que ocorreram em Caetité eles ficaram todos restritos a área da instalação e como é que, eu não tô dizendo isso da boca pra fora de novo né, nós temos um programa de monitoramento ambiental que é executado por força de, por força do licenciamento nuclear num raio de vinte quilômetros, só que nós vamos ainda além disso, nós monitoramos um raio muito maior que chega a atingir quarenta quilômetros e os dados de análise do período pré-operacional de oitenta e nove a do, a dois mil eles mostram que não houve relação das concentrações de radionuclídeos nesses compartimentos ambientais, então e sobre a, o questionamento do Erivan, dos poços contaminados né, os últimos poços que foram lacrados eu participei dessas atividades, esses poços eles foram lacrados não porque foram contaminados por ações da INB, um desses poços fazia parte do programa de monitoramento ambiental da INB numa, numa comunidade que fica antes da INB né, quando a gente fala a montante, antes dos, do, antes no caminho das águas, ou seja, a INB não tinha como contaminar esse poço. Então nós monitoramos, achamos urânio nesse poço e informamos as autoridades competentes, Ministério da Saúde, informamos a Companhia de Saneamento Básico da Bahia, informamos ao IBAMA, informamos a CNEN e aí o Ministério da Saúde pediu que a Secretaria de Recursos Hídricos de Caetité lacrasse o, o poço em decorrência da segurança das pessoas que moravam ali, esse poço não tem, não tem possibilidade de receber nenhuma contribuição de lançamentos da INB, a mesma coisa aconteceu em dois mil e quinze num poço que fica há quinze quilômetros da unidade e outra sub bacia, ou seja, as águas da INB não teriam como chegar lá e esse poço, é bom pontuar, ele não fazia parte do programa de monitoramento ambiental, ele foi um pedido da comunidade já que a INB dispões de um laboratório muito bem equipado, pra que analisasse esse poço, ele tinha sido perfurado há mais de quinze anos, não tinha água e depois de dez anos o proprietário resolveu verificar se a, se ele tinha tido uma recarga boa e se a qualidade era boa, então nós fomos lá, coletamos no primeiro momento apareceu urânio e outros elementos que normalmente aparecem na geologia local da unidade de Caetité falamos com o senhor, olha vamos esperar mais tempo porque pode ser uma água velha e

repetimos a coleta e os resultados se confirmaram, então a gente subiu de novo a informação e aí o Ministério, o Ministério da Saúde pediu que o poço fosse lacrado em virtude da saúde das pessoas. Então essa é minha fala é um, é um testemunho do que é o trabalho que a gente tem né, e acompanhei, esses dois últimos casos

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Héctor.

Pedro – MAM: Questão de ordem presidente, as questões não foram respondidas, nenhuma delas. Elas foram contornadas pelo senhor Rogério e não foram respondidas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
É.

Pedro – MAM: Eu gostaria que elas fossem todas respondidas, é simples, aconteceu ou não aconteceu, é muito simples. Isso é um ponto, segundo ponto, na frente do Ricardo Gutierrez da CNEN Telda Costa do IBAMA e do senhor presidente do IBAMA, Régis Fontana Pinto, Rogério Carvalho acabou de dizer nessas palavras que perfuração de manta e transbordamento são questões normais e operativas do funcionamento da INB.

Tá gravado, o senhor disse isso Rogério Carvalho. Ele fala ao fundo sem captação clara de áudio.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Rogério.

Pedro – MAM: É sobre essa empresa que nós estamos falando da instalação aqui do presidente do IBAMA, representante da CNEN, dois representantes do IBAMA e representante da CNEN. Então por favor eu vou repetir as cinco perguntas.

Qual é a projeção de aumento populacional pra região em decorrente, em decorrência da instalação do empreendimento? Essa é uma, a outra. Houve o vazamento de cinco mil metros cúbicos de licor de urânio? Segunda pergunta. Houveram sete transbordamentos da bacia de rejeitos? Terceira, essa é a terceira, quarta. Houveram duzentos e trinta e seis furos nas mantas de isolamento da bacia? É sim ou não camarada, não é testemunho, é sim ou não é simples.

E houveram entre dois mil e nove e dezenove dez acidentes envolvendo vazamento de licor de urânio, ácido sulfúrico e derramamento de pó de urânio? É simples, eu gostaria presidente que essas questões fossem respondidas, é outro empreendimento, é outra operação, mas a empresa que quer se instalar há dezesseis quilômetros daqui é a mesma. É lamentável, eu imagino que deva ser considerado pela CNEN no processo de licenciamento, eu imagino que isso deva ser considerado pelo IBAMA no processo de licenciamento, ela tem um histórico de passivo ambiental, o senhor mesmo ontem disse que está sob júri, é, enfim, há um processo jurídico instalado sobre a atuação da CNEN em Poços de Caldas, então é muito simples.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pedro.

Pedro – MAM: Nós estamos falando de outro empreendimento, mas, a empresa é a mesma, eu gostaria por favor né, são uma e trinta da manhã.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pedro eu agradeço por repetir as perguntas, Rogério alguma coisa a colocar?

Rogério Mendes Carvalho – DIRETOR DE RECURSOS MINERAIS – INB: A resposta já foi dada, eu, o que eu informo é que todos os eventos operacionais são informados seja ao IBAMA, seja a CNEN, existem os registros de todos os eventos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Rogério.

MANIFESTAÇÃO AO FUNDO SEM CLARA CAPTAÇÃO DO ÁUDIO.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pedro você fez uma pergunta ele respondeu, não cabe, não cabe a mim como presidente da audiência avaliar a resposta dele tá certa ou não, o que cabe ao IBAMA é, no processo de licenciamento avaliar as informações que foram trazidas e claro, como eu comentei em outro momento, avaliar o histórico da empresa pra verificar a maior restrição e detalhamento de programas que o IBAMA vai exigir, mas, durante a audiência não cabe a mim fazer juízo da resposta dele.

MANIFESTAÇÃO AO FUNDO SEM CLARA CAPTAÇÃO DO ÁUDIO.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Eu não, eu não tenho condão de obriga-lo a responder, ele deu a resposta que ele acha que é a melhor e basta.

Eu vou pedir, vou dar a oportunidade ao senhor Cláudio Martins da rádio de Lagoa do Mato pra fazer a sua manifestação oral, se ele se ainda se encontra. Doutor Paulo Molo, se ainda se encontra? Se não, a última manifestação oral é do professor Magnilson.

Professor Magnilson -: Tem palmas pra mim não né? Boa noite. Antes de me darem os minutos que sobraram, por favor presidente, eu queria falar como representante do Município de Itatira, eu acho que do horário que eu cheguei, se vocês pudessem dar uma pausa no tempo só por uma questão de, porque como o meu nome foi citado aqui duas vezes, acho que mais que a palavra urânio, pelo menos da hora que eu cheguei não foi citado presidente.

Mas, antes de vocês, acho que o tempo ainda tá correndo. Mas, eu ouvi um representante que se diz representante, citar aqui na, na, no município de Itatira quando eu cheguei ele citou, eu esperava que ele fosse aguardar a minha fala, porque ele me conhece, um vereador do município, estava aqui a secretária do meio ambiente do município e eu vou pedir licença, eu vou até me dirigir aqui pra câmara pra que vocês representantes do município de Itatira saibam que eu um dia na sala de aula como estudante eu ouvi a palavra urânio eu comecei a estudar e a secretária do meio ambiente do município de Itatira hoje em ??? 5:44:48 falha de áudio, que eu fui entendendo e hoje eu agradeço a vocês que são do movimento antinuclear por estar reforçando isso, represento aqui nessa escola que eu trabalho mais de oitocentos alunos que não sabem ainda os impactos negativos que esse projeto vai trazer, então, porque que eles não sabem? Porque que eles não estão aqui? Porque essa audiência, desde o dia que foi publicado aqui na frente da escola uma placa de divulgação, eles começaram a me questionar, professor porque que isso vai acontecer professor? O que que eu posso fazer? E porque que eles não estão aqui? Por conta do horário, por conta dos transportes públicos que eles precisam pra estar aqui e é obvio que eles não estariam e eu estou aqui na último, no último minuto do último minuto do, do tempo que foi me dado pra dizer que no município de Itatira, e que conste isso, eu gostaria que o pessoal do IBAMA registrasse, município de Itatira não foi ouvido, não é ouvido com essas questões, estamos já por aqui representantes dessa empresa que vai explorar, dizendo pra nós esse romantismo que estão apresentado, e já foi citado aqui que vai ser somente benefícios pra Itatira.

Então eu gostaria de agradecer o espaço, eu tinha um discurso pra falar baseado no que eu tenho acompanhado da audiência lá de Santa Quitéria, fiquei até uma hora da manhã acompanhando pra eu entender, elaborei um texto, desconsidero achei totalmente desnecessário, mas, eu gostaria de reforçar que os

representantes do município de Itatira que já realizaram encontro às escondidas entre eles, sem consultar o povo, sem colocar o povo do município de Itatira pra falar, revejam e eu gostaria que vocês registrassem apenas isso, povo de Itatira não foi ouvido, não foi ouvido, e os que se dizem representantes fizeram do jeito deles e tanto que nós temos aqui pessoas já do município privilegiadas, fazendo parte já do projeto, de alguma maneira contratado aí pela empresa, não sei como funciona e eu gostaria que as pessoas do município fossem ouvidas.

Muito obrigado, agradeço muito a vocês do movimento, o espaço da escola amanhã vai estar pra vocês ajudarem esses jovens a entenderem o eu como professor não consegui apresentar, porque eu reconheço o meu limite. Muito obrigado presidente, de verdade eu agradeço pelo espaço e a todos. Bom dia já pra vocês.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado professor. As manifestações orais foram encerradas temos ainda oito perguntas, e eu gostaria de rapidamente passa-las antes da gente encerrar a audiência.

Temos aqui a pergunta do senhor Aldo Sales, ele pergunta. Em que o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pode ajudar no abastecimento de água da Lagoa do Mato e comunidades vizinhas que hoje já é extremamente precário e com a possível é, um, um possível aumento da população por causa desse empreendimento?

E. Como será fornecida a água que será utilizada no projeto? Embora os dois pontos tenham sido passados eu gostaria que a empresa abordasse isso mais uma vez.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Ok. Então, a, a água pro empreendimento ali vai ser fornecida por meio da adutora, da adutora que vai ser, é um projeto da Secretaria de Recursos Hídricos e da COGERH e também vai abastecer os assentamentos de Morrinhos, Queimadas e o Distrito de Riacho das Pedras. Com relação a melhoria do saneamento, do saneamento básico em Itatira, nós tínhamos comentado também que pode ser uma iniciativa do município junto ao governo do Estado e que nós do consórcio temos é tratado desse assunto nas reuniões que fizemos com os representantes da prefeitura e da câmara dos vereadores.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Ok, muito obrigado. É, tem um bloco aqui com quatro perguntas, todas elas relacionadas a impactos, possíveis impactos sociais.

Senhora Júlia pergunta. Que tipo de investimentos será feito nas cidades de influência da mineração voltada para os trabalhadores e familiares?

É, senhor Almir pergunta. Com certeza a população da Lagoa do Mato irá aumentar, será tomada alguma medida sobre o assunto, será implementada alguma base policial, será implantado um Corpo de Bombeiros em Lagoa do Mato?

Senhor Almir também pergunta. Sabemos o progresso que irá trazer, mas, junto com ele se, porventura, vier também o aumento da prostituição, drogas e outros, há alguma medida a ser tomada sobre o assunto?

E a senhora Jaqueline. Quanto aos moradores que vivem nos arredores, de que forma serão atendidos, haverá algum bom amparo, espero que não seja como em Caetité na Bahia, uma devastação total.

É, eu pra o consórcio abordar esses temas em três minutos, por favor.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da

GALVANI: Ok. Bom, pra gente avaliar todos esses impactos na região a gente vem desenvolvendo um trabalho com a FIEC que ajuda justamente a avaliar os indicadores sociais e econômicos atuais de, de cada um dos municípios e projetar esses indicadores sociais e econômicos, econômicos a partir da projeção da economia do desenvolvimento gerado pelo projeto. Com base nisso, esse é um, é um trabalho participativo ele vem sendo feito em conjunto com o representantes das prefeituras, das quatro prefeituras, representantes aqui da, das associações, do comércio e também as lideranças comunitárias, então todo mundo vem participando, essa é uma primeira etapa né, desse trabalho ele é um trabalho voluntário, é um trabalho de iniciativa do consórcio, não é um trabalho, um projeto imposto pela legislação, nem pelo IBAMA, nem por nenhum outro órgão público então é uma iniciativa que tá associada a responsabilidade social que o consórcio tem e de entender né, as fragilidades de cada local e de procurar potencializar o que cada município pode ter de proveito ou de vocação pra suportar esse crescimento né, como a gente falou não existe aqui a intensão com consórcio de concentrar toda a população né, no município de Itatira, nem no Distrito de Lagoa do Mato, existe uma avaliação que vai ser feita de distribuição dessa mão de obras nos municípios, mas, o que atenua muito a chegada e o crescimento populacional é o nosso esforço de contratação local, esse é um outro compromisso do consórcio que vai ser feito e que permite inclusive né, a questão da educação ser reforçada, treinamentos específicos pra esses trabalhadores poderem se capacitar pra etapa de obras e depois pra etapa de operação, lembrando que se a licença de instalação fosse dada no ano que vem, nós iniciariamos a obra, teríamos dois anos de obra pra iniciar a operação somente em dois mil e vinte e cinco, então tem bastante tempo pra que tudo isso aconteça pra que os municípios estejam melhores estruturados e que a gente possa desenvolver o projeto com mais segurança e tranquilidade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Raphael.

Tem uma pergunta que eu considero que já foi respondida do senhor Moisés. Porque a empresa, empreendimento, deixou de considerar mais de cento e cinquenta comunidades que estão próximas a mina? A gente já abordou que esse é um tema que o IBAMA é, já anotou pra verificar de forma bastante detalhada a respeito da identificação ou não de comunidades é, na área de influência do empreendimento.

Por fim eu tenho um questionamento da Diocese de Quixadá, da Pastoral da Juventude, acho até que o Mateus esteve aqui e fez a sua manifestação, mas, tem aqui uma por escrito, são cinco perguntas e eu achei elas todas bastante pertinentes e eu gostaria que a, o consórcio abordasse as cinco perguntas, a primeira é. Quanto tempo durou a análise do empreendimento da mineração é, projeto, pleno de negócios?

O urânio em Itataia, só existe em quantos locais do mundo?

Esse o urânio vai ser usado no enriquecimento de urânio para fins pacíficos?

As indenizações as pequenas propriedades da região afetada vão ser indenizados?

E qual vai ser a contribuição para com a juventude?

São cinco perguntas ao todo, eu passo aqui pro Raphael, se quiser falar especificamente.

Raphael Turri – Gerente de Meio Ambiente Saúde e Segurança da GALVANI: Bom, o plano de negócios né, a viabilidade do projeto vem sendo estudado há quarenta anos, não é desde que a pesquisa mineral foi iniciada e os primeiros testes com o minério também foram avaliados, como foi falado aqui o empreendimento ele já passou né, por algumas etapas do licenciamento e desde então nós mostramos também o quanto o projeto foi evoluindo, absorvendo novas tecnologias né, e é, continua sendo viável né, o mais importante é que o projeto atual ele requer um investimento mais alto, mas ele também traz controles mais eficientes, uma operação com um menor risco e produção maior dos dois minérios né.

O urânio ele existe em diversas áreas do globo né, o que é importante destacar é que com produção conjunta de Caetité e Santa Quitéria o Brasil passa a ser um dos cinco maiores produtores mundiais de urânio, isso é importante, é importante porque dá uma segurança não é, pra produção de energia e reduz o custo da energia né, que afeta todos nós né, o custo da energia.

Esse urânio no Brasil é pra uso pacífico é o único uso que o Brasil tem é pra isso, isso tá de acordo com a constituição então não tem nenhuma outra intensão ou uso que não seja a utilização pacífica do urânio.

E por fim a Fazenda Itataia ela é uma propriedade de quatro mil hectares que respeita a divisa com todos os vizinhos né, todos os vizinhos, assentamentos, então a propriedade bem grande né, o projeto só vai ocupar trezentos e oitenta hectares é menos de dez por cento, então o desenvolvimento do projeto e a operação ela não demanda nenhum tipo de indenização ou de aquisição de terras né, todas as divisas são respeitadas e o projeto ele vai ser implantado bem no centro da propriedade.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Obrigado Raphael. É, eu gostaria de frisar que pras pessoas que estão assistindo através do canal no youtube na internet, mas, também para as pessoas que, porventura, ainda estejam aqui e não tenham feito as suas perguntas elas podem ser encaminhadas ainda nos próximos vinte dias para os contatos de e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu repito, psq.ap.sede@ibama.gov.br, também o contato de e-mail contato@consorciosantaquiteria.tudojunto.com.br, eu repito, contato@consorciosantaquiteria.com.br e também pelo 0800 402 1030, 0800 402 1030. Durante vinte dias essa Audiência Pública permanecerá grava, disponibilizada no canal do youtube e poderão ser encaminhadas perguntas que depois serão remetidas as respostas para os interessados.

E não havendo mais questionamentos é, orais ou escritos ao longo dessa audiência eu registro que todas as perguntas, dúvidas, manifestações que foram aqui apresentadas, a gravação, a ATA sucinta, que vai ser lavrada logo após o encerramento e a ATA Transcrita conforme o regulamento dessa audiência serão incorporados ao processo de licenciamento ambiental do PROJETO SANTA QUITÉRIA, que é o processo 02001.014391/2020-17, processo 02001.014391/2020 e dígito 17, e eu repito que o processo do IBAMA é um processo público, qualquer pessoa pode ter acesso a ele encaminhando e-mail para os contatos que eu passei anteriormente e, portanto, agora a uma hora e trinta e dois minutos desse dia nove de junho de dois mil e vinte e dois eu Regis Fontana Pinto na qualidade de diretor de licenciamento ambiental substituto declaro encerrada e válida essa Audiência pública para fins de instrução do processo de licenciamento ambiental do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Eu agradeço a todos participantes que tiveram a paciência, a dedicação de estarem aqui e contribuírem até esse horário com o processo de licenciamento, eu agradeço a minha equipe do IBAMA que esteve aqui presente dando o apoio, eu agradeço aos colegas de mesa que estiveram aqui fazendo o debate, eu agradeço a equipe de apoio do consórcio que teve aqui também pra responde às perguntas, agradeço em especial também a equipe da Up Time que deu todo o suporte nos bastidores, desejo a todos uma boa noite, um bom descanso e até mais.

Tempo da audiência: 06:02:06

Transcrição feita por Jucilene Silva e Marcio Ricardo Braga.

Revisão: Helbe Ladeira Tuttman

Interconnections Excelência em Idiomas Ltda.

OBS: Tivemos alguns momentos a qualidade de áudio ruim, que prejudicou algumas falas e que estamos, conforme CONTRATO, fazendo a transcrição literal, “sem correção gramatical e com repetição de vícios de linguagem”.

